

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

RENATA BARBOSA NUNES

**PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR**

Lages

2023

RENATA BARBOSA NUNES

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM
EDUCAÇÃO SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de pesquisa 1 – Políticas e Fundamentos da Educação

Orientadora: Prof.^a Dra. Lilia Aparecida Kanan.

Coorientador: Prof. Dr. Jaime Farias Dresch

Lages

2023

N972p

Nunes, Renata Barbosa

Percepção dos professores a respeito das práticas pedagógicas em educação sexual no espaço escolar / Renata Barbosa Nunes ; orientadora Prof. Dra. Lilia Aparecida Kanan ; coorientador Prof. Dr. Jaime Farias Dresch. – 2023.

123 f. il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. Lages, SC, 2023.

1. Educação sexual. 2. Ensino fundamental. 3. Prática pedagógica. I. Kanan, Lilia Aparecida (orientadora). II. Dresch, Jaime Farias (coorientador). III. Universidade do Planalto Catarinense. Programa de PósGraduação em Educação. IV. Título.

CDD 370

Catálogo na fonte – Biblioteca Central

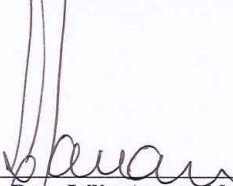
Renata Barbosa Nunes

**PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Planalto Catarinense
para a Defesa de Dissertação do
Mestrado em Educação. Linha de
Pesquisa: Políticas e Fundamentos da
Educação.

Lages, 4 de abril de 2023.

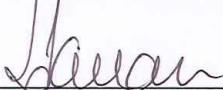
BANCA EXAMINADORA:



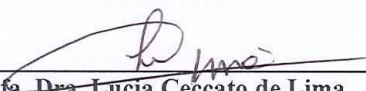
Prof. Dra. Lília Aparecida Kanan
Orientadora e Presidente da Banca – PPGE/UNIPLAC



Prof. Dr. Jaime Farias Dresch
Coorientador - PPGE/UNIPLAC



Prof. Dra. Jackeline R. Bianchi Ericone
Examinadora Externa -PPGE/URI
Participação Não Presencial - Res. n° 432/2020



Prof. Dra. Lúcia Ceccato de Lima
Examinadora PPGE/UNIPLAC

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha mãe, Odete, que sem seu incentivo, auxílio constante e amor incondicional eu não conseguiria chegar até aqui. Toda vez que alcanço uma conquista em minha vida, me inspiro em seus ensinamentos sempre ancorados em me encorajar para sempre estudar e conquistar cada vez mais minha autonomia. Agradeço ao meu esposo Marcelo, que me ouviu, acolheu e se fez presente, tanto nos momentos mais felizes, quanto nos mais críticos desta jornada, e que contribuiu para tornar essa caminhada mais leve.

Quero agradecer aos meus sócios, Bruna, Bruno, Ed e Letícia, que prestaram todo o apoio e incentivo necessário, sem hesitar, e tiveram muita paciência para ouvir algumas das minhas angústias nestes últimos dois anos. Bem como, vibraram diante de conquistas.

Não poderia deixar de prestar meus agradecimentos a quem foi meu braço direito nesta jornada, me orientou e clarificou caminhos melhores no manejo do meu estudo, a Dra. Lilia Kanan. Este agradecimento se dá não somente por ter sido minha orientadora de Mestrado, mas por ter sido sempre tão compreensiva e acolhedora, sem deixar de me corrigir e “puxar a orelha” nos momentos necessários. Desde a graduação ela é uma referência importante na minha jornada acadêmica e profissional.

Agradeço ao professor Jaime, por se fazer presente como coorientador, que desde o momento que lhe falei do meu interesse no programa, esteve solícito a compartilhar seus conhecimentos e contribuir na melhoria do meu estudo.

Agradeço a todas as professoras e professores do PPGE, pela dedicação e profissionalismo. Agradeço ao Programa UNIEDU, pela bolsa de estudos concedida para realização do mestrado e reforço o agradecimento ao Estado de Santa Catarina, pois durante a graduação em Psicologia também fui bolsista do mesmo programa.

Não posso deixar de agradecer a minha amiga Cristiane, que além de prestar incentivo para o ingresso no mestrado, sempre foi um ombro amigo e prestativo.

Meus sinceros agradecimentos a banca examinadora Profa. Dra. Jacqueline R. Bianchi Enricone e a Profa. Dra. Lúcia Ceccato de Lima, por toda a atenção, tempo disponibilizado e contribuições de grande valia para qualidade deste estudo.

Gostaria de salientar que se cheguei até aqui, foi porque tive o incentivo e apoio de pessoas maravilhosas.

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Dissertação Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.

Lages, 04 de abril de 2023.

Renata Barbosa Nunes

A educação sexual, no Brasil, caminha a passos lentos na escola, tão lentos que devemos nos preocupar com as implicações desta omissão. Temos observado ocorrências de estupros e alta incidência da violência, física ou psicológica contra as mulheres, crianças, pessoas homossexuais, travestis e transexuais. Temos que fazer algo, com urgência (FIGUEIRÓ, 2016).

RESUMO

O estudo teve como objetivo, analisar as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço da escola sob a perspectiva dos professores, por meio de uma perspectiva transdisciplinar. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, descritiva e exploratória. Trata-se de uma amostra não probabilística, cujo método de acesso aos participantes foi o *snowball sampling*. Os participantes foram 15 professores que atuam no ensino fundamental, anos finais, nas escolas particulares (5), municipais (5) e estaduais (5), isto porque pretendeu-se produzir conhecimento a respeito das práticas pedagógicas de educação sexual dirigida a pré-adolescentes em cada rede de ensino. Para a coleta de dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas, com questões de interesse sobre o tema que organizaram a coleta. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Para análise dos dados, foram seguidas as 8 etapas da pesquisa de análise de conteúdo qualitativo descritas por Flick (2009) para produzir os resultados. Foi possível observar (i) o receio dos professores em falar sobre o tema quando o assunto vai além dos conteúdos técnicos, (ii) insuficiência de conhecimentos sobre possibilidades de abordagem do tema, principalmente quando estão envolvidos sentimentos, afetos e emoções, (iii) o receio de como o assunto irá repercutir fora do espaço escolar, e (iv) negativa/resistência de parte dos gestores, quanto à discussão, em classe, de assuntos ditos “polêmicos”. Os participantes entendem que para serem discutidos os temas relacionados à sexualidade são necessários conhecimentos anatômicos e fisiológicos do corpo humano, algo considerado na literatura um equívoco, pois limitar educação sexual unicamente a estes temas é cercear as oportunidades de aprendizagem. Ao se analisar as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço da escola sob a perspectiva dos professores percebeu-se que são incipientes as oportunidades oferecidas aos estudantes para a aprendizagem, reflexão e discussão de temas relacionados à educação sexual. Em algumas escolas quando este assunto é abordado, o é por meio de palestras com a presença de convidados externos. Conclui-se que, no momento, a Educação Sexual nas escolas da cidade de Lages (SC) quando acontece de parte dos professores, é por meio de uma perspectiva biológica e higienista, limitada a conceitos anatômicos, biológicos e focado em métodos de contracepção e na evitação de ISTs, contraponto do que se preconiza: uma educação sexual abordada e refletida de forma mais ampla do que apenas algumas falas oportunas sobre assuntos pontuais.

Palavras-chave: Educação sexual. Ensino fundamental. Práticas pedagógicas. Perspectiva dos professores

ABSTRACT

The study aimed to analyze the pedagogical practices of sexual education in the school environment from the perspective of teachers, through a transdisciplinary approach. The study was approved by the Human Research Ethics Committee - CEP. The research is characterized as qualitative, descriptive, and exploratory. It is a non-probabilistic sample, whose method of accessing participants was snowball sampling. The participants were 15 teachers who work in the final years of elementary school in private (5), municipal (5), and state (5) schools, as it was intended to produce knowledge about pedagogical practices of sexual education directed at pre-adolescents in each education network. Semi-structured interviews were used to collect data, with questions of interest on the subject that organized the collection. The interviews were recorded and transcribed. To analyze the data, the 8 stages of qualitative content analysis research described by Flick (2009) were followed to produce the results. It was possible to observe (i) the teachers' fear of talking about the subject when it goes beyond technical content, (ii) the insufficiency of knowledge about possibilities of approaching the subject, especially when feelings, emotions, and affections are involved, (iii) the fear of how the subject will resonate outside the school environment, and (iv) the denial/resistance of some managers regarding the discussion of so-called "controversial" topics in class. The participants understand that anatomical and physiological knowledge of the human body is necessary to discuss sexuality-related topics, which is considered a mistake in the literature, as limiting sexual education solely to these topics is limiting learning opportunities. By analyzing the pedagogical practices of sexual education in the school environment from the perspective of teachers, it was noticed that the opportunities offered to students for learning, reflection, and discussion of sexuality-related topics are incipient. In some schools, when this subject is addressed, it is through lectures with the presence of external guests. It is concluded that, at the moment, Sexual Education in the schools of the city of Lages (SC) when it happens on the part of teachers, is through a biological and hygienic perspective, limited to anatomical and biological concepts, and focused on contraception methods and the prevention of STIs, which is contrary to what is advocated. However, it is understood that sexual education should be approached and reflected more broadly than just a few timely talks on specific topics.

Keywords: Sex education. Elementary School. Pedagogical practices. Teachers' perspective

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1- Dissertações publicadas nos últimos 5 anos pela BDTD.....	24
Quadro 2. Relação dos Entrevistados, disciplinas e rede de ensino na qual lecionam	52
Figura 1 – Modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo	33
Figura 2. Nuvem de Palavras	38
Imagem 1: resultado de pesquisa sobre coito interrompido como método anticoncepcional..	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATLAS.Ti.....	<i>Software for Qualitative and Mixed Methods Data Analysis</i>
BDTD.....	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC.....	Base Comum Curricular
DCSMEL.....	Diretrizes curriculares do sistema municipal de educação de Lages/SC
ECA.....	Estatuto da Criança e Adolescência
IBGE.....	Instituto de Geografia e Estatística
IST's	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIAPN+.....	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.
MEC.....	Ministério da Educação
MS.....	Ministério da Saúde
PCN.....	Parâmetros Curriculares Nacionais
PENSE.....	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PNE.....	Plano Nacional de Educação
TBDH.....	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIPLAC.....	Universidade do Planalto Catarinense

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1 O estado da questão	22
2.2 Sexualidade na pré-adolescência e o desenvolvimento humano	28
2.3 Educação sexual na escola e as práticas pedagógicas	31
2.4 Parâmetros curriculares nacionais e internacionais para educação sexual nas escolas	37
2.5 Formação de professores para educação sexual nas escolas	42
3 PERCURSO METODOLÓGICO	47
3.1 Caracterização da pesquisa.....	47
3.2 Entrevistas	48
3.3 Participantes	48
3.4 Questões éticas	49
3.5 Procedimentos de coleta de dados	50
3.6 Procedimentos de análise de dados	51
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	52
4.1 Dados dos participantes.....	52
4.2 Percepção geral dos professores sobre educação sexual no espaço escolar.....	53
4.2.1 Educação Sexual na escola com enfoque nas aulas de ciências.....	58
4.2.2 O mesossistema família/escola como agente de aprendizagem em educação sexual na escola	65
4.3 Práticas pedagógicas de educação sexual no cotidiano.....	73
4.3.1 Perspectivas dos professores sobre a necessidade da abordagem da educação sexual no espaço da escola.....	78
4.3.2 Perspectivas dos professores sobre o que pode favorecer a educação sexual no espaço da escola.....	85
4.4 Formação continuada de professores para educação sexual.....	90
4.4.1 Educação sexual além do conteúdo técnico	93
4.4.2 Endereço social e educação sexual.....	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	26
APÊNDICE B- Roteiro de entrevista semiestruturada.....	27
ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	29

1 INTRODUÇÃO

A motivação para o presente estudo surgiu a partir de observação empírica, em razão de atendimentos no contexto de Psicologia Clínica, de pré-adolescentes que apresentavam, durante o início da puberdade, a intensificação da sexualidade, o que por vezes gerava curiosidades e conflitos interpessoais, sociais e familiares relacionados ao sexo e a sexualidade. Esses jovens eram, algumas vezes, encaminhados pela própria escola para atendimento psicológico, com a queixa de que estariam apresentando comportamentos considerados inadequados, de acordo com o ponto de vista de quem os educava. Como por exemplo, questões relacionadas à identidade de gênero, ao interesse sexual expresso de várias maneiras, como: flertar, beijar, masturbar-se, e curiosidades sobre sexo e sexualidade.

Nesse cenário, nota-se que os pais solicitam aos professores informações sobre tais questões e vice-versa. Em alguns casos raros, buscam atendimento psicológico, o que suscita a reflexão acerca da capacitação adequada de professores, gestores e pais para lidar com essas demandas. Isso nos leva a questionar qual é a abordagem adotada pelos professores em relação à educação sexual dos pré-adolescentes na escola.

Para tanto, neste estudo, pretendeu-se analisar as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço da escolar, sob a perspectiva dos professores, diante de um panorama interdisciplinar, o que significa que se busca a compreensão dos fenômenos e a construção e conhecimentos sobre o tema em tela, de maneira global e abrangente. Ou seja, a busca de outros saberes com o objetivo de encontrar ou construir estratégias de melhoria em todas as disciplinas. Entende-se que a interdisciplinaridade é o movimento existente entre determinadas disciplinas, isto é, a partir desta análise, depreende-se que a interdisciplinaridade só existe porque existem as disciplinas e que ela ocorre justamente nos pontos de convergência (ou de ligação) entre elas.

Uma metodologia interdisciplinar orienta tanto pesquisadores quanto os professores a analisarem os fenômenos a partir de diferentes perspectivas (SOUZA; SALGADO; CHAMON; FAZENDA, 2022). Para abarcar a temática, neste estudo, buscaram-se os fundamentos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), originada no trabalho de Urie Bronfenbrenner (1979/1996). A partir dessa teoria foram utilizados os conceitos dos sistemas denominados microssistema, exossistema, macrosistema e cronossistema, que estão descritos no subtítulo: 2.3 Educação sexual na escola e as práticas pedagógicas.

Em razão disso, foi possível construir o estudo de forma sistêmica e analisar aspectos dos pré-adolescentes em desenvolvimento, bem como dos contextos em que vivem e dos processos interativos que influenciam o próprio desenvolvimento humano, em determinados períodos de tempo. Como resultado, houve a integração da TDBH ao tema ‘práticas pedagógicas em educação sexual no espaço escolar’.

Tal integração possibilitou constatar a necessidade de pesquisadores atentarem à diversidade que caracteriza os sujeitos em seus processos psicológicos, à sua participação dinâmica nos ambientes, às suas características pessoais, e à sua construção histórica-sócio-cultural.

Ao considerar esta teoria, percebe-se a necessidade de integrar a união entre os profissionais de saúde e educação para a analisar as práticas pedagógicas sobre educação sexual (FERREIRA *et al*, 2019). Para Hames e Kamp (2019), “as reflexões sobre educação sexual apontam para a ampliação do papel da Ciência e da Biologia nessas discussões, bem como a importância de um diálogo qualificado com outras áreas do conhecimento” (p. 67). Áreas estas que vão ao encontro das ciências humanas, como a Psicologia, por exemplo. Neste estudo, foram entrevistados professores dos anos finais do Ensino Fundamental, todavia, os dados foram analisados diante da perspectiva interdisciplinar de produção de conhecimentos.

Nos livros didáticos de Ciências dos anos iniciais do Ensino Básico, há algum tempo é apresentada a ideia de sexualidade somente como uma parte do sistema corporal. A educação sexual é uma questão que apavora e gera receio por parte dos profissionais da escola e da família, já que há a crença de que, ao se trabalhar com essas discussões, haverá um incentivo para que crianças e adolescentes iniciem sua vida sexual (SOUZA; FERRARI, 2019).

Atualmente, é possível notar que há outras preocupações além do incentivo à iniciação precoce da atividade sexual. Em diversos contextos em que pré-adolescentes estão inseridos, tem-se verificado uma certa perplexidade por parte de educadores e familiares em relação aos debates contínuos sobre temas como sexualidade, relações de gênero, identidade de gênero, diversidade sexual, saúde sexual e reprodutiva. Essas discussões podem confrontar com a visão heteronormativa predominante na sociedade, o que pode gerar estranhamento. (NUNES, 2021)

Analisar, refletir e discutir as práticas pedagógicas de educação sexual no contexto escolar representa a possibilidade de contribuição acadêmica quanto a esta temática. A partir disso, pôde-se produzir conhecimento sob a égide de dados coletados diretamente com

professores que trabalham com estudantes pré-adolescentes. De acordo com Flick (2002 p. 17), “a relevância específica da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais, deve-se ao fato da pluralização das esferas da vida”. Com este entendimento, o que se pretendeu realizar foi a análise da educação sexual oferecida a pré-adolescentes, do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental (anos finais), nas escolas, por meio das perspectivas de quem trabalha em tais contextos cotidianamente, os professores

Como relevância científica, há contribuição para compreensão sobre a educação sexual no espaço escolar de forma interdisciplinar. Por meio destas observações empíricas, pôde-se verificar que os temas relacionados à educação sexual, geralmente quando abordados por professores das escolas, são focados na prevenção da gravidez na adolescência e em doenças sexualmente transmissíveis, anatomia do corpo humano e os sistemas reprodutivos, ou seja, em uma abordagem higienista e biológica somente. Todavia, parece ser essencial considerar outros assuntos e demandas de educação sexual de forma mais ampla e inclusiva, em razão de sua diversidade, da influência na saúde, segurança e qualidade de vida dos estudantes do ensino fundamental.

Percebe-se a importância de discorrer sobre os conceitos do que é sexo e sexualidade, que, embora sejam complementares, não guardam em si o mesmo significado. Sexo diz respeito à relação sexual, e faz parte da sexualidade. Sexualidade é mais abrangente, engloba prazer, afetividade, carinho, toque, corpo, a imagem corporal que cada um tem de si, comunicação verbal e não verbal (olhares, sorrisos, toques, entre outros), gênero (feminino e masculino), identidade sexual e de gênero (como a pessoa reconhece seu gênero) e educação sexual (diz respeito à atração sexual e afetiva) (FIGUEIRÓ, 2018).

Dessa forma, os resultados do estudo podem contribuir científica e socialmente com a produção de conhecimentos sobre a temática de modo a reverberar influências na área acadêmica e integrar os conhecimentos da Psicologia e da Educação. Na Psicologia, é possível que os profissionais que lidam com temáticas como essas em seu cotidiano ampliem seus conhecimentos sobre as práticas pedagógicas em educação sexual e como essas se concretizam no espaço escolar e, deste modo, melhorar sua conduta clínica e profissional.

Na área da Educação, os resultados deste estudo podem favorecer uma melhor efetividade do processo de ensino-aprendizagem sobre o tema em tela, além de motivar/estimular professores e estudantes à reflexão, à análise, à avaliação e ao redimensionamento de suas capacidades e potencialidades, dos direitos e deveres, assim como suas ações. O estudo apresenta contribuições sobre as teorias de desenvolvimento humano adotadas neste estudo, a partir de alguns estudos já produzidos sobre a temática em ambas as

áreas. De forma interdisciplinar, portanto, este estudo buscou responder ao problema identificado.

Para um melhor encaminhamento científico sobre o tema foi adotada a teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (BRONFENBRENNER, 1999). Essa preconiza que o processo de aprendizagem está vinculado a níveis estruturais e funcionais de indivíduos e a fatores ambientais, cognitivos, biológicos, emocionais e comportamentais na formação do sujeito. Assim, torna-se possível compreender se os ambientes em que os pré-adolescentes estão inseridos são adequados para a promoção da educação sexual nas escolas e para os processos de aprendizado. A problemática apresentada neste estudo foi analisada pelos fatores que Bronfenbrenner (1999) afirma fazerem parte do processo do desenvolvimento global do indivíduo e que estão insertos nos processos de aprendizagem.

No contexto escolar, os professores são os principais agentes envolvidos na mediação do conhecimento, de conteúdo, das cognições e dos afetos com os estudantes. Assim, a discussão de informações sobre a educação sexual surge nos discursos propostos pela família, pela sociedade ou pelos meios de comunicação com os quais estes estudantes interagem. Deste modo, entende-se que os professores são chamados a interagir e intervir quando tais assuntos emergem no espaço da escola. Os professores podem preencher lacunas nas informações que os estudantes já possuem, mas que tenham sido aprendidas de formas distorcidas e disfuncionais¹ pelos outros sistemas em que eles convivem. Assim, os professores favorecem o acesso à informação de maneira confiante, fidedigna, responsável e preventiva sobre educação sexual.

Verifica-se a incipiência de informações coerentes a esse público, bem como, o risco de comportamentos que podem afetar sua saúde, de modo geral. Para Figueiró (2019), os professores necessitam superar o medo da reação negativa de pais, mães ou de pessoas ligadas a movimentos conservadores no que se refere à educação sexual. Essa atitude contribuirá para que crianças, adolescentes, pais e educadores busquem a educação sexual como um caminho para alcançar a prevenção do abuso sexual, da violência sexual, da exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens, sem deixar de desconsiderar o discurso da gravidez na adolescência e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Com base nas reflexões expostas nos parágrafos anteriores, observa-se que a educação

¹Pensamentos disfuncionais são crenças disfuncionais que geram pensamentos que estão entranhados na compreensão do indivíduo que os aceita como verdades ou “regras da vida”. Assim, segue aquilo que julga como verdade, algo que gera no indivíduo também comportamentos de acordo com essa verdade. Podem ainda, dar origem a modos de pensar que fazem as pessoas verem a realidade com um olhar distorcido, uma perspectiva pessimista, tendenciosa e autossabotadora (BECK; ALFORD, 2000.)

sexual originada somente da família pode, em alguns casos, representar ensinamentos que provocam atitudes desencontradas do propósito de uma educação sexual segura, coerente e fidedigna. Ou ainda que, caso contrário, correr-se o risco de erroneamente, os estudantes aprenderem conteúdos de forma distorcida sobre sexualidade e buscarem referências em apenas uma parte de todo o sistema em que convivem. Isto poderá limitar o processo de aprendizagem a respeito da educação sexual e se tornar um fator de risco psicossocial¹ e de saúde para estes estudantes. Deste modo, é pertinente e necessária a reflexão sobre o conceito de educação sexual considerada neste estudo.

Este estudo considera a educação sexual toda ação de ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja no nível de conhecimento ou de discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual (FIGUEIRÓ, 2020). Diante disto, entende-se que educação sexual pode ocorrer em qualquer estágio da vida do ser humano. Está presente em espaços cotidianos por meio de valores formais e/ou informais, e em discursos que envolvem a sexualidade. Um dos espaços cotidianos dos pré-adolescentes é a escola.

Apesar de muitos avanços na educação de jovens, a escola ainda tem se silenciado diante dos debates sobre sexualidade e quando opta por trazê-los, normalmente nas aulas de ciências, privilegia o enfoque na reprodução humana (LOPES; FERRARI, 2019). Cavalheiro (2019) salienta que ainda é preciso pensar sobre as infâncias, os gêneros e as sexualidades de modo amplo e atual. Conforme a autora, surgem também, novas estratégias de uma efetiva educação para a sexualidade, que possa auxiliar no trabalho pedagógico, no espaço escolar. O que, neste contexto, ainda é preciso considerar o fato de que os professores precisam ser preparados e capacitados para realizar suas práticas pedagógicas quanto à temática em tela.

Com este estudo buscou-se compreender como os principais mediadores do conhecimento, os professores, inserem suas práticas pedagógicas de educação sexual no cotidiano escolar, para além de assuntos unicamente relacionados a métodos higienistas e biológicos tratados somente nas aulas Ciências, sem uma perspectiva interdisciplinar.

Para tanto, foram entrevistados professores que lecionam no Ensino Fundamental anos finais, sem limitar às disciplinas as quais estes lecionavam no momento da entrevista. Isto porque, o interesse ou as dúvidas sobre sexualidade de parte dos adolescentes podem surgir a partir de incontáveis possibilidades, como por exemplo, nas aulas de matemática, ou de geografia, por exemplo.

² Que envolve conjuntamente aspectos psicológicos e sociais (PAIVA, 2013).

A pergunta ou problema de pesquisa consiste em comunicar o que se deseja resolver e entender, por meio de processos científicos (MARCONI; LAKATOS, 2003). Com esse propósito, a pesquisa foi realizada com o intuito de compreender que as práticas pedagógicas em educação sexual no ambiente escolar são cruciais. Isso ocorre porque cada vez mais surgem casos de preconceitos, violência de gênero e exploração sexual na sociedade, exigindo ações eficazes para desmistificar tabus sociais e culturais, além de romper com padrões conservadores envolvendo a sexualidade. Tais ações podem ser ativadas na medida em que conhecimentos e esclarecimentos forem mediados por professores no contexto escolar. Portanto, este estudo buscou produzir respostas à seguinte questão: **quais são as percepções dos professores sobre as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço escolar, nos anos finais do ensino fundamental?**

De modo a responder a pergunta de pesquisa elencada, apresentam-se os objetivos deste estudo. Como objetivo geral buscou-se analisar a percepção dos professores sobre as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço escolar, nos anos finais do Ensino Fundamental. Para responder a este objetivo maior, especificamente, pretendeu-se: (i) identificar as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço da escola na perspectiva dos professores; (ii) analisar os processos de ensino-aprendizagem relacionados à educação sexual nas escolas, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e; (iii) examinar a percepção dos professores quanto à sua formação como profissional relacionada à educação sexual nas escolas.

Ainda neste estudo, foram levantados três pressupostos a partir de extensa leitura sobre o tema: (i) as práticas pedagógicas em educação sexual no espaço escolar são centralizadas em métodos contraceptivos e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis; (ii) a educação sexual nas escolas está limitada a conceitos biológicos; (iii) a formação dos professores não é suficiente à apropriação do conhecimento sobre educação sexual.

Diante da constituição desta pesquisa e de suas concepções essenciais, a estrutura dos capítulos aborda as questões relacionadas ao problema apresentado, aos objetivos gerais e aos específicos, bem como ao resgate dos estudos teóricos e conceitos abordados. Da mesma forma, será possível ampliar conhecimentos e conceitos que apontam as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço da escola.

O primeiro capítulo apresenta a introdução da pesquisa onde se situa o leitor quanto à temática abordada, sobre os aportes teóricos e metodológicos, entre eles o objetivo geral e os objetivos específicos, a problemática e também a justificativa e a relevância deste estudo. Por

sua vez, o segundo capítulo apresenta o referencial teórico, onde inicialmente é apresentado o estado da arte dos estudos realizados nos últimos cinco anos a respeito da temática práticas pedagógicas e educação sexual na escola. Neste mesmo capítulo, são discutidos os temas sexualidade na pré-adolescência e o desenvolvimento humano, educação sexual na escola e as práticas pedagógicas, parâmetros curriculares nacionais e internacionais para educação sexual nas escolas, formação de professores para educação sexual nas escolas. Tais conteúdos foram trazidos em razão dos achados no estado da arte.

Na sequência, como terceiro capítulo é apresentado o percurso metodológico do estudo. Nele são descritas a caracterização da pesquisa, as entrevistas, a seleção da amostra, as questões éticas, os procedimentos de coleta de dados, bem como os procedimentos de análise de dados. Soma-se a isto a descrição dos instrumentos da coleta de dados com base nos objetivos e questões norteadoras elencadas inicialmente.

No quarto capítulo são expostos os resultados e discussões dos dados analisados no estudo. Inicialmente são descritos os dados dos participantes e adiante à percepção geral dos professores sobre educação sexual no espaço escolar, educação sexual na escola com enfoque nas aulas de ciências, o mesossistema família/escola como agente de aprendizagem em educação sexual na escola, educação sexual além do conteúdo técnico, endereço social e educação sexual.

Por fim, são apresentados os resultados mais relevantes articulando-os nas considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Produzir conhecimento e buscar estratégias para cada vez mais provocar reflexões e promover melhores práticas pedagógicas em educação sexual é algo necessário no contexto escolar. Para tanto, percebe-se importante a busca do que já há produzido pela academia a respeito da educação sexual na escola. Afinal, é necessário apontar pesquisas que realizam um balanço e o mapeamento dos estudos já realizados dentro da temática que se pretende estudar para que se desvende e examine o conhecimento já elaborado e que se apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes sobre o assunto de interesse (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Nesta revisão de literatura, em seu primeiro subtítulo, é apresentado o estado da arte a respeito do tema a partir de um conjunto de dados acessados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD. Foram utilizados os descritores ‘educação sexual’ e ‘práticas pedagógicas’, filtrados entre os anos de 2018 e 2022. Os achados derivados desse levantamento possibilitaram a análise de informações relevantes e agrupadas em quatro subtítulos temáticos.

No primeiro subtítulo, apresenta-se a revisão narrativa sobre a sexualidade na pré-adolescência e o desenvolvimento humano. Foram utilizados livros e artigos sobre conceitos e teorias relativas à faixa etária de 11 a 14 anos, o que representa os anos finais do ensino fundamental nos anos finais, quanto a questões relacionadas ao desenvolvimento da sexualidade.

Apresenta-se no segundo subtítulo, a revisão narrativa sobre Educação sexual na escola e as práticas pedagógicas. Nele é discutido o conceito de práticas pedagógicas utilizado neste estudo, bem como a contextualização deste à proposta teórica da TBDH.

No terceiro subtítulo, as diretrizes e parâmetros curriculares nacionais e internacionais para educação sexual nas escolas são apresentadas e refletidas a partir de documentos legais que fomentam e promovem a educação sexual no espaço da escola, em Santa Catarina e no Brasil e em outros países, bem como, as prerrogativas que os legitimam. Nesta parte do texto, analisou-se a BNCC, alguns guias e orientações produzidos a respeito do tema, bem como os parâmetros curriculares que antecederam tais diretrizes.

No quarto subtítulo há referenciais teóricos que discutem a formação de professores para educação sexual nas escolas.

2.1 O ESTADO DA QUESTÃO

Nas páginas seguintes será apresentado o estado da questão a respeito do tema a partir de um conjunto de dados acessados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD. Nesse banco de dados, filtraram-se publicações entre 2018 a 2022 (últimos cinco anos), com os descritores: educação sexual e práticas pedagógicas em termos exatos. Inicialmente foram encontradas 21 teses e 61 dissertações, totalizando 82 estudos. Contudo, ao analisar estes textos, percebeu-se que seis dissertações e três teses estavam duplicadas na base. Por fim, restaram 55 dissertações e 18 teses. Optou-se por direcionar os filtros a partir das dissertações, para acessar o conhecimento do que se tem produzido de conhecimento em mestrados a respeito das práticas pedagógicas em educação sexual.

O estado da questão foi construído a partir das dissertações encontradas na base de dados BDTD, contudo, foram incluídos outros estudos os quais foram encontrados paralelamente.

De início, a análise dos textos que se enquadravam no tema educação sexual e práticas pedagógicas possibilitou observar que cinco dissertações tratavam somente sobre gênero na escola, mas não tinham relação com a educação sexual ou práticas pedagógicas; outras duas tratavam sobre violência sexual, uma destas era uma pesquisa realizada no contexto religioso e outra sobre a literatura pornográfica. Assim, das 55 dissertações, nove foram excluídas por não guardarem relação direta com o tema a ser investigado. Restaram, portanto, 46 estudos para a leitura e análise.

É importante ressaltar que a temática relacionada a gênero é encontrada e mencionada frequentemente em pesquisas, todavia, ela não representa o foco deste estudo. Pretende-se estudar a educação sexual de forma ampla e abrangente, o que envolve as relações de gênero, entretanto, não se limita a estas.

Cabe ressaltar que o termo orientação sexual é mencionado nos Parâmetros Curriculares Nacionais inicialmente, enquanto o termo educação sexual é utilizado atualmente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas diretrizes do estado de Santa Catarina. Entre eles, percebem-se diferentes significados. A orientação sexual refere-se a um mecanismo mais elaborado no qual, com base na experiência e nos conhecimentos, o orientador ajuda o orientando a analisar diferentes opções, tornando-o apto a conhecer novos caminhos (VITIELLO, 1997, p. 95). Em outras palavras, isso acontece em qualquer contexto em que o estudante possa estar inserido, havendo perspectivas de fornecimento de informações sobre sexualidade como espaço de reflexões e questionamentos sobre posturas,

tabus, crenças, valores, relacionamentos e comportamentos sexuais.

A educação sexual ocorre na escola, entre educador e estudante, buscando a construção de conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento de um raciocínio comportamental e disciplinar, em sua individualidade, diante do grupo social e do meio ambiente em que vive. No entanto, a educação sexual também pode ocorrer por meio de livros, mídias sociais, religião e família (LIMA, 2021). Salienta-se que a escola é um dos espaços privilegiados para discussões qualificadas sobre sexo e sexualidade e que se deve considerar que os sistemas em que os sujeitos interagem podem reproduzir nos estudantes padrões de moralidade de uma dada sociedade. Entretanto, tais padrões fazem parte da formação dos sistemas e são construídos e modificados ao longo do tempo e conforme o contexto.

Diante dessas definições sobre orientação sexual e educação sexual, percebe-se, numa perspectiva interdisciplinar, que ambos os conceitos são importantes para a formação dos processos de aprendizagem dos estudantes. Por um lado, não se pode ignorar a questão sexual naquilo que se associa às questões biológicas e diante da difusão crescente das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência e outros aspectos. No entanto, deve-se considerar e discutir o que é iniciado no lar, suprir lacunas, combater preconceitos e rever conceitos distorcidos sobre sexualidade. Acredita-se que difundir atitudes repressivas moralistas que impliquem em comportamento reprodutivo adequado a quem os educa não representa o caminho mais saudável. Pelo contrário, preparar os estudantes para discriminar o que é biológico, o que vem da cultura, da classe social a que pertence e sua própria verdade com relação à sexualidade parece ser mais construtivo, emancipador e saudável.

Entre os 46 estudos incluídos na análise, percebe-se que 2019 foi o ano que comportou mais publicações e 2018 menos publicações sobre o tema. Até o momento da escrita do presente texto, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) encontrou-se apenas uma publicação em 2022 sobre educação sexual e práticas pedagógicas em termos exatos. O Quadro 1 a seguir possibilita a visualização do conjunto de dados encontrados:

Quadro 1. Dissertações publicadas entre 2018 e 2022 pela BDTD

Dissertações publicadas entre 2018 e 2022 pela BDTD	
Ano	Número de Publicações
2018	05
2019	17

2020	12
2021	11
2022	1
TOTAL	46

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Após a análise destes estudos, pode-se perceber, no que tange a área do conhecimento, que 17 dissertações eram específicas da área da educação. Alguns destes estudos (6) também eram categorizadas por disciplinas que podem ser incluídas na área da Educação, como Educação em Ciências Biológicas, Artes, Ensino Religioso (Teologia), Linguística, Geografia e Letras. Os demais estudos (23), foram categorizados como pesquisas na área de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas e Psicologia.

Quanto à filiação/vinculação destes estudos sobre educação sexual e práticas pedagógicas, se verificou que a Universidade Federal da Bahia - UFBA vincula os autores onde há mais dissertações a respeito (6). Em seguida, a Universidade Estadual Paulista-UNESP (5) e a Ânima Educação (5). A Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJG e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ produziram 3 estudos cada. A Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade de Brasília, Universidade Estadual do Oeste do Paraná e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná produziram dois estudos cada. As demais universidades Faculdades EST, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pontifícia Universidade Católica de Goiás apresentam uma publicação.

Vale salientar que os termos utilizados para a busca da plataforma foram ‘educação sexual’ e ‘práticas pedagógicas’ em termos exatos. No entanto, acredita-se que algumas destas universidades podem ter produzido mais estudos sobre educação sexual em termos diferentes, como gênero, sexualidade, orientação sexual, entre outros, que estão ligados à temática, todavia, não apareceram diante dos filtros selecionados.

Dentre essas pesquisas, pode-se observar que os temas mais estudados quanto às práticas pedagógicas e educação sexual tratam de assuntos relacionados a gênero, identidade

de gênero, diversidade sexual, formação de professores, educação sexual no contexto escolar, aulas de ciências e biologia, sexualidade na infância adolescência e políticas públicas.

Encontraram-se, ainda, textos cujos assuntos que se enquadram na temática de políticas públicas, pois estão relacionados à resistência ao governo. Em outros estudos, percebe-se que foram abordados temas como raça, etnia, violência sexual, pessoas com deficiência, língua estrangeira, relações familiares e a escola, em que eram mencionados os termos educação sexual ou práticas pedagógicas nos escritos. Algo que desperta atenção é que, nesta plataforma, grande parte dos estudos mencionam a temática de educação sexual para estudantes no contexto escolar. Tais estudos não foram incluídos nesta revisão.

Na análise das dissertações produzidas, percebe-se que o público de maior interesse quanto à produção de conhecimentos é o de adolescentes ou crianças, ou seja, os anos iniciais do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Nada ou quase nada encontra-se a respeito dos pré-adolescentes, e quando esses são citados, são referidos como “jovens”. A partir disto, depreende-se que tal fato ocorre porque a literatura raramente refere a definição da faixa etária que caracteriza a pré-adolescência, tampouco o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA o faz. Ainda, infere-se que pouco se produz a respeito dessa faixa etária, e quando se produz, é de forma generalista, com citações desses como jovens, crianças ou adolescentes.

Os estudos analisados deixam claro que a formação continuada de professores é uma necessidade recorrente e essencial para lidar com assuntos relacionados à educação sexual. Além disso, os educadores precisam ser capacitados nesta área durante os cursos de graduação. As dissertações apontam que muitos professores do ensino básico se sentem despreparados para abordar temas de educação sexual em sala de aula, o que é consistente com as conclusões de Chaimsohn (2018), Lima (2020), Martins (2019) e Moreira (2019). É imprescindível que haja um investimento na formação dos professores para que eles possam desempenhar seu papel de forma eficiente e segura no contexto da educação sexual.

A discussão sobre as políticas públicas para a educação sexual nas escolas é fundamental e merece ser refletida, pois apesar de existirem parâmetros curriculares e guias de orientação para este fim, muitas vezes eles não são incorporados às práticas pedagógicas cotidianas como deveriam. Além disso, o tema tem sido cada vez mais minimizado nas bases comuns curriculares. No entanto, estudos mostram que em países onde a abordagem da educação sexual é emancipatória, sem interferências políticas significativas e considerando a diversidade, os resultados são satisfatórios, como apontado por Abreu (2021) e Scherrer (2019). É importante repensar as políticas públicas para a educação sexual nas escolas, buscando uma abordagem inclusiva, respeitosa e efetiva para garantir a formação integral dos

estudantes.

Em outras palavras, percebem-se lacunas, no que tange às políticas públicas sobre as práticas pedagógicas em educação sexual. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais encontram-se retóricas que visam promover o respeito, tolerância, humanidade e qualidade de vida entre as pessoas. Contudo, na prática não são percebidas tais retóricas acontecendo no cotidiano (MATOS, 2017). Com base em informações empíricas de como a educação sexual é tratada atualmente por professores e gestores nas escolas, justifica-se a origem do interesse em investigá-lo por perceber que na prática a educação sexual não acontece como descrevem as políticas públicas.

Assim, Furnaletto, Marin e Gonçalves (2019) sugerem uma lacuna entre o discurso de informações sobre sexualidade no contexto escolar e também no comportamento de crianças e adolescentes. Tal fato revela o escopo reduzido de temáticas abordadas e sentimentos de constrangimento entre os mesmos. O que leva a entender que, quanto menos se aborda o tema, mais reprimido e velado ele se torna.

É possível observar que, em relação às matérias que tratam de educação sexual, Biologia e Ciências são frequentemente mencionadas como disciplinas proeminentes, conforme já descrito na literatura (COSTA, 2020). No entanto, é importante refletir sobre o fato de que esse tema não se limita apenas às aulas dessas disciplinas, mas também ocorre em vários contextos e situações de socialização.

Advoga-se que a construção da educação sexual acontece nos mais diversos contextos e ocasiões cotidianas, como na realização de carícias no próprio corpo, na curiosidade sobre o corpo do outro, nas brincadeiras com colegas, nas frases e palavras escritas nas portas dos banheiros escolares, nas piadas, nas músicas, nos padrões de beleza, nas perguntas ou ainda na reprodução de gestos e atitudes típicos da manifestação da sexualidade adulta, como reconhecimento das diferenças sexuais e de gênero (o que cabe às atitudes relacionadas a meninos ou meninas, por exemplo) (MAIA, 2012). Essas manifestações podem ser projetadas¹ nos ambientes em que as crianças e adolescentes convivem, inclusive na escola.

Para tanto, considera-se oportuno pesquisar o tema educação sexual e as práticas pedagógicas diante das perspectivas teóricas de Bronfenbrenner e Morris (2006), por estes considerarem os fatores ambientais, sociais, afetivos, biológicos, emocionais e comportamentais importantes influências no desenvolvimento da aprendizagem de estudantes. E ainda, estes autores privilegiam estudos longitudinais, com destaque para instrumentos que viabilizem a

³ Projeção é um mecanismo de defesa psicológico em que determinada pessoa "projeta" seus próprios pensamentos, motivações, desejos e sentimentos indesejáveis numa ou mais pessoas (TEIXEIRA, 2012).

descrição e compreensão dos sistemas de maneira mais contextualizada.

De acordo com essa teoria, ao longo do desenvolvimento humano, as pessoas são influenciadas pelas interações em diversos ambientes nos quais estão inseridas (sistema), denominados ecossistemas. Esses ecossistemas são compostos por quatro camadas: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema, que juntos formam o cronossistema. O microsistema é composto pelos contextos de interação mais fundamentais, como a família e a escola. As conexões entre o microsistema, ou seja, as interações entre a família e a escola, ou entre outros sistemas nos quais a pessoa está inserida, configuram o mesossistema. O exossistema envolve um sistema social maior, no qual o indivíduo não está diretamente conectado, como, por exemplo, o governo, os meios de comunicação e as mídias sociais. Já o macrosistema abrange valores, crenças, costumes culturais e leis, permeando todas as outras camadas e afetando o indivíduo. Por fim, o cronossistema se refere aos padrões de estabilidade ou instabilidade vivenciados pelo indivíduo, tais como mudanças de vida que podem envolver separação dos pais, mudança de país, mudanças fisiológicas no desenvolvimento humano, entre outras (BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006).

A pretensão em vincular essa teoria ao tema de educação sexual vai ao encontro da reflexão de que crianças e adolescentes sofrem influências de todo o ecossistema que podem ser representados através de livros, da escola, da família e de pessoas que não pertencem à sua família (amigos, colegas, personagens) e, principalmente, nos dias atuais, das mídias.

Essas fontes atuam de maneira decisiva na formação da educação sexual de crianças, jovens e adultos. Os programas de televisão e as plataformas de *streaming*⁴ e outros meios de comunicação como as redes sociais, as plataformas digitais de jogos, veiculam propagandas, filmes, séries, novelas e músicas que geram mensagens e símbolos sobre a sexualidade e como esta pode se configurar. Isto pode gerar em crianças e adolescentes a compreensão incompleta e errônea do significado dessas mensagens, além de que podem contribuir para a construção de conceitos e explicações que acarretam riscos e ideias distorcidas e fantasiosas sobre a sexualidade (MEC, 1997).

A escola, que faz parte do microsistema, é um espaço em que as interações vão além das atividades intelectuais e do ensino de disciplinas acadêmicas. É também um lugar de interações sociais e vínculos que envolvem a sexualidade, influenciando nas outras camadas desse sistema. Nesse contexto, os indivíduos encontram-se em fases do desenvolvimento em que questões relacionadas à sexualidade podem gerar dúvidas, dificuldades e preconceitos.

⁴ Tecnologia que permite o consumo filmes, séries e músicas por plataformas digitais.

Conforme Melo (2017, p. 01), “A escola é um locus de ações de promoção à saúde de crianças e adolescentes, em que os assuntos que envolvem educação sexual podem ser tratados de forma mais natural e propícia”.

Em razão das breves análises aqui empreendidas, torna-se relevante citar que ainda é incipiente o número de estudos sobre o tema na área da educação que discutem as práticas pedagógicas. Inicialmente surgiram números significativos, todavia, ao se analisar o foco de interesse presente nestes estudos, verificou-se que poucos estavam relacionados às práticas pedagógicas e à educação sexual.

2.2 Sexualidade na pré-adolescência e o desenvolvimento humano

Neste estudo, a fase do desenvolvimento de 11 a 14 anos representa o interesse principal. Salienta-se que este recorte representa a idade dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. Diante disto, percebe-se a necessidade de abordar conceitos e teorias sobre esta faixa etária.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990). Uma das questões levantadas é a incipiência da pesquisa diferenciando a faixa etária da pré-adolescência. A maioria dessas, são inspiradas na proposta do ECA (TORRES, 2007).

Ao procurar por definições mais precisas, especificidades e estudos sobre essa fase da escolarização básica, verificou-se que há dificuldades em encontrar referências que abordam essa faixa etária de forma específica. Até mesmo, a definição de como se referir a estes pré-adolescentes em termos de descrição. Foram encontrados apenas termos gerais como “jovem” e “juventude” para adolescentes do ensino médio que apresentam 15 anos ou mais e “crianças” para estudantes do ensino fundamental. De acordo com Davis *et al.* (2013) tal situação torna complexo distinguir até mesmo um termo exato para referir o público pré-adolescente neste estudo. Na faixa etária dos 11 aos 14 anos, pouco se encontra a respeito.

De modo geral, entender o ser humano a partir de olhares distintos é sempre um campo em constante evolução. “O campo do desenvolvimento humano concentra-se no estudo científico dos processos sistemáticos de mudança e estabilidade que ocorrem nas pessoas” (FELDMAN; PAPALIA, 2013 p. 420). Em razão disso, diversos autores se debruçam sobre as características do ciclo vital e de desenvolvimento humano, dentre estes Bronfenbrenner (1989).

Para Bronfenbrenner, o desenvolvimento humano é definido como "o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida" (BRONFENBRENNER, 1989, p.191). A perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) é embasada na teoria sistêmica, que é definida como "o todo que representa mais do que a soma das partes; nesta, o essencial reside na interação dos elementos que o compõem" (CASTRI, 1981). Deste modo, entende-se que o desenvolvimento humano é influenciado por todas as interações as quais o indivíduo vivencia ao longo da vida.

Os pesquisadores enfrentam um desafio ao estudar a faixa etária da pré-adolescência em relação à educação sexual, já que muitas vezes há confusão quanto às definições técnicas e conceituais. Essa falta de clareza pode levar a intervenções clínicas e práticas pedagógicas escolares equivocadas, resultando em uma abordagem inadequada do tema para esse público específico (TORRES, 2007).

Quanto ao conceito de pré-adolescência, na TBDH é evidente a fragilidade dos estudos para este período etário (CHIAPETTI; RAMOS, 2003). O que se percebe é que a teoria se direciona mais aos sistemas em que os indivíduos estão inseridos, do que a fases etárias propriamente ditas. Portanto, para preencher essa lacuna teórica, buscou-se aporte sobre tal fase do desenvolvimento em Henri Wallon (1879-1962), no estágio da puberdade e adolescência (WALLON, 1956). Acredita-se que Wallon é o autor que mais se aproxima à perspectiva do desenvolvimento que considera os aspectos sociais, familiares e escolares. Isso vai ao encontro da TBDH, uma vez que é guarda representatividade quanto aos fatores ambientais. Wallon pontua a distinção entre o estágio da puberdade e o da adolescência e opta por abordar em descrição conjunta, mas que delimita a fase intermediária entre a criança e o adulto, todavia destaca as características de cada fase.

Diante disto, torna-se importante discorrer sobre o estágio categorial presente a partir dos 6 anos de idade, em que a criança possui com o adulto uma relação mais estável e de proximidade. Todavia, por volta dos 11/12 anos, o equilíbrio é rompido de forma brusca, de modo que Wallon denomina a "crise da puberdade". A decorrência dessa, afeta todas as dimensões afetiva, cognitiva e motora, e simboliza a passagem da infância para a adolescência (WALLON, 1956). Nessa crise da puberdade, as características são: o rompimento da tranquilidade afetiva; nova definição da personalidade por conta da desestruturação devido às modificações corporais, resultantes da ação hormonal; questões morais, pessoais e existenciais; a afetividade torna-se racionalizada (GALVÃO, 1996).

Assim, Wallon (1956) define que a puberdade é um fator biológico que está

significativamente associado a aspectos psicológicos e sociais. Entretanto, defende que “a intensidade e o volume de seus efeitos psíquicos variam muito com o modo de existência de uma época ou das diferentes classes sociais” (WALLON, 1956 p. 69).

A teoria de Wallon destaca os fatores morfológicos e fisiológicos da puberdade, por se tratarem de efeitos de aparecimento dos caracteres sexuais que podem acentuar as diferenças entre dois gêneros. Explica que “ao mesmo tempo são ativadas necessidades eróticas, que anteriormente não era ignorada pela criança, mas que estavam voltadas para o prazer solitário, e que agora são de ampla aspiração de seu ser para um complemento indispensável” (WALLON, 1956 p.67).

Quanto à sexualidade, pré-adolescentes externalizam mais suas necessidades eróticas de diversas formas, voltadas aos pares, o que pode gerar estranheza e conflitos com adultos do sistema familiar ou dos demais adultos que convivem com estes púberes. Os laços afetivos e a dependência familiar, substituídos por algumas atitudes de oposição, provocam no pré-adolescente a sensação de que há um sentimento maior de amizade com relação a seus pares ou um adulto estranho à sua família (TORRES, 2007).

Percebe-se que esta fase, a da crise da puberdade, causa alterações no ecossistema, por comportar mudanças fisiológicas, morfológicas e sociais do desenvolvimento (cronossistema). Durante a pré-adolescência, é comum que os jovens expressem suas necessidades eróticas e procurem se afastar dos padrões estabelecidos pela família, buscando se aproximar mais dos seus pares de escola. Essa mudança de comportamento pode gerar conflitos entre a relação da família e da escola (mesossistema), além de desafiar as relações afetivas e familiares em relação à cultura, costumes, questões morais e normas sociais (macrossistema). Como resultado disso, o indivíduo acaba modificando o ambiente em que está inserido e é modificado por esse ambiente, o que exerce uma grande influência no seu desenvolvimento.

Diante disto, percebe-se que a puberdade é marcada por fatores latentes relacionados ao desenvolvimento da sexualidade, e que sofre interferência de todo o ecossistema que comportam a interação entre as pessoas. Neste ecossistema, pode-se mencionar as interações no espaço da escola, pela relação com os seus amigos, colegas e professores. Por tais razões, discorrer sobre as práticas pedagógicas em educação sexual no espaço da escola parece ser essencial, quando se consideram as interações de todo o ecossistema e as alterações do cronossistema.

Fazem parte deste sistema de mudanças o desenvolvimento das questões sexuais próprias de cada fase do ciclo vital. Há décadas esses estudos vêm sendo realizados. De

acordo com Figueiró (2020), a educação sexual não deve ser perspectivada como algo que ocorre de forma isolada da educação global do indivíduo, mas sim, ser entendida como parte dela.

De acordo com Mocanu (2018), tais mudanças afetam o universo afetivo, social e cultural do futuro adulto. Entende-se que a escola também faz parte deste cenário de desenvolvimento de crianças e adolescentes, pois nela interações e mudanças estão presentes cotidianamente.

Na relação entre a psicogênese e a Teoria Bioecológica, pode-se considerar que Bronfenbrenner, embora não mencione em sua teoria aspectos direcionados a fases etárias no desenvolvimento, aponta para a relação entre sujeito e o contexto no qual se encontra inserido. A interação entre os diversos sistemas, individuais e ambientais, a transição entre diversos contextos e a qualidade entre as relações permitirão um desenvolvimento saudável (MURTA *et al.*, 2015). Além da família, estão inclusos outros ambientes sociais que sofrem alteração na puberdade, como expressa a teoria de Wallon (1956).

Para Belli e Manrique (2017), na escola o desenvolvimento e a educação das crianças e adolescentes envolve as funções de emoção, cognição e socialização, ou seja, o gerenciamento de habilidades emocionais e sociais não pode ser desconectado do aprendizado.

É pertinente esclarecer que, embora parte destes autores do desenvolvimento não constituírem referências-base para esta pesquisa, percebeu-se a relevância de trazê-los à discussão teórica, em razão de suas contribuições históricas para o entendimento do desenvolvimento humano, principalmente de crianças e adolescentes.

2.3 Educação sexual na escola e as práticas pedagógicas

A educação sexual de pré-adolescentes implica responsabilidade da família, administradores escolares, educadores e formuladores de políticas (ASTLE, 2020). Golberg (1988), pontua que a educação sexual é um processo que apresenta constantes investimentos na transformação de padrões de relacionamento sobre a sexualidade. Ainda, segundo o autor mencionado, percebe-se que há envolvimento de conceitos morais e ideológicos sobre o tema, o que gera várias possibilidades de mediação de conhecimento. Isto implica que a educação sexual é influenciada pelas percepções pessoais de quem os educa.

Nesse processo de constante investimento na transformação de padrões na educação, envolvem-se os processos de aprendizagem e as práticas pedagógicas que associam o ensino e a forma como ele acontece. As práticas pedagógicas possuem definições distintas na

literatura. Franco (2016) destaca que o conceito de práticas pedagógicas possui complexidade de compreensão e de análise de seus fundamentos de forma concreta.

Para Caldeira (2010, p. 01), prática pedagógica “é o resultado da aplicação de conhecimentos teóricos extraídos de diferentes disciplinas científicas na resolução de problemas, percorrendo um caminho no sentido da ideia à ação, dos princípios teóricos à prática”.

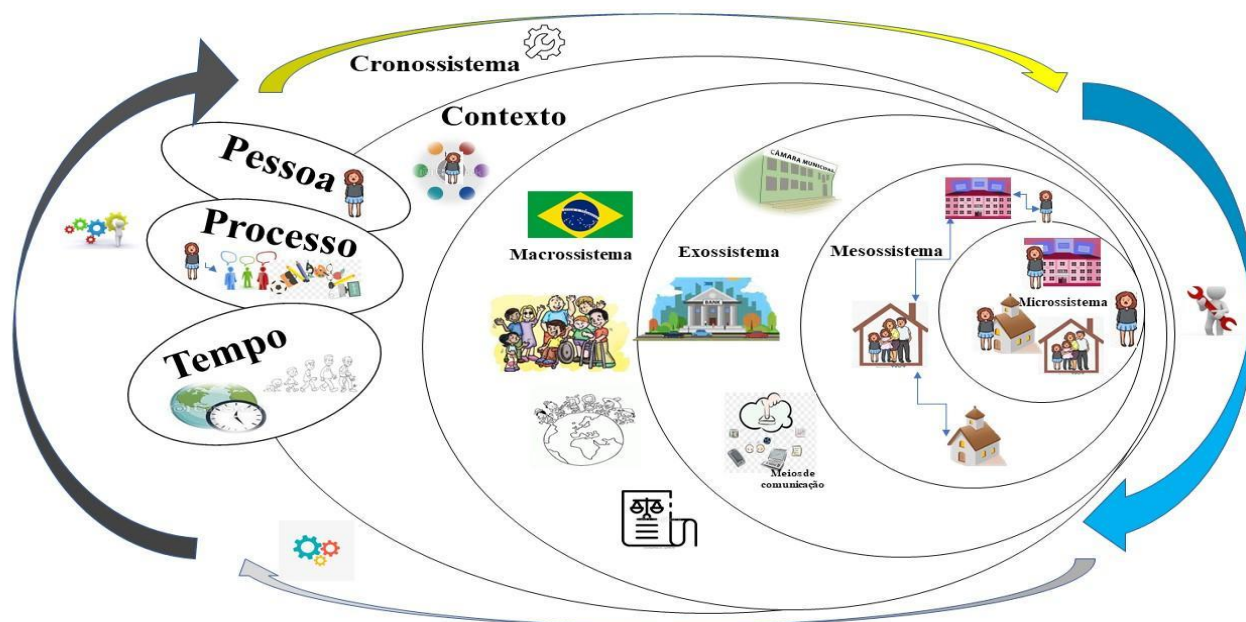
De acordo com Carvalho e Neto (1994, p. 59), a comunicação é definida como “uma prática social determinada por um jogo de interesses e intencionalidades; pela visão de mundo; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus atores e própria à realidade situada.”

Neste estudo, faz-se uso da perspectiva de Caldeira e Zaidan como conceito central em que esta representa “uma prática social complexa que acontece em diferentes espaços/tempos da escola, no cotidiano de professores e estudantes nela envolvidos e, de modo especial, na sala de aula, mediada pela interação professor-aluno-conhecimento” (2010, p. 2). Considera-se ainda, que as práticas pedagógicas se constroem não somente no espaço e tempo da escola, mas no cotidiano de professores e estudantes, de acordo com fatores que são influenciados pelos sistemas em que convivem.

Esses fatores influenciados pelo sistema podem ser melhor explicados de acordo com a TBDH. Nesta teoria, as práticas sociais e interações ambientais que acontecem nos espaços em que o indivíduo convive são formados por sistemas que interagem entre si de forma direta ou indireta. Nestes termos, o ambiente influencia o indivíduo e vice e versa, e promove influências no desenvolvimento integral do indivíduo, algo que inclui o espaço da escola e os processos de aprendizagem.

Diante da proposta teórica da TBDH, o processo de desenvolver um ser humano está relacionado à estabilidade e mudança nas características biopsicológicas da pessoa durante seu ciclo de vida. Nessa teoria, isto é representado por meio de processos proximais, denominados Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT), como será representado na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Bronfenbrenner (1977- 1998)

Na Figura 1 apresentada acima, é possível perceber que os círculos equivalem aos sistemas que, apesar de específicos em suas características, são dinâmicos e entrelaçados. Esses sistemas estão organizados como um encaixe de estruturas as quais compartilham o mesmo centro ou eixo, o qual simboliza o contexto, cada um em suas inter-relações.

A pessoa diz respeito ao indivíduo, aquele que carrega seu repertório individual, como as características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais. O processo são as interações que ocorrem entre as outras pessoas, objetos, bem como, a regularidade e a reciprocidade entre estes.

O tempo são dimensões múltiplas de temporalidade, como o tempo individual, tempo familiar e/ou tempo histórico. O contexto trata de níveis ou sistemas inter-relacionados da ecologia do desenvolvimento humano, como os microsistemas, mesossistemas, exossistemas e macrossistema (BRONFENBRENNER, 1979). Com o passar do tempo, o autor definiu mais um sistema, o cronossistema, que depende dos fatores de estabilidade e transições que podem acontecer. Esses fatores são divididos em dois tipos: normativas, que são eventos do curso normal de vida, como a entrada na escola ou puberdade, por exemplo; e não normativas, eventos não esperados, como mudança de casa ou divórcio, por exemplo (BRONFENBRENNER, 1986). No diagrama representado, o cronossistema muda conforme mudam as configurações de um dos sistemas.

O cronossitema inclui as influências do tempo e as mudanças que ocorrem ao longo dele no ambiente. Assim, é subdividido em microtempo, masotempo e macrotempo. O microtempo ocorre durante o curso de uma atividade específica ou interação. O mesotempo é dedicado às atividades e interações que ocorrem com alguma periodicidade no ambiente da pessoa em desenvolvimento. O macrotempo acontece com as mudanças na sociedade através das gerações, assim como a forma que esses eventos afetam o desenvolvimento humano no ciclo de vida (TUDGE, 2008).

Silva *et al.* (2016 p.78) exemplificam: “o pai jogar futebol com o filho representa o microtempo; o pai levar todos os dias o filho para a escola é o mesotempo; e o macrotempo está relacionado à forma como o pai do pai lhe educou, o que vai interferir, na forma de como o pai e filho se relacionam”. Assim, ao contextualizar o tema no espaço escolar é possível exemplificar do seguinte modo: um professor falar brevemente sobre um tema relacionado à sexualidade em aula é o microtempo; o professor falar mais vezes sobre o tema sexualidade à medida que surge a necessidade/possibilidade é o mesotempo; e o macrotempo é como esse professor aborda tal temática com os estudantes ao longo de sua disciplina, o que irá interferir na maneira como eles se relacionam com o tema e como serão afetados e afetam o percurso durante o processo de aprendizagem.

Pode-se considerar que a escola faz parte direta e indiretamente de todos os sistemas, assim como os indivíduos que a frequentam. O que leva à reflexão sobre como as práticas pedagógicas são organizadas, potencializadas, interpretadas e conduzidas. Nessa reflexão busca-se perspectivar a educação emancipatória.

Tal perspectiva será sustentada pelos pressupostos de educação emancipatória em Freire (1941, p. 14), para quem a educação não é apenas transmissão de conhecimento mas sim, uma possibilidade de o educando construir o seu próprio conhecimento baseado em suas vivências pessoais e com a sociedade. Portanto, a educação deverá ser um processo que contribui para a formação e para sua responsabilidade social e política.

Outro autor que vai ao encontro do que Freire (1996) propõe em sua teoria emancipatória. Ele destaca que “é sobretudo formar a autonomia do sujeito histórico competente, uma vez que, o educando não é o objetivo de ensino, mas sim sujeito do processo” (p. 16). Tais perspectivas expostas por Freire e Demo propõem uma educação transformadora, focada no desenvolvimento e na autonomia do educando para construir uma sociedade mais participativa e justa.

Alguns autores se inspiraram nesses conceitos e abordagens de educação para tratarem especificamente de educação sexual. As autoras Golberg (1982) e Figueiró (2020), por

exemplo, defendem que a educação emancipatória nas escolas visa promover pensamentos e debates do que é relacionado à sexualidade e à sua vivência com responsabilidade.

As autoras afirmam que o papel do professor não se restringe apenas à transmissão de informações biológicas sobre sexualidade, mas também inclui a criação de um ambiente propício para que os alunos possam esclarecer dúvidas, expressar sentimentos e questionar tabus e preconceitos, com o objetivo de construir uma sociedade menos repressiva em relação à sexualidade, permitindo vivenciá-la sem culpa ou vergonha. Esse processo possibilita aos alunos desenvolver seus próprios posicionamentos pessoais e reinterpretar as informações recebidas de outros sistemas sociais nos quais estão inseridos. Dessa forma, valores morais importantes são adquiridos, tais como respeito próprio e pelos outros, justiça, fraternidade, amor e igualdade.

Para Figueiró (1996), há várias formas de educação sexual. Essas podem ser separadas em **cinco categorias**: a **primeira** é religiosa tradicional, em que a vivência da sexualidade está condicionada às normas religiosas oficiais, no caso da católica, e nas normas bíblicas, no caso da protestante. A **segunda** é a abordagem religiosa libertadora, que em primeiro plano está a preservação dos princípios cristãos fundamentais como: amor, respeito e justiça. Assim partilha dos pressupostos da educação sexual política.

A educação sexual política, **terceira categoria**, considera as transformações sociais bem como as relações de poder, a aceitação das diferenças e o respeito pelas minorias. Nesta, os papéis sexuais são pensados à luz do enfoque sócio, histórico e cultural. A **quarta categoria** descrita por Figueiró (1996) é a educação sexual médica, que alude à diáde entre saúde e doença, possui foco na saúde pública no que tange a sexualidade e comporta programas preventivos aos desajustes sexuais, com perspectiva de assegurar a saúde não apenas do indivíduo, mas da sociedade.

A **quinta categoria** revela a abordagem pedagógica, em que o processo de ensino/aprendizagem é fundamental e mantém o foco em aspectos formativos onde se inclui a discussão de valores, atitudes e sentimentos. Tanto a abordagem médica quanto a pedagógica, servem como um meio de levar o indivíduo a viver bem a sua sexualidade (FIGUEIRÓ, 1996). Ao analisar o contexto atual, considera-se que apesar desta referência a respeito das categorias ser originalmente de 1996, tais conceitos e abordagens permanecem atuais e acontecem cotidianamente.

Tais abordagens podem convergir para a complexidade de unir e associar essas realidades na escola (FIGUEIRÓ, 2020). Para Zaw *et al.* (2020 p. 2), “a educação sexual na escola é importante para a saúde reprodutiva das crianças e adolescentes; no entanto, pode ser

desafiador conceber maneiras de adaptá-la às necessidades de uma sociedade em particular”. O que anuncia a pertinência de discorrer sobre o contexto histórico da educação sexual nas escolas.

A educação sexual nas escolas iniciou no século XX e tinha como foco o controle epidemiológico, com discursos que eram, em geral, repressivos, com o intuito higienista da prevenção da gravidez precoce e a transmissão das ISTs, em uma perspectiva médica de saúde pública (FURLANETTO *et al.*, 2020).

De acordo com Moraes *et al.* (2021), a educação sexual no Brasil busca ensinar e esclarecer questões relacionadas ao sexo e apesar do que muitos pensam, falar sobre sexo ainda provoca constrangimentos. Cabe destacar que o tema é essencial, na medida em que esclarece dúvidas sobre preservativos, ISTs, organismo masculino e feminino, anticoncepcionais, gravidez e etc. Todavia, não deve se limitar a estes conceitos e assuntos.

Alguns estudos visam problematizar o atual contexto da educação sexual (MENDER; BAJA, 2019). Fernandes e Atabb (2020) defendem que, no Brasil, a educação sexual na escola deve ser livre e igualitária para que ocorra a quebra de vários mitos e possíveis traumas que uma educação sexual punitiva e classificatória podem gerar na vida do indivíduo. Os autores deixam claro que a educação sexual está relacionada à autoestima de indivíduos e sua capacidade de construção de mecanismos de defesa de atos abusivos. Recomendam que as pessoas sejam respeitadas e que convivam de maneira saudável com quem tem escolhas diferentes das suas, o que os torna capazes de reagirem e se posicionarem de maneira contrária a qualquer atitude que possa ferir a dignidade e o direito do outro.

Em um levantamento realizado por Goldfarb e Lieberman (2021), a eficácia da educação sexual foi estudada em países como Estados Unidos, Israel, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Países Baixos, Quênia, México, África do Sul, Irlanda, China, Alemanha, Espanha, Taiwan, Turquia, Reino Unido, Irlanda, Holanda. Os autores constataram que fazem parte deste sistema de mudanças o desenvolvimento das questões sexuais que são pertinentes a cada fase do ciclo vital, e neste, incluem-se a infância e adolescência. Há décadas esses estudos são realizados em países em que a educação sexual é inserida de forma mais abrangente. A compreensão de como acontece a educação sexual de forma mais abrangente requer discorrer sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais vigentes no Brasil, conforme apresentado a seguir.

2.4 Parâmetros curriculares nacionais e internacionais para educação sexual nas escolas

Discorrer sobre os documentos legais que fomentam e promovem as discussões e orientações sobre educação sexual no espaço da escola, em Santa Catarina e no Brasil, bem como, as prerrogativas que legitimam como estes documentos foram gestados é pertinente quando se trata do foco deste estudo.

No momento atual (2023) os parâmetros curriculares nacionais são históricos, devido à inserção da BNCC, a qual atualmente embasa as práticas pedagógicas dos professores. Contudo, como não há caderno específico de educação sexual na BNCC, e ainda se utiliza os Parâmetros Curriculares Nacionais.

As diretrizes curriculares são responsáveis por estabelecer a base nacional comum, para orientar a organização, articulação, desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras (MEC, 2013). Essas diretrizes são documentos federais que estão vinculados ou são decorrentes de diferentes movimentos sociais e políticos, que influenciam em mudanças de pensamentos e valores e envolvem atitudes e comportamentos, dos quais a educação sexual também faz parte. (MARÇAL; ROSSETTI, 2020).

Desde a segunda metade dos anos 1990, o tema sexualidade passou a ser mencionado pelo Ministério da Educação. Em 1997 foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Ao analisá-los, percebe-se que havia a intenção de oportunizar à sociedade um currículo que estimulasse um aprendizado nas questões da vida real. Nos parâmetros curriculares incluiu-se a orientação sexual como um tema transversal (BRASIL, 1997).

A educação orientada nos PCN teve por objetivo descentralizar o tema, possibilitou o mesmo em diferentes campos disciplinares o que favoreceu abordagens amplas, interdisciplinares e privilegiou questões relativas à saúde, sexualidade, gênero e afetividade dos estudantes (ALFREDO JÚNIOR; PEREIRA, 2020). Neste contexto, há a preocupação com a dignidade humana e o exercício da cidadania, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9394/96), em que considera os aspectos da saúde, sexualidade, vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho e a ciência, dentre outros indispensáveis à formação integral do indivíduo. Requer ainda que

Art. 2º A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Lei nº 9394/96)

Em 2001, houve a inserção de um importante documento para o campo educacional, o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001). Esse documento determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional que vigoraram até o ano de 2010. Nessa Lei, incluía-se no plano para os cursos de formação de professores, nas diretrizes curriculares os temas relacionados às abordagens de gênero, educação sexual, ética e saúde.

Houve a proposta de construção de um novo PNE, previsto para 2011–2020. Desde 2009 foram realizadas Conferências Municipais e Estaduais para que, a partir dessas, fosse elaborado o PNE. Observa-se que o tema sexualidade foi intitulado como ‘educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos’ com as proposições e estratégias de que promovessem a igualdade racial, de gênero, por orientação sexual e identidade de gênero, os direitos reprodutivos, de prevenção a abusos e exploração sexual (CONAE, 2014).

Contudo, observa-se que no atual PNE 2014-2024, as questões de gênero e sexualidade não foram referidas. A versão do documento mais atualizado limitou-se a um objetivo superficial de superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (BRASIL, 2014).

Além de leis e parâmetros curriculares, há outros documentos normativos que organizam o conjunto de aprendizagens importantes, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com esse documento os professores têm autonomia de trabalhar, além de outros temas, o de educação sexual (SANTOS, 2021). Na versão mais atualizada da BNCC, a temática sexualidade foi reduzida à disciplina de Ciências com ênfase na reprodução e doenças sexualmente transmissíveis e contemplada apenas no oitavo ano letivo (BRASIL, 2017).

A BNCC foi disponibilizada em setembro de 2015, e nesta versão, houve a previsão da abordagem dos temas relacionados à sexualidade em duas etapas do componente curricular de ciências. Especificamente na unidade de conhecimento intitulada "Vida: constituição e Reprodução", que foi proposta para o nono ano do ensino fundamental, foram abordados os componentes e o funcionamento do aparelho genital masculino e feminino, além da compreensão das mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade (BRASIL, 2015, p.182).

A segunda versão da BNCC foi apresentada no ano de 2016 pelo MEC. Nessa versão, a busca sobre o tema sexualidade para a Educação Infantil resultou em termos/expressões como gênero, etnia ou raça, classe, religião e sexualidade (BRASIL, 2016, p. 69). Apesar de tais referências, os objetos de aprendizagem para os anos iniciais do ensino fundamental não

as contemplam, estando assim descritos: “Perceber que diferenças anatômicas entre os animais, incluindo os seres humanos estão relacionadas a diferentes formas de realizar funções como a respiração, a alimentação, a excreção e a reprodução” (BRASIL, 2016, p. 292).

Quanto aos anos finais do ensino fundamental, o tema sexualidade havia sido inserido nos objetivos de aprendizagem na disciplina de ciência do oitavo ano com a seguinte proposta: “Relacionar as dimensões orgânica, culturais, afetiva e éticas na reprodução humana, que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade” (BRASIL, 2016, p. 447)

Percebe-se que, embora as diretrizes considerem a educação sexual no contexto escolar, há atenção no momento somente para adolescentes e à prevenção de doenças e da gravidez precoce. O Caderno de Educação Básica de Saúde Sexual e Reprodutiva, elaborado pelo Ministério da Saúde (2013) orienta que, “a sexualidade deve ser vista como comportamento social e expressão da afetividade” (p. 96)”. Isso é algo controverso pois, ao resgatar algumas teorias do desenvolvimento humano já abordadas neste estudo, os aspectos relacionados à afetividade ocorrem desde os primeiros anos de vida.

Além das bases e planos nacionais, é importante destacar e discorrer sobre a educação sexual nas escolas em Santa Catarina e como o sistema educacional deste estado tem inserido tais políticas públicas. Isto encontra-se de forma mais abrangente no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, alicerçado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (SANTA CATARINA, 2019).

Assim, pode-se observar que o tema educação sexual é mencionado no Organizador curricular: Ciências da Natureza – 8º ano, na unidade temática “vida e evolução”, como objeto de conhecimento, mecanismos reprodutivos e sexualidade. Dentre as habilidades e conteúdo esperados, incluem-se a prevenção e identificação dos sintomas de ISTs, sistemas reprodutores, gravidez indesejada, parto, métodos contraceptivos, maturação sexual dos adolescentes, entre outros temas vinculados a questões biológicas (SANTA CATARINA, 2019).

No texto, mais adiante, nota-se que o tema é apresentado no organizador curricular Ensino Religioso do 6º, 7º e 8º anos. Na unidade temática: “Identidades, diversidades e alteridades”. Como objeto de conhecimento: “Diversidades e Direitos Humanos”. Como objetivos de aprendizagem: “identificar e problematizar situações de violências, prevenindo e protegendo crianças e adolescentes do abuso e exploração sexual, *bullying*, racismo, machismo, entre outros” SANTA CATARINA, 2019, p. 485). Incluem-se nos 7º e 8º anos os

temas xenofobia, LGBT fobia.

Além das disciplinas da escola, é importante frisar que na área da saúde ocorre a promoção de ações que visam a educação sexual, com a possibilidade de se desenvolver trabalhos interdisciplinares. De acordo com o Ministério da Saúde - MS (2013), os programas de saúde em educação sexual visam oferecer orientações técnicas para a atuação dos profissionais da Atenção Básica na atenção à saúde sexual e à saúde reprodutiva. O MS registra ainda que “é importante que as ações educativas se desenvolvam em diferentes espaços, como nas escolas, nas associações comunitárias, nos serviços de saúde, no domicílio, entre outros, buscando-se o envolvimento dos pais e familiares” (p. 68).

Com isso, pode-se perceber que profissionais da escola e da saúde podem, juntos, atuar neste trabalho de orientação e educação. Isso potencializará o trabalho, porque nas salas de aula, nos corredores escolares, nos intervalos, crianças e adolescentes se desenvolvem como pessoas, socializam com pares e educam-se, muitas vezes, à margem dos currículos formais. Assim sendo, cumprem, de forma mais ampla e eficaz, os princípios da dignidade humana e o acesso aos direitos humanos básicos que são visados não somente a âmbito nacional.

No que se refere aos tratados internacionais que mencionam a educação sexual, Aires (2021) ressalta que esse tema está presente neles direta ou indiretamente. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que em seu artigo 26.º (p. 4), afirma que: “a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”.

Em contexto semelhante, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), aborda no artigo 13º o tema educação também vinculado a assuntos como desenvolvimento da personalidade, dignidade, respeito e liberdades fundamentais:

Os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito de todos à educação. (...) a educação deve permitir que todas as pessoas participem efetivamente de uma sociedade livre, promover compreensão, tolerância e amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos, além de promover as atividades da Organização das Nações Unidas para a manutenção da paz (UNITED NATIONS, 1976, n.p).

Ainda, é pertinente considerar os demais tratados importantes e com propostas semelhantes como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969). Nela se assegurou que os países incluídos no acordo devem se comprometer a proporcionar educação à população sobre a prevenção e tratamento de problemas de saúde.

Houve ainda a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas, realizada no Egito, em (1994), sendo esse o primeiro encontro mundial em que todos os aspectos da vida humana foram conversados e acordados de forma abrangente. Esse encontro resultou no plano de ação que visava compromissos para melhorar a vida populacional, incluindo assuntos como planejamento familiar e saúde sexual e reprodutiva.

Pode-se observar que alguns tratados internacionais não citam o termo “educação sexual” como um direito inerente à criança e ao adolescente, todavia, abordando o ser humano integral, pouco mencionam aspectos que são importantes no desenvolvimento psicossocial e psicossocial dos indivíduos.

Contudo, atualmente no Brasil, embora haja as diretrizes curriculares nacionais e os guias de educação sexual nas escolas, não há legislação que torne o tema obrigatório no espaço escolar, diferentemente do que ocorre na Europa, onde a educação sexual foi efetivada nas escolas.

A introdução da educação sexual na escola continuou na década de 1990 e início de 2000, primeiro na França e no Reino Unido e, posteriormente, em Portugal, Espanha, Estônia, Ucrânia e Armênia. Na Irlanda, a educação sexual tornou-se obrigatória nas escolas primárias e secundárias em 2003 (EUROPEAN EXPERT GROUP ON SEXUALITY EDUCATION, 2015). Helmer *et al.* (2015) asseveram que países como a Finlândia e a Holanda são conhecidos por seus programas de educação em sexualidade no currículo escolar, e apresentam baixas taxas de ISTs e gravidez na adolescência. Na Argentina e Uruguai há apontamentos em documentos oficiais sobre a orientação sexual, prevenção da violência de gênero, igualdade de tratamento e à não-discriminação por qualquer condição ou circunstância sexual, pessoal ou social (LÓPEZCR, 2015; BENEDETL, 2015).

Por fim, com relação aos parâmetros curriculares nacionais e com base no contexto histórico do estado de Santa Catarina, nacional e internacional, pode-se perceber que os PCNs contribuíram para que se iniciassem as discussões e implementações de conteúdos acerca da sexualidade. Todavia, não houve reação efetiva nas escolas. Barbosa *et al.* (2019) argumentam que diante do atual contexto político e social do Brasil, através de discursos e práticas conservadoras e a imposição da heteronormatividade, cabe resgatar os PCNs e repensar suas reestruturações e adoção da educação sexual nas práticas pedagógicas.

Observa-se que ocorreram consideráveis marcos que representaram conquistas e notáveis recuos sobre a educação sexual nas escolas. Constatou-se que, entre um documento e outro, a sexualidade perdeu seu caráter educativo, no sentido mais amplo, e cada vez mais ficou restrita aos aspectos biológicos, limitados às aulas de ciências. Assim, abandonou seu

caráter interdisciplinar para ser disciplinar.

De acordo com Moreira e Folmer (2015), a educação sexual é considerada uma necessidade nas escolas, no entanto, eles afirmam que os educadores enfrentam grandes desafios ao trabalhar com esse tema. As dificuldades são diversas, indo desde questões políticas e ideológicas até a falta de capacitação dos profissionais da educação.

2.5 Formação de professores para educação sexual nas escolas

Até o momento, foram apresentados aspectos da relevância das práticas pedagógicas em educação sexual no espaço escolar, todavia, é necessário pesquisar na literatura sobre o que há atualmente de produções científicas quanto aos principais envolvidos no espaço escolar, os professores e estudantes. Torna-se pertinente também abordar a formação dos professores para lidar com o tema educação sexual, já que nas páginas anteriores foram citados estudos que trazem este fator como insuficiente, no contexto atual, para abarcar tais demandas.

Quando os estudantes sentem a necessidade de falar sobre sexualidade, 46,3% não se sentem confortáveis em falar sobre esse tema com o professor. Entretanto, 87,5% dos estudantes concordam que a escola é um lugar seguro e adequado para falar sobre este assunto (TRINDADE, *et al.*, 2021). Isso implica na forma como este assunto é abordado no contexto atual.

No que tange à percepção dos professores e familiares, nos estudos de Moreira, *et al.* (2020), algo que justificaria a importância da Educação Sexual na escola e no diálogo com os familiares dos estudantes, seria o discurso biológico/médico. Entretanto, diante de referências mais atualizadas, afirma-se que os professores relatam ter bons resultados em suas intervenções em educação sexual mais abrangente, o que desperta o interesse e engajamento por parte dos estudantes para com o tema. Moreira *et al.* (2021) afirmam que há a percepção dos familiares de que educação sexual deve ter o olhar biológico, o que leva a entender que o assunto deve ser trabalhado de forma disciplinar e que ao se abandonar esta perspectiva, os pais podem representar um obstáculo para a educação sexual na escola.

A percepção dos professores sobre tal temática não é consensual. De acordo com Moizés e Bueno (2010), Martin (2010) e Maia e Vilaça (2017) parte dos professores percebem a importância e a necessidade de trabalhar educação sexual nas escolas entretanto, há aqueles que não consideram que esse seja o seu papel.

Alguns professores são favoráveis, mas alertam para a necessidade de preparação pessoal, formação continuada e materiais específicos para trabalhar tais questões. Existem

aqueles que afirmam que “a escola e os professores em formação pensam que o debate sobre o tema sexo e sexualidade pode influenciar os jovens e adultos a vulgaridades em sala de aula.” (CASCARDO, 2018, p. 188).

Os educadores também têm sua subjetividade com relação à sexualidade eivada de valores e interferências socioculturais. Assim, se o professor não for preparado, não possuir informações adequadas de como manejar esse conhecimento, poderá transportar seus valores e crenças pessoais, o que impedirá a autonomia dos estudantes para que desenvolvam seu conhecimento, opiniões e individualidade sobre a sexualidade. Isso é algo que remete a aspectos do contexto histórico sobre o tema educação sexual (RODRIGUES; WECHSLER, 2014; VOLFE, 2015)

No contexto histórico, no século XVII, o tema sexualidade era considerado objeto de repressão. Havia pudor refletido em proibições, silêncio e censura sobre o tema. Os professores buscavam um discurso conservador e controlador sobre este assunto. No século XIX, a ciência se concretizava por meio da atuação médicos e professores, entre outras áreas, embora estas detivessem o poder e a capacidade de aconselhamento sobre sexualidade, como retratam as obras clássicas de Michel Foucault (FOUCAULT, 1997).

Percebe-se, em alguns contextos socioculturais, até os dias atuais, o discurso de repressão ao tema e o enaltecimento da discussão daquilo que traz riscos à saúde, como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez na adolescência. Assim, os discursos sobre a educação sexual abrangem mais questões higienistas sobre sexo, do que sobre sexualidade.

Sob a perspectiva psicológica, de acordo com a Organização Mundial de Saúde -OMS (1960), a sexualidade se relaciona com a personalidade, pensamentos, sentimentos e interfere na saúde. Assim, percebe-se a necessidade de os professores terem capacidade para intervir em assuntos de educação sexual. A formação, ainda na graduação, facilitaria o manejo do professor ao tratar deste tema, minimizando as chances de encaminhamentos a profissionais de Psicologia, podendo-se resolver com conversas e orientações.

Os professores e gestores poderiam ser melhor preparados para lidar com temas como a educação sexual, com técnicas de um melhor acolhimento e orientação das demandas que surgem. Tais técnicas e métodos poderiam ser estimuladas em demais profissionais que trabalham diretamente com o ser humano, ou ainda, há que se considerar a inserção de profissionais de Psicologia nas escolas (MOURA; *et al.*, 2017 p. 441).

Não é possível deixar de considerar que educadores em educação sexual mediam o conhecimento do tema de maneira hétero (normativa). Assim, a ideia de saúde sexual e

educação sexual se resume à “prevenção ensinando a colocar a camisinha em uma banana” (BONFIM, 2016, p. 14).

Para Freitas *et al.* (2020), é importante que ocorra a sensibilização e alerta aos pais e professores sobre a educação sexual e a importância do cuidado e alerta na infância. Principalmente para evitar abusos, importunações sexuais, incluindo a saúde física e mental destes. Pode-se perceber que, embora a escola e os pais tenham um papel fundamental na educação sexual dos filhos, tais vínculos ainda se mostram frágeis.

A questão da educação sexual é de extrema importância e está incluída nos currículos escolares brasileiros. No entanto, infelizmente, ainda há inconsistências, censura e desorganização na abordagem desse tema, que muitas vezes só é tratado no Ensino Médio com os adolescentes. É necessário considerar que a educação sexual deve ser oferecida não apenas para adolescentes, mas também para crianças, pré-adolescentes e portadores de necessidades especiais (BRANT; MARTINS, 2020). Para eles, não há no currículo o devido cuidado na educação sexual tanto quanto no que tange às violências de abuso e exploração sexual.

Neste estudo, defende-se e acredita-se que a falta de abordagem de forma adequada ao tema possa acarretar riscos à saúde e segurança dos estudantes. Por esse motivo, mencionam-se aqui as especificidades presentes no cotidiano, as quais passam despercebidas ou são ignoradas

As pessoas tendem a pensar que os portadores de necessidades especiais não manifestam interesse sexual, e interpretam que estas são ingênuas e infantis, como se fossem assexuais ou como pessoas com necessidades sexuais exacerbadas, uma visão extrema (MAIA *et al.*, 2020). Todavia, Maia e Vilaça (2019) afirmam que se expostas à aprendizagem das regras sociais e do desenvolvimento das habilidades sociais necessárias no convívio, as pessoas com deficiência podem aprender a expressar seus sentimentos e desejos sexuais – iguais aos de todos (as) – de um modo socialmente saudável e gratificante. As discussões sobre as ideias pré-concebidas que direcionam as atitudes sociais diante da sexualidade das pessoas com deficiência indicam que não são exatamente as condições específicas das deficiências que levam as possíveis dificuldades na vivência da sexualidade, mas as condições sociais que colaboram para essa expressão como, por exemplo, uma deficitária educação sexual.

Há desafios para se pensar uma educação sexual para as pessoas com deficiências. Além disso, as concepções dos professores sobre a sexualidade das pessoas com deficiência

são subjetivas, e a maioria delas ainda possuem ideias preconcebidas e insegurança na prática pedagógica com estas (BOBSIN, 2020).

Ainda dentre os desafios, constata-se que os riscos às violências e explorações sexuais são pouco referidos nas ações que ensejam educação sexual no espaço escolar e isto pode dificultar o acesso de crianças e adolescentes às informações sobre o abuso sexual infantil. O que é um fator negativo, quando se considera que a escola é um privilegiado ambiente para a detecção precoce de violência sexual. Em contrapartida, demanda-se que os profissionais que atuam neste contexto estejam capacitados para exercer as medidas protetivas e preventivas necessárias (LESSA; MAYOR, 2019).

Santos (2020), em seu estudo, explica relatos de profissionais da pedagogia informam que ao trabalhar educação sexual com educandos do ensino básico, alguns identificaram possíveis sinais de violência sexual, uma vez que os estudantes contavam sobre lugares em que adultos as tocavam e as coagiam a realizar atos que indicavam abuso sexual.

Destarte, compreende-se que a escola representa um importante canal de denúncia, bem como de rede de apoio às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Entretanto, Carvalho (2020) assevera que “há necessidade de avançar o debate e investir em capacitação de professores com vistas a transformar padrões sexuais discriminatórios e promover uma cultura de prevenção em saúde no ambiente escolar” (p. 37).

Com isso, pode-se notar quão ampla e desafiante é a educação sexual para os professores. Além de desafiante, o tema é complexo, pois sua abordagem pode envolver conceitos tradicionais que, com frequência ocasionam constrangimentos naqueles que não se enquadram em certos conceitos curriculares. Decorre disso, que a educação sexual parece ensejar desigualdades e não abranger as particularidades de crianças e adolescentes.

Percebe-se, nos estudos trazidos neste tópico, que os professores sentem insegurança, o que demonstra que não estão preparados o suficiente para trabalhar tal temática com os estudantes. Em razão disso, evidencia-se a necessidade de capacitação dos professores para o ensino da educação sexual nas escolas.

Portanto, não se pretende levantar críticas às práticas pedagógicas realizadas pelos professores, muito menos ter a perspectiva única do que os estudantes estão aprendendo sobre o tema. Neste estudo, entende-se que os professores são a ponta do *iceberg*, ou seja, representam apenas uma superfície de todo um sistema, que é regido por outros sistemas maiores, que não se mostram evidentes no cotidiano (macrossistema). Assim, buscam-se lacunas no processo das práticas pedagógicas de educação sexual, diante das perspectivas de quem é “linha de frente” no processo de ensino aprendizagem. Estes que interagem a todo

tempo com os estudantes por meio de gestos, palavras, opiniões, ideias, afetos e conteúdos acadêmicos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Todo estudo científico requer a definição do processo de atingimento das metas e objetivos estabelecidos em seu projeto. A seguir, é apresentado o percurso metodológico que norteou o estudo em tela.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa uma vez que se pretendeu interpretar e buscar significados da realidade no contexto investigado associado às concepções de homem e de mundo (GRUBITS *et al.*, 2004). Soma-se a isso, o fato de as análises qualitativas consagrarem a qualidade das informações ao possibilitar trabalhar com as palavras das pessoas, analisar suas lógicas e seus discursos, descrevendo-as posteriormente.

O estudo apresenta característica descritiva por ter como um dos objetivos, analisar as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço da escola na perspectiva dos professores e, mediante isso, analisar como ocorre. Ainda, é exploratório, pois se pretendeu-se investigar o fenômeno, tanto na literatura, quanto junto aos professores.

A decisão sobre as características descritiva e exploratória impressa ao estudo encontrou sustentação em Fernandes e Gomes (2003), Battini (2003) e Antunes, Mendes e Salles Filho (2019), pois esses autores afirmam que quando associadas estas características proporcionam mais familiaridade com o tema pesquisado e são essenciais no aprimoramento de ideias.

O método de acesso aos participantes, *snowball sampling*, não enseja *a priori* a definição do quantitativo de professores participantes da amostra. Todavia, foram acessados cinco professores com atuação nas escolas municipais, cinco professores nas escolas estaduais e cinco professores nas escolas particulares, o que totaliza quinze participantes no estudo.

Este método de acesso se caracterizou como uma amostra não probabilística, com maior utilização nas pesquisas sociais, sendo que na amostragem se vele de uma espécie de rede de informantes (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Por meio desse método, o primeiro entrevistado indicou o seguinte e assim sucessivamente. Os critérios de inclusão descritos adiante no item 3.5 foram previamente definidos pelas pesquisadoras deste estudo e considerados até que se chegou ao ‘ponto de saturação’, isto é, quando os participantes passaram a repetir os conteúdos já manifestos nas entrevistas anteriores, não surgindo mais pontos relevantes à pesquisa (MARTINS, 2011; WHA, 1994). Neste estudo, o ponto de saturação aconteceu a partir do quinto professor de cada um dos sistemas de ensino

3.2 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e individual, em um local sugerido pelo participante, de modo a deixá-lo mais à vontade e confortável.

Algumas entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados; uma delas foi realizada no consultório da pesquisadora; outros optaram por responder a entrevista na Universidade de origem da mesma. Essas aconteceram na sala de reuniões do Programa de Mestrado em Educação, uma vez que neste espaço a não-interrupção, o sigilo e o anonimato dos participantes estavam assegurados.

As entrevistas realizadas tiveram, em média, a duração de 15/30 minutos. Inicialmente realizou-se um *rapport*⁵, onde novamente o tema foi informado ao participante, bem como os objetivos da pesquisa e todas as recomendações relativas aos aspectos éticos.

Mesmo que os participantes trabalhassem em mais de uma rede de ensino foram orientados a responder as questões tendo como foco o que acontece na escola em que lecionavam maior número de aulas. Assim, por exemplo, se trabalhasse 10 horas na rede Particular e 20 na rede Estadual, deveria responder como ocorre a educação sexual na escola da rede Estadual. Caso lecionasse o mesmo número de horas, o participante deveria definir qual rede de ensino/escola consideraria em suas respostas.

3.3 Participantes

O critério acessibilidade definiu o primeiro professor que integrou a amostra; em seguida, conforme o método preconiza, este indicou outro, e assim por diante. Devido ao método de coleta de dados definido, a escolha dos participantes aconteceu por meio de informantes-chaves que possibilitaram o acesso dos pesquisadores à população que se pretendia investigar (SANCHEZ; NAPPO, 2002). Inicialmente a informante-chave, ou seja, o primeiro professor a ser entrevistado foi definido em razão de manifestar aceite em participar do estudo em resposta ao convite feito numa rede de professores egressos do Programa de Mestrado em Educação que a pesquisadora integra. Esse professor indicou outro professor e assim sucessivamente.

Ao final de cada entrevista era solicitado que o respondente da pesquisa indicasse um colega para que a pesquisadora pudesse entrar em contato para realizar o convite à participação da entrevista. O contato era realizado via mensagens pelo aplicativo *WhatsApp*

⁵ Termo utilizado para designar a técnica de criar uma ligação de empatia com outra pessoa, para que se comunique com menos resistência (LEACH, 2005).

ou via ligação telefônica. E após o aceite para a participação, foram combinados com cada participante o local e a hora que melhor se adequasse ao participante, para responder a entrevista.

No que diz respeito ao número de escolas nas quais lecionavam esses participantes, estes pertencem a 11 escolas diferentes. Dessas, no que tange às redes de ensino, foram quatro escolas municipais, três escolas estaduais e quatro particulares

O espaço geográfico abarcado pelo estudo abrangeu as escolas da cidade de Lages-SC. Nesta cidade há 20.983 estudantes matriculados nas escolas das redes de ensino estadual, municipal e particular. Há 83 escolas de estabelecimento de ensino fundamental. Nessas, há 1.298 professores do ensino fundamental (IBGE, 2021).

Sobre as especificidades do município de Lages, de acordo com as Diretrizes Curriculares do Sistema Municipal de Educação de Lages/SC - DCSMEL (2021), a Secretaria Municipal de Educação de Lages/SC confirma o princípio de “Educação, direito de todos/as” (p. 25). Assim, manifesta as concepções que orientam as políticas públicas de valorização e reconhecimento da diversidade humana, enquanto condição para a superação de práticas preconceituosas e discriminatórias, a fim de contemplar todos os sujeitos envolvidos no processo educativo (LAGES, 2021).

Depreende-se, portanto, que em suas diretrizes, a Secretaria Municipal da Educação de Lages/SC, norteia a educação integral para o desenvolvimento multidimensional do estudante em suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural como parte constitutiva do processo educativo. Incluem as relações, de saberes e habilidades, costumes, crenças e valores, bem como, as singularidades e as diferenças de cada um. E nessas incluem-se as identidades de gênero, sexualidade, étnico-raciais e religiosas. São acatadas as orientações do Parecer (nº 15/2017, p. 28-29) da BNCC, que contempla a formação integral das crianças e das/os adolescentes.

No que se refere aos anos finais do Ensino Fundamental no percurso formativo, na DCSMEL há menção de que “as/os estudantes estão em um período da vida que coincide com o início da adolescência, cujo desenvolvimento é profundamente marcado por transformações próprias desta etapa” (p. 54), e que tais transformações “no ambiente de aprendizagem, precisam ser aceitas, acolhidas e compreendidas”. (LAGES, 2021, p. 55).

3.4 Questões éticas

O projeto foi submetido previamente à avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa

em Seres Humanos da Uniplac e seguiu os pressupostos previstos na Resolução 510/2016 do Plenário do Conselho Nacional de Saúde e somente foi desenvolvido após a sua aprovação. Está registrado sob o Parecer de número 5.413.463.

Os professores que responderam a entrevista receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), que foram por eles assinados, manifestando assim, o aceite em participar da pesquisa. Eles não tiveram benefícios diretos com a participação no estudo, apenas a comunidade científica poderá se valer dos resultados para melhor compreender o tema educação sexual no espaço da escola.

O material oriundo da coleta de dados foi guardado de forma sigilosa e inviolável e assim permanecerá durante 5 anos, de modo a preservar a identidade dos participantes. Após este tempo, será incinerado.

3.5 Procedimentos de coleta de dados

A amostra foi selecionada entre professores que lecionam no Ensino Fundamental, anos finais, em escolas particulares, municipais e estaduais, isto porque pretendeu-se produzir conhecimento sobre esta faixa etária da pré-adolescência (11 a 14 anos). Em outros termos, as escolas municipais são responsáveis pela educação até o nono ano do ensino básico, as escolas estaduais também trabalham com este público, bem como, as escolas particulares. Pretendeu-se observar se há diferenças entre as práticas pedagógicas entre estas redes de ensino.

Para o estudo, foram considerados como critérios de inclusão os professores que tivessem no mínimo, um ano de experiência profissional em docência e que efetivamente lecionassem qualquer disciplina entre o sexto ao nono ano do ensino fundamental. Os critérios de exclusão de participantes foram professores que tinham menos de um ano de experiência profissional em docência ou que estivessem afastados da docência por qualquer razão.

A coleta de dados aconteceu por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice B) elaborado pelas autoras, com perguntas semiestruturadas para a extração dos dados qualitativos. A análise de dados realizada por meio da análise de conteúdo qualitativo. Flick (2009) contextualiza que este é um procedimento de análise de produção textual que, independentemente da origem, produz categorias de análise, que são criadas a partir dos relatos dos participantes da pesquisa.

Durante este estudo, foram seguidas as 8 etapas da pesquisa de análise de conteúdo qualitativo descritas por Flick (2009). Inicialmente realizou-se (i) um estudo bibliográfico a respeito do tema ‘práticas pedagógicas em educação sexual no espaço escolar’. Em seguida

foi (ii) identificado um problema de pesquisa. Depois (iii) buscou-se uma estratégia metodológica a ser utilizada, neste caso, as entrevistas semiestruturadas e a (iv) procura dos entrevistados através do método *Snowball Sampling*. Após as entrevistas foi realizada a (v) transcrição das entrevistas. Estas foram inseridas no *software Atlas.TI*, e nesse (vi) os dados foram codificados extraíndo-se as categorias de análise de acordo com as respostas dos entrevistados sobre como percebem que acontece a educação sexual no espaço em que atuam. As categorias foram (vii) analisadas e descritas. E por fim foram (viii) geradas as conclusões a respeito da percepção dos professores sobre como acontece a educação sexual no espaço escolar.

Previamente foi solicitado aos professores a autorização para gravar a entrevista. Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas para a análise dos dados e a construção dos capítulos.

3.6 Procedimentos de análise de dados

Além da análise de conteúdo qualitativo (FLICK, 2009), o estudo também se valeu do *software Atlas.TI*, um *software* profissional de análise de dados qualitativos e métodos mistos de investigação, que auxilia na análise de todos os tipos de dados não estruturados, como, por exemplo, as entrevistas. Este *software* é considerada uma ferramenta eficiente para a gestão de informações (CORUJO; REVEZ; SIVA, 2019).

Inicialmente, obtiveram-se através do *Atlas.TI*, 106 códigos primários, que depois de análise mais avançada tornaram-se 15 “famílias de códigos”, conforme nomenclatura adotada pelos autores do *software*. A partir destas 15 “famílias”, realizou-se a análise de conteúdo de cada uma, transformando essas “grandes famílias”, as quais tornaram os capítulos de análise apresentados dos resultados e discussões: (i) Dados dos participantes, (ii) Percepção geral dos professores sobre educação sexual no espaço escolar, (iii) Educação Sexual na escola com enfoque nas aulas de ciências, (iv), O mesossistema família/escola como agente de aprendizagem em educação sexual na escola, (v) Práticas pedagógicas de educação sexual no cotidiano, (vi) Perspectivas dos professores sobre a necessidade da abordagem da educação sexual no espaço da escola, (vii) Perspectivas dos professores sobre o que pode favorecer a educação sexual no espaço da escola, (viii), Formação continuada de professores para educação sexual, (ix) Educação sexual além do conteúdo técnico, (x) Endereço social e educação sexual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir são apresentados os achados deste estudo, oriundas do processo de análise do conteúdo qualitativo (FLICK, 2009). É apresentado o conjunto de dados coletados de acordo com definições voltadas ao atingimento dos objetivos do estudo.

4.1 DADOS DOS PARTICIPANTES

A fim de preservar a identidade dos participantes e de manter o sigilo das informações, estes foram identificados somente por sua principal área de conhecimento, de atuação dos professores, séries e rede de ensino onde lecionam. Com a finalidade de prezar o anonimato não há indicação de sexo, idade ou tempo de atuação.

A identificação dos entrevistados nesta pesquisa obedeceu a seguinte codificação: cada um recebeu a letra “P” de professor e um número de 1 a 15, de acordo com a ordem numérica da realização da entrevista (1 para o primeiro, 2 para o segundo e assim sucessivamente) e “M” para professores da rede Municipal de ensino, “E” para professores da rede Estadual de ensino e “P” para a rede Particular de ensino.

Os entrevistados foram identificados também pela disciplina que lecionavam no momento da entrevista, o que está representado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2. Relação dos Participantes, respectivas disciplinas e rede de ensino na qual lecionam

Relação dos Participantes por disciplina e rede em que lecionam		
Entrevistado	Disciplina que leciona	Rede de ensino
P1E	Matemática	Estadual
P5E	Língua Inglesa	Estadual
P8E	Ciências	Estadual
P9E	Ciências	Estadual
P14E	História	Estadual
P2M	Ciências	Municipal
P3M	Educação Física	Municipal
P7M	Artes	Municipal
P10M	Geografia	Municipal
P13M	Ciências	Municipal
P4P	Português	Particular
P6P	Ciências	Particular
P11P	Matemática	Particular
P12P	História	Particular

P15P	Ciências	Particular
------	----------	------------

Fonte: as autoras, dados primários, 2023.

Por meio do Quadro 2 acima é possível constatar que a maioria dos participantes (7) lecionam a disciplina de Ciências, algo não intencional ou previsto neste estudo. É provável que o método de indicação do próximo participante (*snowball sampling*) tenha sido indiretamente ou inconscientemente influenciado pelo fato do tema das entrevistas se aproximar mais dos professores de Ciência, conforme destaca Costa (2020).

4.2 Percepção geral dos professores sobre educação sexual no espaço escolar

Neste capítulo são apresentadas as principais percepções relatadas pelos professores. Inicialmente é apresentada a análise de como eles percebem que ocorre a educação sexual na escola em que atuam; em seguida, as diferentes percepções que têm quanto às diferentes redes de ensino. Posteriormente, é apresentada a análise e discussão de percepções dos entrevistados a respeito da educação sexual pelo currículo oculto (no cotidiano). São analisados e discutidos os achados das entrevistas sobre a educação sexual com o enfoque nas aulas de ciências e sobre a percepção dos professores quanto a interação entre escola e família naquilo que trata do tema em tela.

De modo geral, observa-se nas falas dos participantes que são incipientes as oportunidades oferecidas aos estudantes para a aprendizagem, reflexão e discussão de temas relacionados à educação sexual. Dos quinze professores entrevistados, quatro relataram que a educação sexual, quando se concretiza, acontece por meio de palestras ou orientações de outros profissionais. As falas, a seguir, ratificam isto:

P14E: *Na escola onde eu trabalho especificamente, a direção da escola com o pessoal da equipe que ela montou, ela na verdade está chamando um Psicólogo. Ele trabalha na rede municipal, tem essa formação. E ele foi convidado para fazer palestras, mais generalizadas, depois questões mais específicas e atendimento individualizado.*

P6P: *tenho bastante autonomia, vamos dizer assim. E a coordenação está sempre junta, às vezes quando eu preciso falar alguma coisa que pode ser um assunto mais delicado eu peço pra psicólogas entrar comigo, né?*

P9E: *Tem essas palestras. Não vejo produtiva palestras que se dão. Não vejo nada de produtivo. Não vejo nada de bom você tirar quarenta alunos de uma sala de aula e dar uma palestra de uma hora e meia. Falando, falando, falando, falando.. um assunto que as vezes “não é a minha dúvida”. Se o Fulano tem a dúvida. Porque ainda não se tem maturidade pra entender tudo que estão falando. Então falam, falam, falam, falam... E eu saio dali dando risada e não levei nada, não absorvi nada daquele conhecimento.*

Então, não vejo... eu vejo essas palestras mais como uma... como uma atividade extraclasse.

Pode-se perceber que o entrevistado P9E não percebe que a prática pedagógica de palestras para os estudantes como produtiva e efetivas, e ainda complementa sua fala de forma literal com o que observa durante as palestras que acompanhou

P9E: [...] Onde os alunos vão pra lá, pra sala de vídeo e daí vem um monte de criança vendo, vídeo do primeiro e terceiro, quarto, mês de gestação. Ver num parto onde se esconde a parte entre aspas por fenda né? Que está parindo. Vejo a criança chorando. Daí vejo alguém colocando uma camisinha num pepino, daí como não pode mostrar o... não se é só o masculino, tanto que são de pepino, né? Então você já começa a achar aquilo uma inverdade. Porque nem tudo se pode mostrar, então não se pode mostrar tudo sobre a sexualidade. Você não pode mostrar tudo? Porque se eu vou com uma palestra em vez um pênis, coloca um um pepino é tipo, porque mostrar um pênis é feio. Entendeu?

Observa-se, pelos relatos desses quatro professores, que na escola em que atuam a educação sexual acontece por meio de palestras. Uma das professoras, P9E, relatou não observar essas atividades como uma estratégia favorável à aprendizagem dos estudantes. Tais considerações da entrevistada levam a refletir a respeito da abordagem de educação sexual através da “fisiologia do sexo”, em que somente momentos pontuais em que se fala a respeito de prevenção da gravidez e métodos contraceptivos, não são eficazes e não abrangem sobre a diversidade do assunto sexualidade. (FIGUEIRÓ, 2009).

A resposta de uma das professoras revela que na escola onde trabalha não ocorre a educação sexual, mas que em outra rede de ensino na qual ela leciona (na estadual) acontecem palestras:

P12P: A questão nas aulas de ciências só. Na rede particular eu não vejo o tratamento como tem na escola pública... tem palestra sobre.

A importância de temas vinculados à educação sexual requer um entendimento mais amplo do que apenas falas pontuais sobre assuntos pontuais. Deve se constituir como um espaço para pensar muito além da fisiologia do sexo e, sobretudo, muito além, da perspectiva de que a Educação Sexual se concretiza apenas por meio de especialistas palestrantes em trabalhos superficiais ou pouco profundos. É importante que os estudantes tenham várias oportunidades de ver, rever, discutir e tornar a discutir um tema, pois educar sexualmente é um processo formativo e, portanto, longo. Deste modo, parece ser tanto oportuno, quanto

necessário desconstruir-se a ideia de que se faz Educação Sexual chamando profissionais para ministrar palestras aos estudantes (FIGUEIRÓ, 2009; SIQUEIRA, *et al.*, 2022).

É possível notar que a maioria das respostas dos participantes que reconhecem a realização de palestras sobre o tema são provenientes de professores da rede estadual de ensino (3) e de uma professora da rede privada.

Acredita-se que essas palestras ocorrem na rede de ensino estadual, devido à Lei nº 18.337, a qual entrou em vigor na data de em 06/01/2022, que “dispõe sobre o Programa Time da Defesa, de ação interdisciplinar, com o objetivo de prevenir e refutar qualquer tipo de violência escolar e doméstica, abuso sexual e o uso de drogas nas escolas estaduais da rede pública e adota outras providências” (SANTA CATARINA, 2022 p. 1). Ainda, em seu art.2, inciso 1º encontra-se:

Art. 2º Para implementar o Programa, cada unidade escolar poderá criar uma equipe de trabalho, constituída por professores, funcionários, alunos, especialistas em segurança pública e educação, pais e representantes ligados à comunidade escolar.

§ 1º Para a consecução dos objetivos do Programa poderão ser convidados conferencistas ou palestrantes, que prestarão os serviços de explanação, nas quais serão refutadas a violência escolar e doméstica, o abuso sexual e a utilização de drogas. (p. 2)

Embora se perceba como um avanço, a referida lei, que começou a vigorar no ano de (2022), as estratégias de implementação de tal programa parecem ser ineficientes.

Ainda, três participantes percebem que a educação sexual na escola não acontece. Este entendimento tem fundamento nas falas registradas a seguir:

P1E: *...não tem muita orientação familiar, nem escolar. Você vê que não tem muita informação pelo que eles falam, o que um diz para o outro, pelo que eles veem dos mais velhos fazendo, é o jeito que eles vão fazendo. Vão seguindo aquela linha do outro, porque eles não têm nenhuma orientação.*

P7M: *Não! De nenhuma forma.*

P10M: *E agora percebo que é por parte dos professores, eles acham melhor não falar, para não dar conflito, sabe? Eu percebo isso hoje assim, que é um tema que não tá sendo muito comentado e às vezes essa demanda surge até mesmo dos alunos, assim, eles perguntam, mas tá, e como que a gente vai saber sobre tal assunto?*

P13M: *É meio que um tabu, eles estão iniciando as curiosidades sobre o assunto, desde o pré, mas ainda não é muito falado. Porque ainda é um tabu falar do assunto. Porque os pais e até alguns alunos, acham que falar sobre sexualidade é incentivar ao sexo, à relação sexual. É isso.*

Os relatos evidenciam que a educação sexual não acontece por razões que se associam à esquivas de conflitos, uma vez que ainda representam tabus sociais e culturais. O que se depreende a partir disto, é que há receios, medos, desinformação e falta de argumentos, aspectos que os limitam ou que os impedem de falar, discutir e refletir sobre o tema em sala de aula.

A quase inexistência de oportunidades para a educação sexual nas escolas pode estar sustentada na incipiente formação de professores e/ou a maneira como o tema é estruturado no currículo das ciências naturais, em apresentá-lo com foco principal em características biológicas da reprodução humana (ALTMANN, 2003; SOARES; SOARES, 2022). Em adição a isso, há as características próprias dos professores que, algumas vezes, refletem-se na resistência ou dificuldade pessoal para a abordagem do assunto (JARDIM; BRÊTAS, 2006).

Por outro lado, observa-se que a pressão dos familiares ou outros membros da comunidade escolar também são frequentes, uma vez que a discussão sobre sexualidade está associada, de maneira inevitável, à questões polêmicas que circundam preconceitos, religião, ideologias, política e etc., que não raro, implicam em situações às vezes tensas e conflituosas na discussão sobre comportamento sexual na escola (MAISTRO, 2006).

Embora esses entrevistados percebam que a educação sexual na escola onde atuam não acontece, ou desconhecem se essa acontece, neste estudo, defende-se a ideia de que a educação sexual acontece no cotidiano, na convivência entre as pessoas, de forma sutil e não-planejada. É importante ponderar que na caminhada pela proposição da educação em seu sentido mais amplo, a educação institucionalizada parece se limitar a ideia de que as pessoas que convivem e frequentam a escola são “assexuadas”. Entende-se que, na maioria das vezes, a educação sexual acontece nesse espaço por meio de um currículo oculto. E, embora esteja sempre presente no cotidiano escolar, tal currículo não é desvelado e muitas vezes, nem mesmo é percebido (CARVALHO, *et al.*, 2011).

Todo ser humano é sexualmente educado desde o nascimento; ao longo do tempo absorve quais são as atitudes e comportamentos socialmente esperados. Neste processo, se depara com frequentes conflitos entre o desejo, a repressão e a culpa. Na escola, estes processos socioculturais são expostos e se reproduzem por meio das atitudes e comportamentos de professores e estudantes. Dentre outras razões, a escola se torna um espaço propício ao desenvolvimento de ações educativas na esfera da sexualidade (ARAÚJO, 2010). Um exemplo disso são as falas de 4 dos entrevistados quando questionados como percebem os acontecimentos que circunscrevem a educação sexual na escola:

P1E: *Eu percebo bem a florada. Mais entre as meninas do que entre os meninos. As meninas já falam, já estão mais desbocadas pra falar. Os meninos ficam até meio acanhados e envergonhados, tem até vergonha de falar; os meninos se recolhem mais... as vezes as meninas do ensino médio, assim mais assanhadas, falam alguma coisa, eu respondo, elas dizem: “nossa professora, mas não é assim.*

P5E: *Por exemplo, os alunos do sexto ano, principalmente os meninos, desenham pênis por tudo, todos os lugares. É na carteira, é na cadeira, é em todos os dicionários de inglês, eles desenham. Eles têm uma necessidade de desenhar pênis em tudo. Que é absurda!*

P3M: *...Esses dias caiu um absorvente da mochila de uma menina e os meninos ficaram constrangidos de ela pegar o absorvente.*

Quanto a esses 3 primeiros relatos, pode-se observar que há conceitos equivocados dos professores que podem ter origem na falta de entendimento de fatores biopsicossociais de tal faixa etária. Percebe-se que nessas respostas se destacam as diferenças dos comportamentos entre meninos e meninas. Constata-se, nos trechos mencionados, a evidência dos papéis de gênero e as percepções acerca de cada uma delas. Comumente são atrelados ao gênero feminino os adjetivos que indicam uma espera de certa passividade e/ou singeleza das meninas. Por exemplo, quando P1E menciona que *“As meninas já falam, já estão mais desbocadas pra falar. Os meninos ficam até meio acanhados e envergonhados...”* e reitera depois que há meninas mais *“assanhadas”*. Ou constrangimento em que os meninos sentiram ao ver uma menina recolhendo um absorvente que havia caído, como relatado por P3M.

P11P: *Mas eu vejo assim que no oitavo e no nono essa questão de curiosidade já passa mais uma percepção mais ativa? A questão do toque. Da troca de gênero também, né? Você gostar hoje de uma menina? Amanhã de menino, hoje de uma menina, amanhã de menina? Acontece assim, meu Deus, né?*

Além do comentário sobre a “troca de gênero” dos estudantes, como menciona P11P. Ao longo das narrativas, alguns papéis de gênero são evidenciados sob a forma de estereótipos os quais fazem parte daquilo que possivelmente estes entrevistados acreditam ser o certo ou errado. E quando repetidos no cotidiano, mesmo que sem intenção, marcam discursos polarizados sobre os papéis de gênero, que foram construídos pelos adultos e reproduzidos pelas crianças e adolescentes. Isso ocorre porque sua percepção de mundo é, em grande medida, decorrente do círculo social que compartilham e assim são condicionados a serem preconceituosos e sexistas, o que dificulta sua aprendizagem de respeito à diversidade e

diferenças (FERREIRA, 2021).

Sob esta perspectiva se deriva o entendimento de que os professores não têm consciência do currículo oculto que permeia e transversaliza suas ações; afinal, mesmo que de modo involuntário e não-consciente, suas decisões, atitudes, materiais didáticos, etc., são permeados pela ideologia dominante que sustenta suas práticas (GONINI; PETRENAS, 2021). No caso da Educação Sexual especificamente, entende-se que, no Brasil, no espaço escolar, há divergências e interferências sobre seu objeto de estudo. Em decorrência, o processo de aprendizagem dos adolescentes resulta prejudicado, pois ora são atendidos os conceitos biológicos, ora os conceitos médicos e políticos, ora outros, na definição das práticas pedagógicas vinculadas ao tema.

Ainda, por restar evidente entre os participantes a perspectiva da educação sexual na escola tratada somente na disciplina de Ciências, a seguir, são discutidos fatores ou aspectos que contribuem para a produção do conhecimento que se pretende.

4.2.1 Educação Sexual na escola com enfoque nas aulas de ciências

A razão para dar enfoque a este assunto, tratando-o, em um tópico específico, emergiu por conta de que algo que chamou a atenção quando ao entrevistado foi solicitada a indicação de algum professor para participar/responder a pesquisa. Mesmo ao deixar claro que poderiam indicar um professor de qualquer disciplina do ensino fundamental, alguns optaram por indicar professores de ciências e justificaram que o professor de ciências seria o mais apto/adequado para responder as questões propostas na entrevista.

Sete, entre os quinze entrevistados, responderam que percebem que o tema educação sexual recebe alguma atenção (quando recebe), nas aulas de ciências. Como demonstrado nos relatos a seguir:

P2M: Fica mais centrado na disciplina de ciências. Com a responsabilidade de trabalhar esse tema como professor de ciências.

P3M: Como conteúdos programáticos são ligados ao corpo humano em Ciências.

P9E: Olha, educação sexual onde eu trabalho está resumida em mim. Só na disciplina de Ciência sabe? A impressão que eu tenho é que o professor de ciências é o responsável por iniciar, dar continuidade e terminalização na vida sexual dessas crianças. Porque todo e qualquer assunto que envolva a sexualidade eu sou chamada.

P11P: Eu na verdade assim ó, eu não vejo tanto na área eu acho que deveria ser colocado isso, que é na questão da ciência, né?

P12P: A questão nas aulas de ciências só. Na rede particular eu não vejo o

tratamento como tem na escola pública tem palestra sobre. Mas na rede particular é somente nas aulas de ciências e biologia.

P14E: Na minha disciplina eu não trabalho educação sexual. Ai quem trabalha é a professora de Ciências. Então eles não trabalham educação sexual, só a de Ciências, ta bom?

P15P: ...é para acontecer na disciplina de ciências, mas a gente só ensina o que é biológico. As partes do corpo humano como o sistema geral. Mas quando ensinamos sobre os órgãos genitais ocorrem mais perguntas sobre sexo. Então a gente explica de um jeito técnico e falamos para que serve cada órgão e já aproveitamos e falamos sobre métodos contraceptivos, sobre menstruação, ejaculação.

A afirmação de que a educação sexual nas escolas acontece somente nas aulas de Ciências surgiu de professores das três redes de ensino pesquisadas. Três desses professores lecionam a disciplina de ciências, dois a disciplina de história, um a disciplina de educação física e um a disciplina de matemática.

Diante dessas respostas, resta evidente o entendimento entre os participantes de que para serem discutidos os temas relacionados à sexualidade é necessário conhecimentos anatômicos e fisiológicos do corpo humano. E na escola, o professor que mais se aproxima desse conteúdo é aquele que leciona a disciplina de Ciências, pois isto demonstra a autoridade de seu saber científico para explicar as ‘verdades’ sobre a educação sexual.

De modo geral, os relatos evidenciam que as/os professoras/res de Ciências tratam como natural a vinculação das discussões de sexualidade à disciplina de Ciências, argumentando que o fato de a disciplina tratar de questões referentes ao corpo biológico se configura como um caminho para que as/os estudantes esclareçam suas dúvidas e busquem apropriar-se do assunto. Nesse sentido, o que importa não é a formação de quem fala, mas o lugar de onde se fala. E o lugar é o(a) do(a) professor(a) de Ciências, ou seja, na escola, ele(a) é a autoridade científica considerada melhor preparada para abordar o tema.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), atual diretriz orientadora da educação brasileira, a abordagem do tema sexualidade é orientada a acontecer nas aulas de ciências do 8º ano. Define que sejam tratados os conceitos de puberdade, o sistema endócrino, os hormônios atrelados a esse fenômeno de desenvolvimento, bem como as ISTs seus tratamentos e formas de prevenção. Em tais termos, resta evidente que o que é legalmente determinado para se trabalhar com os estudantes se limita a uma única abordagem – a higienista – e que deve acontecer apenas nas aulas de ciências – algo totalmente dissociado da complexidade e amplitude que a educação sexual enseja (PINHEIRO *et al.*, 2022). Desse conjunto de argumentos, evidencia-se a visão estritamente sobre a biologia da

sexualidade que vigora diante deste documento e nas práticas educacionais de adolescentes.

Uma professora de ciências teceu o seguinte relato:

P8E: Tem professores de ciências que deixam essa parte do assunto pra trabalhar lá no final do ano, como o último conteúdo pra que não dê tempo, e que ele não precise trabalhar.

Por meio desse relato, depreende-se que alguns professores – mesmo os de Ciências – evitam falar sobre a temática, ‘jogam’ o conteúdo para o momento de finalização das aulas, de modo que ‘se der tempo’ possa ser trabalhado.

Nos relatos são encontrados posicionamentos semelhantes de parte de outras professoras de ciências:

P9E: *...Como eu tenho vinte e cinco anos de profissão eu entendo fisiologicamente. Entendeu? não me sinto capacitada pra trabalhar justamente essas dúvidas eu ainda não sei bem qual é até onde eu posso ir. Isso me angustia. É mais relacionado a questão afetiva, questão emocional. Eu acho que é emocional. Acho que é mais a questão emocional. O que eu ainda tenho receio. Por exemplo, no sétimo ano uma criança veio e perguntou pra mim " tá professora... tá professora e aquela aquela menina... que foi... aquela mulher que foi estuprada", (aquela que aconteceu o caso que foi estuprada no centro cirúrgico). Como é que ela foi estuprada se ela estava ganhando neném? Por que o que você entende por estupro? Penetração vaginal? Uhum... né? Pra essa criança de sétimo ano ela não foi estuprada.*

P2M: *...eu me sinto preparada para falar dos órgãos da função dos órgãos, das infecções sexualmente transmissíveis, e ali vou explicando dessa parte mais conceitual e teórica, aí me sinto preparada. Mas quando surgem algumas perguntas, me sinto um pouco incapaz na questão de orientar na parte mais psicológica, porque eles têm essa carência de conversar, porque conceitos de órgão e IST's eles acham na internet, se pesquisarem. Mas alguém para sentar e conversar situações que acontecem com namoradinhos, como que elas devem se comportar, como que elas têm que se cuidar.*

Fica evidente nestes relatos as incertezas e receios dos entrevistados quando os assuntos sobre sexualidade fogem de fatores relacionados a aspectos que podem ser explicados de forma técnica e biológica.

P5E: *Mas é complicado de falar. Bem complicado. Teve uma vez que eles me pegaram tão desprevenido que eu pedi ajuda pro professor de ciências dele. Não sabia falar, que eu não tinha conhecimento pra falar, eu tinha muito medo de falar alguma coisa errada. Aí eu, eu fui atrás do professor de*

ciências e eu pedi ajuda. Eu disse, ó, tem como vocês perguntarem para ele? Aí ele respondeu pra mim.

O fato de não falar a respeito de sexualidade durante as aulas, traduz uma mensagem importante sobre educação sexual aos estudantes, pois as atitudes, os silêncios, os olhares, gestos, enfim, os comportamentos não verbais - não planejados - acontecem no cotidiano e se relacionam com a educação sexual informal. Por exemplo, quando uma menina de 11 anos desconhece a respeito de menstruação, ou como nascem os bebês, é possível inferir que esta menina teve educação sexual, sim. Afinal, o simples fato de não haver com quem conversar sobre esses assuntos faz com que ela deduza que os adultos não querem falar disso e que talvez esse seja um assunto que não deva ser falado. Tal fato se torna um aprendizado sobre o tema, pois “na escola a professora de Ciências ensina a respeito do sistema circulatório, digestório, respiratório, etc., e não fala sobre o sistema sexual, ou fala superficialmente” (FIGUEIRÓ, 2013 p. 17). Não falar a respeito da educação sexual ou apresentar a resistência em falar até da sexualidade na perspectiva Biológica, pode conduzir os adolescentes ao entendimento de que tal assunto é irrelevante ou inapropriado.

Os relatos dos participantes e a análise de que não falar representa também uma forma de comunicar, encontrando respaldo numa história do livro “Educação Sexual no dia a dia”: Figueiró (2013) relata que em uma aula, a professora estava ensinando aos estudantes sobre legumes e levou alguns para sala de aula para que ficasse mais ilustrativo. Ao começar a falar sobre a abobrinha, um de seus estudantes ergueu a abobrinha e disse “parece um pinto”, os colegas começaram a rir. Imediatamente a professora pegou a abobrinha e a escondeu atrás de seu corpo disfarçadamente, não falou mais a respeito daquele legume.

O comportamento e a fala da menina não estava relacionado apenas ao aspecto biológico (sexo), mas também é interpretado a partir da construção social, das redes neurais que determinam as expressões mentais (sentimentos), respostas a estímulos internos e externos (emoções) e as valências desse sentimento (afetos) (MOSQUEIRA; GARCIA, 2021). A estudante da história que falou do aspecto biológico pode ter interpretado que aquilo para a professora era algo feio (afeto) e vergonhoso (sentimento/emoção) uma vez que sua manifestação foi reprimida pela professora. Com isso, algo que pode parecer simples e corriqueiro, pode afetar a/o estudante de forma emocional e afetiva.

Para lidar com tal contexto, nessa mesma situação, a professora poderia dizer: “- se a abobrinha parece um pinto, vamos achar um legume que pareça com um nariz, ou um braço, ou de outra parte do corpo?”. Tal fato pode fazer com que se tenha margem para

interpretações de que o órgão mencionado pelo/a estudante é só mais uma parte do corpo (FIGUEIRÓ, 2013).

De acordo com a pesquisa realizada, verificou-se que oito professores de ciências afirmaram que a educação sexual nos espaços escolares em que atuam é limitada e restrita às aulas dessa disciplina, sendo que a responsabilidade de abordar esse tema é transferida para os professores da área de Ciências, por terem maior autoridade para tratar do assunto. Contudo, de acordo com os relatos, esses profissionais não se sentem preparados o suficiente para tanto.

Pode-se perceber que os entrevistados evidenciam suas dificuldades em lecionar temas associados à educação sexual, principalmente no que diz respeito às questões afetivas e emocionais dos estudantes, que podem surgir durante as aulas ou em qualquer momento no cotidiano escolar. Esse fato possibilita concluir que há, entre os professores de Ciências, conhecimento limitado a termos e abordagens técnicas e de conteúdo. Ainda, que esses não parecem ser suficientes para sanar as dúvidas, curiosidades e necessidades dos estudantes sobre o assunto. Parece que de fato, nestes espaços escolares a educação sexual é direcionada às aulas de Ciências e a maneira como esta é abordada, é insuficiente.

O tema sexualidade, de modo geral, é relacionado a duas dimensões: a primeira é a "sexual", que é compreendida como biologização e reprodução humana e trabalhada especificamente na disciplina de Ciências e Biologia (ZANATTA *et al.*, 2016); a segunda dimensão, mais ampla, em que a sexualidade vai além do viés biológico: “a pessoa é entendida como um ser em construção, reconhecida em suas dimensões biológica, psicossocial e cultural” (ZANATTA, 2013, p. 75).

Contudo, os estudantes compreendem a sexualidade e a educação sexual de acordo com a segunda dimensão. A sexualidade é uma dimensão que poderá impedir a completude do desenvolvimento humano, caso trabalhada somente sob uma perspectiva ou a partir de uma única perspectiva durante a formação cidadã própria do período escolar. A sexualidade se evidencia no meio social mediante à interação entre pessoas e grupos, algo que envolve as questões afetivas dessas relações. Isso se expressa nas falas, a seguir:

P14E: Chegou uma vez uma menina. Como ela ficou sabendo que trabalhei no Conselho Tutelar uma época, ela perguntou como ela poderia fazer porque ela tava sofrendo ameaças. Ai orientei a conversar com sua mãe, se não tiver retorno, ai você procura o conselho tutelar.

P4P: Mas os alunos em si eles falam muita coisa... por exemplo, estão muito nessa época de namorico, essas coisas assim sabem.? Então elas conversam, principalmente as meninas, elas conversam bastante comigo assim sabe, elas querem perguntar sobre coisas assim. Aaa eu participo também do

clube do livro. Ai o oitavo ano é só meninas, então tem dias que elas tão beeem... elas perguntam bastante, elas falaram sobre menstruação, já falaram como que aconteceu a primeira vez que elas menstruaram, elas falam da rotina delas que elas não se adaptaram, a esta coisa de todo mês ter que menstruar e tudo mais, elas já me falaram sobre virgindade, que elas ainda são virgens e tem medo...

Diante desses dois relatos, pode-se notar que estes entrevistados percebem a necessidade dos estudantes em falar sobre o assunto; ainda, que lhes procuram para conversar e pedir conselhos e orientações a respeito de suas dúvidas sobre sexualidade, até mesmo sobre seus direitos. Além disto, percebe-se que surgem no cotidiano escolar situações relacionadas a identidade de gênero que, por vezes, ocasionam situações constrangedoras tanto para os estudantes como para professores pela falta de conhecimento sobre como lidar com tais situações, como no relato a seguir:

[...]Ano passado quando eu comecei a trabalhar na escola que eu to, no oitavo ano tinha uma menina que tem nome de menina, mas você olha para ela é um menino. E eu como não tinha memorizado o nome dos alunos ainda, fui dividir os grupos e falei que “ele”fica com tal grupos”. Os alunos ficaram loucos, falaram que eu tava sendo homofóbica e eu fiquei sem reação, aí eu falei que foi sem querer. Depois eu fui lá conversar com ela e pedi desculpas, porque eu olhei de trás, e como tem o cabelo curtinho, não vi que era menina.

P8E: Aconteceu uma situação muito chata lá na minha escola esse ano. Até triste mesmo. O aluno do sexto ano, né? Homossexual. Ele começou a se vestir de maneira feminina, passar batom, unha, cabelo, roupas, tudo feminino. E ele começou a frequentar o banheiro feminino. Porque a nossa escola não tem banheiro... unissex, né? Um banheiro à parte, unissex, não sei se é o nome que fala. E aí umas meninhas se assustaram. E tinha um menino no banheiro feminino. Aí nossa, deu a maior confusão na escola, a diretora chamou o menino, chamou a mãe e a gente, a diretora pediu que ele não frequentasse mais o banheiro feminino e ele acabou saindo da escola. Então eu não sei até que ponto que a escola agiu de maneira correta com ele. é é... que não se tem uma orientação do que se fazer a respeito né?

Assim, ao abordar as questões da sexualidade, é importante considerar que há toda uma construção de valores culturais, familiares, religiosos e políticos que influenciaram a construção da subjetividade deste estudante e de quem lhe ensina. E que aprender somente a partir do viés biológico, técnico e de conteúdo, deixa lacunas no processo de aprendizagem, algo que se refletirá em seu desenvolvimento pessoal e formação cidadã.

Pelo que se observa no relato de P8E, houve a sensação de impotência diante de um estudante que não se comportava de acordo com o esperado, de uma perspectiva

heteronormativa - especificada nas portas de banheiros com pictogramas. Tal binarismo materializado nos banheiros não deixa de ser problemático e emblemático em escolas. Considera-se expressiva a presença crescente de estudantes transgênero. E ainda se insiste em banheiros diferenciados por gênero, mesmo quando os sanitários estão fechados, atrás de portas em cubículos (MARIA, 2021). O relato de P8E leva a acreditar, que a educação sexual na escola em que atua não é inclusiva e reforça - mesmo que por meio de um currículo oculto - o desrespeito e a intolerância diante de uma situação que merecia atenção, respeito e a busca de conhecimento do que se fazer a respeito, em um espaço que, por missão e obrigação deve ensinar valores humanísticos de boa convivência.

As falas dos participantes deste estudo trazem evidências quanto às dificuldades de alguns educadores, inclusive os professores de Ciências, em assumir o protagonismo das orientações afetivas e sexuais, independente desta atuação ter um caráter formal ou informal. Ainda, quando as orientações acontecem, na maioria das vezes são realizadas a partir da perspectiva biológica, algo que não atende à sugestão contida nos PCNs, que tratam da transversalidade do tema no ensino – algo desconsiderado também pelos critérios da BNCC.

Entende-se que tornar o educador de ciências o único responsável pelo debate do tema em aulas específicas e eventuais sobre o corpo humano, não responde aos anseios, às dúvidas, que a maioria dos educandos tem em relação à própria sexualidade e ao seu corpo. Acredita-se que os professores possam e devam tratar destes assuntos diante de uma perspectiva de transversalidade (SOARES, 2022). E isso apareceu nas falas de vários participantes quando questionados sobre o que poderia favorecer a educação sexual na escola em que atuam.

Outro aspecto importante nas análises empreendidas a partir das falas dos participantes que lecionam aulas de Ciências diz respeito ao fato de que além das dificuldades de orientar a respeito dos fatores afetivos e emocionais da educação sexual, estes registram ainda seus medos e receios a respeito de como tais informações e orientações irão ser interpretados em outros contextos do microsistema nos quais os estudantes convivem, na família, por exemplo. Eis um relato que exemplifica tal entendimento:

P3M: ano passado aconteceu uma situação na disciplina de ciências em que o professor estava trabalhando o aparelho reprodutor, que faz parte do conteúdo normal, e os pais foram na escola reclamar que estavam falando sobre sexo com os alunos. Essa questão hoje dentro da escola tá complicado de trabalhar, principalmente pelas questões políticas em volta, tudo que a mídia levanta, aí o professor também não tem a preparação e fica um pouco recuado em relação a isso.

Tal relato, leva à discussão do tópico seguinte.

4.2.2 O mesossistema família/escola como agente de aprendizagem em educação sexual na escola

Durante as entrevistas ficou evidente que na perspectiva dos entrevistados há aspectos que dificultam a prática pedagógica da educação sexual no contexto escolar.

A partir do conjunto de dados coletados, é pertinente analisar as interações que se processam no mesossistema - que neste estudo é refletido por meio da interação entre os familiares e os profissionais da escola e como os participantes a percebem. Em outras palavras, como as pessoas do microsistema interagem com o mesossistema e como influenciam na educação sexual do estudante.

Os participantes relataram suas dificuldades e o que percebem das situações que acontecem no cotidiano escolar e nas relações com as famílias dos estudantes:

P9E: Quando eu falo, use camisinha. Quando eu falo, tome anticoncepcional. Vai no médico pra fazer os exames, veja qual é o melhor anticoncepcional, é como os alguns pais acham que eu estou incentivando-os, né?

P2M: eu não sei seria muito aceito pelos pais, começar pelas crianças, não sei como seria essa aceitação dos pais. Será que eles não iam pensar assim, “tão iniciando muito cedo com meu filho, tão induzindo ele”, eles falam assim “tão muito precoce”, “estão induzindo muito cedo a sexualidade precoce”, então tem que ver como seria a aceitação da família, mas se a família não faz esse papel em casa, o papel é da escola.

P13M: ...os pais e até alguns alunos, acham que falar sobre sexualidade é incentivar ao sexo, à relação sexual. É isso... não gosto nem de falar sobre esse assunto. Quando a gente fala sobre tem uns que falam que é falta de uma boa de uma surra que já endireita. E muitos ficam reprimidos e não falam sobre o assunto e não sabem que gênero que eles são ainda. E isso aí falta muita informação, e mais para os pais. Porque as vezes os alunos até sabem seu gênero, mas não conseguem colocar para fora. Ficam reprimidos, porque a família não aceita, a sociedade não aceita, principalmente a família.

Registra-se aqui a incoerência de se considerar educação sexual como incentivo à vida sexual precoce em razão de ideias conservadoras sobre como deve acontecer e se deve acontecer. Isso porque a educação sexual não trata das relações sexuais, e sim de entender os anseios e inquietações dos pré-adolescentes, de suas mudanças corporais, de sua identidade, necessidades e desejos, que acontecem invariavelmente, com ou sem orientação de um adulto esclarecido. Ainda com relação às percepções e às ideias equivocadas da família, os

entrevistados relataram sobre questões relacionadas a identidade de gênero.

P10M: Não sei se a orientação é a palavra correta tecnicamente, mas por exemplo, eu tenho um aluno que é uma aluna, que é trans, e é menor de idade, e se reconhece assim. Por ser menor de idade não sabe muito bem o que fazer e tem aquele dilema com os pais e a escola. Ela trouxe, e a gente falou olha temos que conversar com os pais. A gente também fica assim, sem saber por onde, ir então eu acho que que falta um pouco, né? Essa abertura maior e eu acredito que é muito pela resistência assim, que a gente vê dos pais, sabe? Nessa escola que eu dou aula no do município é uma escola mais periférica e a gente percebe uma movimentação muito grande de igrejas assim e eu já escutei dos alunos que ser homossexual, pecado, não pode, na Bíblia diz que não pode. Tem uma relação assim que dá pra perceber que vem das famílias que é muito conservadora nesse sentido, né? Então acredito que também é um certo jogo político pra que não que não haja essa conversa na escola mesmo. Pra que né? Pra que a gente não fale sobre esses assuntos, não questione essas estruturas e a partir da educação sexual isso seria bastante perceptível, né? eu percebo dessa forma.

P4P: A gente sempre tem aquele receio de não falar demais. Não é escancarado que não se fale, mas quando eu entrei na escola foi falado para mim, por exemplo, assuntos como política, sabe, que era pra eu ter cuidado com a forma que eu falava porque era um assunto que dava muita discussão, não só entre os alunos, mas entre os pais também, então quando eles me fizeram esse tipo de afirmativa, já fiquei pensando nessas outras coisas também. Então eu evito. Mas os alunos em si eles falam muita coisa... por exemplo, estão muito nessa época de namorico, essas coisas assim sabem. agora se você quiser teu nome social, diz que tem um documento que você faz, autenticou no cartório, tem que ser chamado por aquele nome. Tem a questão de gênero trans. Eu lembro que teve uma reunião na escola que foi falado sobre isso, que teve dois alunos que até mesmo por eles serem menores de idade. A família foi no cartório e autorizou, e até mesmo na chamada foi colocado o nome social deles. E teve uma menina específica que a mãe não aceitou, e até foi na escola e disse que não aceitava e que não era para trocar. E os professores não podem chamar ela pelo nome que ela queria ser chamada, era para seguir o que os pais queriam.

É importante considerar que a saúde sexual dos indivíduos será determinada a partir de múltiplas perspectivas, o que pode produzir uma compreensão mais precisa dos fatores que influenciam de forma negativa ao exercício saudável da sexualidade dos pré-adolescentes. Há situações que podem prejudicar tais fatores no microsistema (depressão, abuso sexual infantil, homofobia internalizada), no mesossistema (satisfação de relacionamento, funcionamento sexual) e no exossistema (suporte social, familiar) (HENDERSON; *et al.*, 2008; DIAS, 2018).

P6P: Assim ó... meu maior medo na verdade é em relação aos pais, porque a

gente sabe que ainda existe aquela ideia de que vamos ensinar os seus filhos a fazerem sexo.

P15P: Na escola particular tenho mais medo dos pais. Então só ensino o que tenho que ensinar. Não que eu ache certo, mas é assim que faço. A escola finge que não vê, que não precisa, e assim seguimos... enquanto professora, me sinto de mãos atadas e só posso expor esse meu ponto de vista e tentar prevenir orientando meus filhos, e torço para que os pais dos meus alunos façam o mesmo. Vejo a necessidade desse assunto na escola, mas muito antes disso, vejo que os pais precisam estar mais abertos a isso. Alguns em particular conseguem desabafar comigo, aí consigo dar algumas orientações, mas não são todos. Esses que me procuram em particular tenho mais abertura, porque sei que eles procuram porque estão precisando e tem mais chances de fazerem bom uso dessa informação. Teve uma menina que me procurou para falar sobre umas mensagens que seu dentista estava lhe mandando no instagram. Ficou com medo de contar para a mãe e de a mãe achar que ela estava dando confiança para as investidas dele. Mas é uma menina de 12 anos, o cara tem 26 anos, é o dentista dela. Ele que não deve mandar mensagens. Aí consigo me posicionar. Mas era isso. Espero que isso um dia mude. Mas aí talvez, eu já nem esteja mais lecionando.

Feitas tais considerações, parece certo afirmar a insuficiência, em todos os sentidos, da educação sexual oferecida pelas escolas das redes públicas e privadas, sendo a família um dos potencializadores de tal insuficiência.

Oito dos quinze professores registraram seus receios em tratar de assuntos relacionados à sexualidade, por perceberem que os pais podem interpretar isso como incentivo a vida sexual ativa, além de trazerem questões políticas, religiosas e conservadoras. Se considerarmos fatores do cronossistema, tais percepções familiares são obsoletas e disfuncionais. Isso porque estudantes têm outros meios de acesso à informação: além do contato com profissionais da escola, eles se mantêm conectados à *internet*, por meio de grupos, mídias sociais e redes sociais. Além disso, há a interação com os colegas e a possibilidade de pesquisar o que quiserem sobre os assuntos de seu interesse, sem restrições. Todavia, nem sempre as informações acessadas por tais meios serão corretas, suficientes ou adequadas.

No período pubertário, ocorrem mudanças significativas, que não ocorrem de forma abrupta e produzem efeitos na subjetividade e na personalidade do jovem ao longo da vida. A puberdade é o tempo do notável em que fica evidente a manifestação da sexualidade, do encontro com um objeto sexual alheio e tempo de conclusão do desenvolvimento psicosssexual. A puberdade é um tempo de combinações e recomposições dos elementos da vida sexual infantil; um período que pode ocorrer a produção de mal-estar e sofrimentos. A satisfação, antes autoerótica, com as zonas erógenas atuando de forma independente umas das

outras, agora busca os caminhos em direção a um objeto externo (FREUD, 1905/1972). Esse momento da vida requer segurança que o jovem não encontra em si... decorre disso o importante papel da família, da escola, dos amigos e professores – algo pouco presente nos relatos dos participantes.

É comum aos pré-adolescentes ter interesse nos assuntos ligados à sexualidade e sentir desejos, por motivos de desenvolvimento, cuja origem remete a questões orgânicas e fisiológicas. Ao longo de suas vidas, de alguma forma, muitos jovens terão uma vida sexual ativa, que seguirá ao longo de suas vidas. A inquietação deles sobre a sexualidade, quando tratada de forma conservadora pelos responsáveis e professores, tende a potencializar os mitos e tabus disfuncionais que transversalizam o tema. Isso porque a educação sexual não trata da erotização dos estudantes. Por oposto, a ausência de informações e orientações coerentes pode favorecer o início da vida sexual dos estudantes sem os devidos cuidados relacionados à contracepção, ao respeito, ao autocuidado e à segurança, que também se estenderão para a vida toda. Tal condição os deixa vulneráveis à gravidez não planejada, às ISTs e a diversos tipos de violência (RAMOS *et al.*, 2022).

Uma vez que a sexualidade humana é multideterminada por fatores biológicos, genéticos, sociais e psicológicos, muito destes impressos nas pessoas pela sociedade, cultura e tempo, não deve ser interpretada de modo reducionista com julgamentos limitados, preconceituosos e conservadores. Se tal ocorrer, poderá originar ou estimular comportamentos de discriminação e desrespeito. É recomendável que tal entendimento constitua orientação dos adultos aos pré-adolescentes de modo a contribuírem para desenvolvimento saudável destes (SILVA, 2019). E tais preocupações podem ser observadas nos relatos dos entrevistados que responderam sobre suas dificuldades em lidar com as situações que envolvem assuntos relacionados a sexualidade, no cotidiano escolar. Todavia, relatam suas limitações entre o que podem ou não abordar e até que ponto podem orientar. Ainda, ficaram evidentes as dificuldades de abordagem de tais aspectos desenvolvimentais de forma naturalizada.

A discussão dos aspectos desenvolvimentais desses estudantes pré-adolescentes-decorrentes do que foi manifesto pelos participantes é pertinente à defesa do argumento de humanização da educação sexual. Ressalta-se a necessidade de um olhar particular e um cuidado zeloso, visto que é uma fase da vida que possui suas próprias características, marcadas pela transformação da infância para a vida adulta, com expressivas mudanças físicas, emocionais e afetivas (CAMPOS, 2011).

O que aqui se enfatiza, a partir das análises empreendidas, é a importância de se

considerar o modo como a educação sexual é abordada, tanto pelos familiares, quanto por professores e colegas na escola. Aos pais, recai a responsabilidade de tratar assuntos mais íntimos e profundos. Na escola, o trabalho deve ser mais planejado e sistemático, incluída a abordagem de assuntos de cunho social e do convívio entre ambos os sexos (DIAS; ZANDONADI, 2018). O “ideal”, portanto, é que a família e a escola trabalhem conjuntamente a temática sexualidade dos pré-adolescentes, de modo a construir com eles sua capacidade de enfrentamento das demandas desta fase do desenvolvimento.

Por oposto, preocupa o significado que pode ser atribuído a essa educação sexual procedente da família quanto às questões mais “íntimas”. Isso porque a dinâmica familiar e a função de cada sujeito da família são únicos. E, tal condição, associada a ideologias, preconceitos, violência sexual intrafamiliar, entre outros fatores, podem interferir de forma negativa na personalidade ou saúde sexual do filho. É fato que nem todas as famílias conseguem recursos para desenvolver comportamentos diferentes, sendo comum a repetência da violência e de abusos sofridos (RODRIGUES *et al.*, 2020). Em outras palavras, na infância e na adolescência podem ser experienciadas, por exemplo, repetições de padrões violentos vivenciados em família, as quais desconhecem outras formas de cuidado, amor, proteção e comunicação (CARDOSO, 2014).

Ainda, sobre as ações relacionadas à prevenção e às intervenções dos profissionais da escola a respeito da violência sexual, percebe-se que é imensa a dificuldade encontrada pela vítima para conseguir buscar ajuda e denunciar (SANTOS, 2020).

Há a obrigatoriedade legal dos profissionais que atendem crianças e adolescentes em identificar, diagnosticar, notificar e encaminhar os casos de violência que chegam aos serviços. No artigo 56º do ECA consta que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I – maus-tratos envolvendo seus alunos; II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III – elevados níveis de repetência (ECA, 1990). A este respeito, nos relatos dos entrevistados é possível observar a inobservância dessa prática:

P12P: Então minha preocupação também é sobre a violência sexual... (pausa). A educação sexual ajuda muito eles a se defenderem. Porque quando acontece desde pequeno eles nem sabem o que é, né? Ai se eles aprendem, podem sinalizar para tomar alguma providência. Percebo casos no meu cotidiano. (pausa). Crianças que são criadas pelos avós (pausa). Provado a gente não tem, mas a gente desconfia dessa superproteção com as netas, as maiores eles (os avós) não deixam nem fazer nada, parece um ciúme de namorado, possessivo, demais. E elas se automutilam, tem baixa

autoestima, é um caso que deve ser estudado.

P3M: tinha um caso que faz uns 4/5 anos. Essa menina foi abusada pelo pai do padrasto dela. Eles foram para um sítio que foi ela e a irmã dela, e até então eu não sabia, aí a gente tava sentada no pátio e chegou um pessoal da assistência social e aí chamaram ela. Daí ela voltou, olhou para mim e falou, “ah professora, eu não sei se a senhora sabe, mas eu fui estuprada”, aí... a forma como ela falou aquilo... ela também não sabia lidar com aquilo e foi uma coisa que me pegou e fiquei sem saber o que falar.

Há relatos de que mesmo a gestão escolar orienta os professores a nada fazer a respeito das queixas dos estudantes, e que não lhes cabe tal intervenção, o que evidencia – mesmo que de modo não intencional - sua negligência para com os estudantes que apresentam indícios de abusos, como representado em parte do relato do entrevistado P3M:

P3M: [...] Nós temos questão de abuso sexual. Tem uma aluna nossa que ela não acompanha assim, e a gente sabe que ela tem histórico de abuso, a gente não sabe o que acontece. A gente acha a escola muito omissa nesse papel. Tu tá sabendo que tá acontecendo, mas “ah, eu não posso...” eu acredito que a gente pode ter algumas atitudes. E aí essa menina nunca foi abordada essas questões, conversado, e aí a gente vê.

Os entrevistados relataram também sobre os casos em que observam a violência intrafamiliar e como preocupam-se com tais situações. Paixão e Souza Neto (2020) destacam que “o abusador costuma ser alguém do convívio da criança e que estabeleceu com ela uma relação de confiança” (p. 5). Tal fato possibilita depreender que os familiares podem apresentar dificuldades em identificar sinais de violência sexual, bem como, se há riscos de violência sexual intrafamiliar (ANDRADE *et al.*, 2021). Assim, deixar a identificação e denúncia do abuso somente por parte da família é algo que limita as possibilidades de intervenção na garantia dos direitos das vítimas.

P7M: ...E tem outras crianças que sofrem muitos abusos em casa . Tem a questão do companheiro da mãe, porque hoje em dia, tem mãe que troca de companheiro como troca de roupa e vice-versa. Tem casos que a gente vê. Que a mãe coloca uma “venda” pra não perder o companheiro. O companheiro abusa dos próprios filhos da mãe. Ou seja, a mãe compartilha o companheiro. Essa é a verdade. E com tudo isso já eu acho que vai amadurecer. Que é na escola que eles aprendem. Né? Tem que ser nessa idade que eles vão estar se atualizando.

P15P: Me preocupa os casos que aparecem na mídia sobre violência sexual, além daqueles que a gente ouve né, que o tio passa a mão, o padrasto que é mais assanhado . Não é porque estamos falando de um lugar mais elitizado, que abusos não acontecem, só que com certeza são muito mais velados. Não

se precisa falar desde a infância sobre relações sexuais, mas como prevenir que os adultos abusem da inocência da criança, eu sempre me pergunto até que ponto a gente tá preservando a inocência das crianças ou deixando que algumas coisas muito erradas aconteçam, e não fazendo nada.

P14E: Tem um fato muito muito sério que a gente presenciou. Foi o estupro de uma menina adolescente, durante anos o padrasto fazendo isso com ela. Faltou um olhar mais atento da gente, se a gente tivesse mais preparado, a gente podia ter tido mais condições para perceber ela. Até que ela tomou coragem e se abriu para a diretora da escola. Depois de algumas palestras que o Psicólogo fez, e realmente ela se abriu, a gente veio a saber de tanta violência que ela sofreu.

Depreende-se, a partir desses breves relatos, que ainda que haja preocupação e genuíno interesse dos participantes, eles não sabem quais atitudes devem ser adotadas quando há suspeitas de casos de violência sexual. Ao que tudo indica, não sabem que é seu dever comunicar mesmo suas suspeitas as autoridades competentes.

Ainda, o Artigo 245 do Estatuto da Criança e Adolescente pressupõe como um dever:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente. Pena: multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (ECA, 1990).

Tais fatos levam ao questionamento de como crianças e adolescentes podem se defender de abusos e explorações sexuais uma vez que, como evidenciado pelos participantes, a educação sexual nas escolas é ineficiente e insuficiente. Soma-se a gravidade do fato a entendimento de que, não raro, os abusos procedem de pessoas do convívio da criança ou adolescente, ou seja, as vítimas parecem estar desprovidas de formas de se defender de tais violências (ANDRADE *et al.*, 2021; MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2020).

Registra-se ainda, o fato de que alguns participantes, depois de terem a certeza da interrupção da gravação da entrevista, solicitaram ajuda à autora deste estudo do que fazer com estudantes que relataram abusos sexuais sofridos.

Ao que tudo indica, os entrevistados não têm informações suficientes sobre os guias, orientações técnicas e leis a respeito de seus deveres. Em 2011 foi publicado o projeto de reestruturação do “Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração

Sexual de Crianças e Adolescentes", uma parceria entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Ministério da Educação. Um de seus objetivos era promover um debate no âmbito nacional entre as Universidades, as redes de ensino e as redes de proteção das crianças e adolescentes para introduzir o tema na agenda escolar. No documento há destaque para o espaço escolar e seu papel fundamental na prevenção das violências sexuais. Nele os educadores devem ficar atentos e se prontificaram a ouvir as necessidades de crianças e adolescentes. Em casos de suspeita ou ocorrência de violência sexual o documento orienta aos profissionais que denunciem os órgãos competentes, como o Conselho Tutelar ou pelo disque 100. Também são apresentadas sugestões para se superar dificuldades na notificação dos casos de suspeita e ocorrência de abuso sexual e como acolher e direcionar a criança (MEC, 2011).

Em 2021, dez anos após a publicação do "Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", o MEC lançou um canal de denúncias exclusivo para professores e diretores escolares. A operacionalização do serviço ocorreu em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O número de telefone é o 1510, em referência ao Dia do Professor, celebrado em 15 de outubro. O canal foi criado como acesso ao ato de denunciar exclusivo para que os professores registrem violências físicas, psicológicas e sexuais contra crianças e adolescentes (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2021).

Deste modo, percebe-se que, de acordo com os parâmetros estaduais, literatura pertinente, bem como os guias de orientação, há mais oportunidades de acesso e realização de um trabalho interdisciplinar a respeito do tema abuso sexual, assunto proeminente no conteúdo a ser tratado nas aulas de educação sexual. Durante as entrevistas, no entanto, os entrevistados não mencionaram se possuem conhecimentos sobre informações, canais de denúncia e intervenções disponíveis para lidar com casos de violência e exploração sexual. De acordo com Campos e Unau (2021), a maioria dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes nas escolas não possui estratégias ou meios para lidar com situações que exigem intervenções para garantir os direitos das crianças e adolescentes, como violências e negligências familiares. Este fato é destacado pelos autores. Diante disto, entende-se que a educação sexual na escola é fundamental para a segurança e preservação dos direitos de crianças e adolescentes, tema explorado em sequência.

A educação sexual será, a seguir, abordada como acontece no cotidiano escolar e como os entrevistados lidam com assuntos relacionados à temática, quando surgem em suas aulas.

4.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL NO COTIDIANO

A seguir, são apresentadas as análises sobre como os entrevistados perspectivam a educação sexual no cotidiano escolar e como lidam com assuntos relacionados à temática, quando surgem em suas aulas. Pôde-se observar até o momento que mesmo que tal assunto não esteja no plano de aula destes professores, independente da disciplina, este acaba por surgir.

Para tanto, considera-se relevante resgatar o conceito base de prática pedagógica: representa uma prática social complexa que acontece em diferentes espaços/tempos da escola, durante o cotidiano, tanto de professores quanto dos estudantes, de modo especial, na sala de aula, pela interação professor-aluno-conhecimento (CALDEIRA ; ZAIDAN, 2010).

Diante disto, os participantes foram questionados sobre como eles lidam quando o assunto sexualidade surge em suas aulas. Nesses termos restou evidente que oito entre os quinze entrevistados relataram o que respondem no momento em que surge tais questionamentos ou comentários:

P1E: Eu procuro resolver e conversar, porque se...como eu disse, se eles têm abertura pra trazer na minha aula? Ah, mas o que que aula de matemática tem haver? Mas peraí, vamos resolver isso daí. Não vou deixar passar ou levar pra outro professor, procurar o que fazer. Eu procuro tentar esclarecer, o que eu sei, do meu jeito, né? Se eu não sei eu digo: olha, realmente não sei, vamos procurar outra forma. Mas dificilmente, normalmente eu tento dizer, é de tal forma, tal e tal jeito. Nem que seja constrangedor, mas se ele perguntou, ele quer ouvir a resposta, então eu respondo.

P3M: Normalmente eu tento conversar com eles na linguagem deles, de uma forma que eles entendam e vejam que aquilo tem que ser falado, que não tá errado e que tem que ser visto de outra forma. E dentro da escola, você tem que falar de uma forma que eles entendam e que eles vejam aquilo que eles tão trazendo de uma determinada forma não é só uma forma de ver, existe outra forma, tento trazer a partir da visão deles, conversando e tento responder.

P7M: Eu sou sincera com eles, sabe? Eu falo como se eu falasse com os meus filhos. Que relação? De sexo, opa, e namoro ou sexo por sexo? Principalmente com as meninas. E tem alguns alunos que vem me procurar. Particular pra falar sobre isso. Até estou em "atendimento" com uma menina que está namorando um menino bem mais velho do que ela. Ela está com treze pra catorze anos e namora um menino de vinte e dois anos. Com consentimento da mãe.

P10M: No meu caso tenho uma certa liberdade com eles então eu falo, mas trabalhando aquela ideia do respeito, né? Trabalhando a ideia do eu não faria, porque não tem que aceitar ou não se uma pessoa é diferente, mas no sentido de alunos que se reconhecem como homossexuais, por exemplo. Então eu tento trabalhar essa ideia do do respeito do e do

cuidado. Né?

Pode-se perceber que esses entrevistados procuram sanar as dúvidas no momento em que estas aparecem, o que demonstra uma abordagem mais ativa quando a temática surge durante suas aulas. Embora estes professores sejam bem-intencionados, o fato de haver pouca formação continuada a respeito de como abordar o tema de forma fidedigna e adequada, pode levar estes a responderem de acordo com suas experiências e perspectivas o que gera um currículo oculto sobre o que é certo e errado quando se trata do assunto.

P8E: Eu converso sim com eles de uma forma bem natural. Bem tranquilo, mas assim... de acordo com a BNCC que é a base nacional comum curricular esse assunto é abordado no oitavo ano. Então eu começo a trabalhar ali sobre a adolescência. Então a gente faz uma conversa bem informal sobre as mudanças no corpo e as mudanças psicológicas que hora é criança para um, hora é adulto criança pra outro, logo já é adulto. Eles me contam algumas situações. Aí também eu elaborei uma entrevista que eles fazem em casa, sobre como foi a adolescência dos pais dos avós né? Que o adolescente ele tem uma tendência de formar grupos e como eram esses grupos na época dos pais, dos avós, então a família adora responder essas perguntas e contar como é que era na época deles, então aí começa uma abordagem assim através da adolescência, mudança no corpo, psicológica.

P2M: Aí, eu paro o que eu to falando, às vezes tem haver com o assunto, as vezes não. A/s vezes to no oitavo ano, trabalhando sistema circulatório e vem essa pergunta né, aí eu paro ali e respondo a pergunta, até eu tava, não lembro o tema, aí o aluno do nada, professora o que é masturbação? Daí eu parei o que eu tava explicando, não era bem o que eu tava explicando né, aí parei e disse, mas eu vou te explicar. Aí comecei a explicar para ele, aí ele começou a fazer piadinha, risadinha, aí eu expliquei da forma mais correta possível e disse para ele que não era malícia e não era de brincar, e que se ele ficasse brincando eu não ia mais responder essas perguntas, eu ia continuar com a minha aula que era outro tema, mas como tudo ta interligado, os sistemas não são separados. Então eu digo isso, o reprodutor precisa do sistema circulatório e vice e versa, então é paro e procuro explicar, mas a gente faz um acordo, se eles levarem a sério eu explico quantas perguntas eles tiverem, e se tiverem ao meu alcance de responder, eu digo pra eles, eu não sei tudo também, o que eu não souber eu posso pesquisar e posso ajuda-los posteriormente. E aí eu digo pra eles que to disposta a responder qualquer pergunta, mas desde que levem a sério. Aí quando a gente faz esse acordo, eles levam a sério e sabem que podem perguntar mais.

P6P: Eu sempre falo pra eles desde o primeiro momento que ele tem total liberdade, pra mim eles perguntarem tudo que eles quiserem, né? Mas claro sempre deixando claro aqueles limites, enfim. E normalmente saem algumas perguntas fora do contexto, mas assim, que não é nesse tema. Por exemplo, essa semana até eu estava trabalhando com o sistema urinário e aí eu comentei sobre a questão da uretra, homem e mulher. E aí eles disseram

assim: “tá professora, mas então uma mulher pode usar um absorvente interno sem interferir nada? Ela pode ter relação com o absorvente interno”. E aí eu trago tudo com muita naturalidade assim porque eu acho que existe muito tabu em torno desse tema e é algo que não deveria existir e quanto mais falar menos dúvidas as pessoas tem, né? E menos erros entre aspas, elas acabam cometendo, né? Então é sempre tudo com muita naturalidade assim. Inclusive eu adoro falar sobre isso. Adoro ter essas conversas com eles.

P11P: Eu tento assim ó, passar da melhor forma possível, mas às vezes eu digo pra você que eu fico meia constrangida, sabe? Porque tem coisas assim, tem palavras muito novas nessa questão. Né? De gênero eles fazem essa essa conciliação, né? E às vezes a gente não sabe muito o que explicar o que dizer. O que é um parâmetro normal é o uso do preservativo, anticoncepcional. Agora a gente tem a questão de aplicar um um chip pras meninas não engravidarem, né? Então, toda essa questão assim que tem atualização e sabe, eu passo normal

Observa-se que entre os oito participantes cujas falas foram anteriormente exaradas, três lecionam a disciplina de Ciências. Especificamente o participante P8E realiza suas práticas pedagógicas a respeito do tema a partir de entrevistas realizadas pelos estudantes a seus familiares; além disso, pratica a escuta ativa das dúvidas dos seus alunos. Contudo, esse participante menciona tais intervenções somente no oitavo ano. A P2M relatou que conversa sobre os assuntos que surgem no momento em que surgem e procura auxiliar os estudantes que a procuram de forma individual. A P6P aparenta ter seus conteúdos programáticos previamente elaborados de acordo com suas práticas pedagógicas, contudo, responde o que é necessário, quando necessário.

Neste estudo, foram entrevistados seis professores de Ciências, e desses, três afirmam ter práticas pedagógicas mais flexíveis para atender as dúvidas reais dos estudantes. Esse fato merece atenção, pois as perguntas envolvendo os genitais, gênero, sexualidade, sempre ocorreram e, acredita-se que, sempre ocorrerão. É tarefa do professor apresentar aos estudantes respostas acessíveis ao seu entendimento, uma vez que as dúvidas são normais quando se trata das diferenças entre os sexos. O vazio de explicações, as lacunas quando persistem costumam levar os jovens a buscar em lugares onde estas informações podem ser perigosas, equivocadas ou inadequadas (ABREU, 2021).

Percebe-se que, embora alguns professores (5) cujas falas foram anteriormente apresentadas não lecionem a disciplina de Ciências, e eles percebem a importância de esclarecer as dúvidas dos estudantes sobre educação sexual, mesmo não fazendo parte de seu conteúdo programático. Conforme já abordado, a sexualidade precisa ser introduzida como temas transversais e interdisciplinares. Todavia, a transversalidade do tema sem o devido

preparo não é eficaz, uma vez que pode carrear em si opiniões ou convicções pessoais desprovidas de cientificidade. Além disto, a sexualidade é um tema que abarca perspectivas para a dimensão sexual que envolve experiências, discussões, teorias, discordâncias, dissonâncias e provocações (FIGUEIRÓ, 2001; CARVALHO *et al.*, 2019; RIBEIRO *et al.*, 2020). Neste caso, restaram evidências de que os participantes não se percebem suficientemente preparados ou capacitados para discutir com os estudantes tais dimensões.

Dois dos quinze professores relataram que, quando surgem assuntos relacionados à sexualidade em suas aulas, eles encaminham os alunos para buscar respostas com o professor de Ciências. Essa é a forma como esses professores lidam no cotidiano com esse tipo de questão.

P5E: Eu não sou médica. Eles não sabem quais são as doenças, eles não sabem. Não sabem que a camisinha não é só por gravidez. Às vezes vem umas perguntas que a gente sabe que elas são as perguntas boas assim, que realmente eles não entendem. Mas é complicado de falar. Bem complicado. Teve uma vez que eles me pegaram tão desprevenido que eu pedi ajuda pro professor de ciências dele. Não sabia falar, que eu não tinha conhecimento pra falar, eu tinha muito medo de falar alguma coisa errada. Aí eu fui atrás do professor de ciências e eu pedi ajuda. Eu disse, ó, tem como vocês perguntarem para ele? Aí ele respondeu pra mim.

P14E: Olha, durante as minhas aulas eu pouco percebi sabe. Acontece uma piadinha ou outra, uma conversa ou outra. Mas eu não tenho feito nenhuma interferência. Às vezes eu comento com a professora de ciências pra ela dar uma falada, com a diretora, e a gente conversa entre nós.

Desses quinze professores, três relataram que fornecem explicações de forma técnica:

P15P: Olha, eu explico sempre de uma forma técnica quando surgem as piadinhas e trago o foco para a matéria de ciências. Quando surge algo que não sei responder, desvio o assunto. Algo que de um tempo para cá vem surgindo é a questão das orientações sexuais, quem gosta de qual sexo, essas coisas. E eu realmente não sei o que fazer, e o que faço? Nada, tenho a impressão que se falar, posso estar incitando algo, e não é meu papel ali. Estou para falar sobre a Biologia, as Ciências. Queria poder falar, mas não sei até que ponto posso. Já questionei meus superiores e estes também enrolaram e não me disseram nada que me fizesse agir diferente. Fico embarçada sempre que surgem tais assuntos. Seria bom se a gente pudesse mandar conversar com um profissional que saiba disso, porque somos limitados, entende?

P13M: Eu procuro explicar da forma mais simples para eles, mas sempre levando para o lado científico. Por exemplo, eles perguntam sobre... é... sobre a ejaculação, os meninos. Sobre a parte de que agora eles estão se descobrindo né, aí perguntam o que acontece se ejacular tantas vezes, se faz

mal para a saúde, se vão conseguir ter filhos. Como que é, como que não é.

P9E: Será que se eu for falar sobre sexualidade no sétimo ano isso não vai me causar um problema? A não ser que esse aluno me chame em particular e me pergunte. Aí eu vou tirar essa dúvida como aconteceu com esse menino do sétimo ano. Mas não é um assunto que a gente possa abordar quando você pode pincelar sobre o tema. Você pode pincelar, mas você não pode se aprofundar no conteúdo. Por que você tem as ditas caixinhas te engessando. Né? A educação te engessa. Quando ela te engessa em conteúdo, quando ela atinge o que você pode e o que você não pode falar. Então, quanto a capacitação eu vejo assim uma necessidade dos professores em se capacitarem mas não a nível de fisiologia, de anatomia porque isso todos nós somos adultos e temos uma até onde eu eu vejo todos tem a capacidade, não precisam de uma capacitação pra trabalhar, pra saber que você não pode trabalhar homossexualidade de uma forma difusa você precisa a a que um um termo tá diretamente associado ao outro.

Nessas falas apresentadas pelos participantes, fica evidente o quanto eles sentem-se inseguros, não apenas em relação ao conhecimento sobre o tema, mas também em relação ao exossistema. Nota-se isso quando falam de seus receios calcados nas regras institucionais. Por exemplo, uma das entrevistadas relatou que seus gestores nada respondem quando questionados sobre as situações associadas à sexualidade ou educação sexual que ocorrem no cotidiano escolar, ou algo que possa ser feito a respeito. Desconhecem, ainda, o macrossistema, algo percebido no relato de um participante sobre o quanto a educação engessa em referência aos parâmetros curriculares atuais. Ainda, percebe-se a dificuldade dos relatores em lidar com questões relacionadas a gênero e diversidade sexual, bem como, suas dificuldades para falarem sobre aquilo que não se encontra nos conteúdos programáticos, como suas experiências, discordâncias, dissonâncias, sentimentos, ansiedades e etc.

Ainda que os entrevistados evidenciem que discutem o tema durante as suas aulas, ou que direcionam às “autoridades” do assunto na escola, ou ainda, que expliquem de forma técnica, não se observa em suas falas que a educação sexual deve ser tratada como um fenômeno ‘natural’ a todo ser humano. Aparecem, então, discursos voltados à ausência de informações a respeito de tais fenômenos, o que impossibilita em grande medida que a transversalidade proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) seja de fato realizada por esses educadores. Os relatos refletem que os profissionais atuantes no espaço escolar ainda se mostram constrangidos, inseguros e carentes de formação para lidar com temas envoltos na sexualidade, seja no diálogo acerca dos gêneros, orientações ou mesmo da diversidade sexual.

Acredita-se que o caminho para que tal realidade seja transformada se dê por meio de currículos, normas e metodologias; da consideração da diversidade de gênero, culturas, etnias,

classes, e demais aspectos que permeiam a subjetividades humanas, tão presentes no ambiente educacional. Neste movimento, a transversalidade de temas como a sexualidade se tornará possível.

A este respeito, é pertinente registrar que no ambiente acadêmico e universitário esse assunto é pesquisado e discutido, contudo, na prática escolar não se percebe o movimento de efetivação, motivação ou melhora das condições para que os educadores tenham conhecimento e autonomia para falar a respeito do tema (DA SILVA *et al.*, 2019).

Alguns participantes discutem o tema, quer seja de forma técnica ou não, outros direcionam aos professores de Ciências e há ainda aqueles (2) que dizem não realizar qualquer tipo de intervenção a respeito:

P4P: Na verdade assim, a primeira atitude que eu tomo geralmente é tentar neutralizar, pra não dar mais ênfase, até mesmo porque não tenho muito conhecimento de como se deve trabalhar esse tipo de tema dentro da escola, eu acho que até se eu tivesse algum tipo de informação de como se passar isso eu até poderia falar, mas como eu não tenho nenhum tipo de conhecimento sobre isso eu prefiro não falar.

P12P: Olha... quando é um assunto que vai causar polêmica na sala eu corto. Não deixo eles se aprofundarem porque alguns sentem-se incomodados com isso.

Essas falas registram evidências de que há entre esses participantes receio em falar do tema, por falta de conhecimento por aquilo que dele pode derivar ou repercutir. É provável que estes receios tenham origem no medo da reação das famílias dos estudantes, em sua falta de preparo e de conhecimentos e ainda, das limitações impostas muitas vezes pelos gestores da escola quando se trata de assuntos avaliados como polêmicos. Além disto, percebe-se que há preocupação quanto aos conteúdos programáticos previstos pelos parâmetros curriculares atuais (MARTINS, 2019).

4.3.1 Perspectivas dos professores sobre a necessidade da abordagem da educação sexual no espaço da escola

Os participantes foram questionados sobre o quanto identificavam a necessidade da educação sexual na escola. Dos quinze entrevistados, quatorze percebem a necessidade de uma melhor abordagem do assunto. As justificativas dos mesmos são:

P1E: *Desde os menores, pelo contrário, eu percebo necessidade desde os menores. Eu tive o caso de uma aluna que discutiu que ela disse pra ele que ela era moça? Ai ele: Você não é, você é uma criança. Eu disse pra ele: você tem que entender que pra mulher, pra menina é diferente o estar moça, e aí ele perguntou o que que era.*

P5E: *Nós temos muitas meninas grávidas na escola e eu tenho no sétimo ano uma menina de licença maternidade. E não que eu ache que a gravidez é algo horrível. Mas eu acho que pra idade deles é muito novo. Uma menina de sétimo ano ela tem em torno de treze anos. E ela engravidou do menino do terceiro ano e até hoje sabemos ela foi expulsa de casa enfim e quem acolheu foi a família dele, talvez se os dois tivessem tido uma boa educação sexual ela não teria não estaria grávida. Isso influencia bastante na escola onde eu trabalho muito. São muitas meninas grávidas, muitas. E quando elas estão grávidas aí elas não romantizam mais. Antes elas romantizam, entende? Quando elas engravidam elas começam elas entram numa outra realidade que elas não romantizam mais. Elas ficam tristes. Maioria. Tudo. Nós temos meninas com doenças sexualmente transmissíveis que a escola acaba ficando sabendo. Nós tivemos uma menina que ela não frequentou por muito tempo a escola. E quando a gente chamou ela pra conversar ela contou pra gente que ela estava com uma doença. Mas que ela não tinha coragem de contar pra ninguém. Aí a escola ajudou ela a tratar. Levamos no postinho. Ela foi comprar a escola comprou os medicamentos pra ela. Então não é só a questão da gravidez as doenças sexualmente transmissíveis são bem grandes e não adianta dizer assim “ah eles tem a internet”. Eles não tem, a escola onde eu trabalho eles não têm às vezes nem celular. Essa ideia do adolescente conectado que sabe de tudo pertence a uma camada da sociedade mais alta. A mais baixa não tem. E esses que não tem esse acesso que tem esse acesso mais limitado. Tem acesso pelo boca a boca com os outros, com os colegas. Eles raramente perguntam pra gente as meninas, os meninos não pergunta nada, as meninas as vezes quando elas tem umas dúvidas muito mirabolantes elas perguntam ou quando elas estão com medo, como essa menina estava com medo né da doença dela ela falou mas não eles perguntam as vezes pra gente entre eles quem sabe de alguma coisa fala se sabe errado falou errado mulheres aprender errado. E aprende tudo errado ...*

P8E: *Eh porque pelo número de gravidez na adolescência e estando doenças sexualmente transmissíveis. A própria sexualidade. em dia aqui, né? É um assunto que tá mais em pauta e eu percebo que os alunos estão se revelando na sexualidade mais cedo. Então no sexto ano a gente já tem alunos que já estão buscando outro tipo de sexualidade, não relacionada ao gênero e sim a sua sexualidade mesmo, né? Só observar o sexto ano é uma descoberta da sexualidade.*

Dois participantes registram a necessidade de se ampliar a discussão sobre os temas devido à gravidez na adolescência e um em razão das ISTs. Embora perceba-se a necessidade de informações sobre ISTs e sobre contracepção, acredita-se que unicamente estes temas não devem nortear a educação sexual no espaço escolar. Isso porque tal perspectiva é somente higienista, heteronormativa, reporta-se aos primórdios da história da Educação Sexual no Brasil (SOUSA FILHO, 2019) e desconsidera questões relacionadas à diversidade de gênero -

desafio atual na perspectiva dos entrevistados.

P9E: *eu estou tentando sanar de uma forma assim. Tem aula que eu tiro só pra tirar dúvidas sobre sexualidade. Não é o assunto difundido, não é o que o MEC determinou. o que eu vejo assim as coisas, as atitudes que estão acontecendo em sala de aula que remetem a falta de conhecimento e essa falta de conhecimento eu estou tentando tirar lá de vez em quando eu vou a alguma aula e faço alguma coisa tipo caixinhas de dúvida né? É geralmente assim e eles tem isso tão intrínseco na disciplina de ciências e biologia que geralmente é comigo que se vem procurar.*

P14E: *É muito presente os conflitos que a gente se encontra no dia a dia com os alunos, as relações interpessoais, entre eles, entre professor e aluno. Na verdade, falta um trabalho mais interdisciplinar. Na verdade, é mais pontual, é mais em forma de palestra e mais na área de ciências. É mais isso, tá?*

P2M: *muito importante porque principalmente anos finais as crianças estão indo desta transição da puberdade, então eles saem dos anos iniciais e chegam nos anos finais. Estão ainda numa descoberta do próprio corpo, tão tentando entender as questões hormonais, então, a adolescência é o período que o adolescente ele tem, ele não entende muitas coisas que tão acontecendo com ele, e aí a fase que as vezes ele demonstra uma certa rebeldia . Algum momento que o adolescente às vezes não aceita muitas coisas. Que eu percebo assim que nos anos iniciais, o professor falou a criança ela aceita o que o professor determina para aquela aula e já nos anos finais aí eles já vem questionar, já vem colocar o que você tá ensinando, falando, aí ele já vai questionar se realmente tá certo. Então assim é do próprio adolescente aquele, não sei, um enfrentamento, seria que ele não tá mais disposto a aceitar tudo da forma que você esta/ veio preparado para a aula. Ele já questiona o porque você tá ensinando aquilo, então, ele não aceita tudo pronto, ele já tem essa questão da transição que dá uma certa instabilidade que o adolescente ele já questiona muitas atividades em sala de aula, e perguntam porque que você está ensinando aquilo.*

P3M: *Há um mês que me chamou a atenção que uma menina do quarto ano desceu a menstruação e aí as outras vieram com aquela coisa como “ela ficou mocinha”, aí eu fui conversar que aconteceu na escola ou em casa. Ai ela contou que foi assim “eu já tinha ido no médico e nós tínhamos conversado porque o médico disse que eu poderia acontecer mais cedo por conta dos meus hormônios”, uma criança de 9 anos. Ai eu comentei na escola, olha tem uma questão da menstruação, que na forma que ela falou comigo a gente percebe que tem uns mais velhos que não trata essa questão assim com naturalidade. Eu disse que eu acho que são questões que a gente não tem mais que trabalhar do sexto ao sétimo, já tem que começar a trabalhar antes, e a menstruação já vai fazendo parte deste contexto. Esses dias caiu um absorvente da mochila de uma menina e os meninos ficaram constrangidos de ela pegar o absorvente, então são essas questões. E tem uma questão que tá me preocupando bastante na escola, é a questão da orientação sexual, porque a gente já tem alunos filhos de pais que são casais homossexuais, a criança está tendo um manifestação que os outros já fazem piada, então todas as questões tem que ser abordadas. Aí quando a gente chega para falar, elas dizem que isso não cabe a gente, a gente tem que ver. Então eu acho que na escola não tá tendo, existe uma barreira bem grande.*

Cada vez mais precisa desse assunto, na rede municipal principalmente, a minha escola está inserida numa comunidade mais carente e eles vem daquela cultura que é uma casa com vários e a gente sabe que isso não é o ambiente ideal porque muitas coisas eles veem de uma forma que não... eu digo que essa geração é a que mais sabe das coisas e tem acesso a informação mas não sabe usar. Então eles tem tudo na mão, mas não tem uma orientação de como lidar com aquilo. Porque na rua eles não vão abordar de uma forma legal com eles, explicando, porque se cria uma coisa que não pode falar, tem muita questão da piadinha, então falta maturidade pra lidar com isso.

P10M: Há um um não digo que há uma uma vulgarização precoce. Eu até não acho que há isso nessa escola que eu trabalho. Mas eh há certos preconceitos assim em relação a orientação, né? Não sei se a orientação é a palavra correta tecnicamente, mas por exemplo, eu tenho um aluno que uma aluna que é trans e é menor de idade, e se recolhesse assim. Por ser menor de idade não sabe muito bem o que fazer e tem aquele dilema com os pais e a escola ela trouxe e a gente falou ``olha temos que conversar com os pais a gente também fica assim, sem saber por onde ir então eu acho que que falta um pouco, né? Essa abertura é maior e eu acredito que é muito pela resistência assim, que a gente vê dos pais, sabe? eh nessa escola que eu dou aula no do município é uma escola mais periférica e a gente percebe uma movimentação muito grande de igrejas assim e eu já escutei dos alunos que ser homossexual, pecado, não pode na Bíblia diz que não pode, então eles tem uma relação alguns, né? Tem uma relação assim que dá pra perceber que vem das famílias que é muito conservadora nesse sentido, né? Então acredito que também é um certo jogo político pra que não que não haja essa conversa na escola mesmo pra que né? A gente não fala sobre esses assuntos, não questiona essas estruturas e a partir da educação sexual isso seria bastante perceptível, né? eu percebo dessa forma.

P13M: Eles precisam de uma orientação do que realmente é conhecer o seu corpo e como ele funciona, porque ele sabe muita coisa . Mas é pelo que eles verem pela internet e não é uma coisa correta. EEE... geralmente eles não procuram os termos, os... eles procuram geralmente em sites de pornografia, eu acho.

Eles sabem muita coisa, mas não é algo correto e nem científico. É muito pelo que os outros falam. Aqueles que não tem experiência nenhuma acaba distorcendo as informações. Os próprios colegas. Porque geralmente eles não vão buscar informações com os pais. Falar com os pais sobre esses assuntos eles tem vergonha e os pais não conversam com eles sobre sexualidade. Então eles se informam com colegas que também não sabem sobre o assunto. São adolescentes muitos deles e ainda não tiveram relação sexual. E não só pela relação. Também a parte da sexualidade, se eles gostam de meninas ou meninas. Eles têm muitas dúvidas nesta idade.

O acesso à pornografia e a outras fontes duvidosas e equivocadas estão também presentes em suas falas. A pré-adolescência é uma fase de transição, marcada por conflitos entre infância e vida adulta; é caracterizada por mudanças biopsicossociais, dentre essas, o desenvolvimento sexual. Contudo, entende-se que os estudantes têm acesso a tais informações no seu cotidiano a partir das mídias sociais, das interações com os colegas, do

contexto familiar e de outros espaços.

P4P: A gente percebe algumas situações assim, por exemplo, eu lembro que principalmente o sétimo ano, porque eles tão na faixa de 11/12 anos, então eu acho que é uma época que eles tão meio que querendo se descobrir. E eu acho que a própria apostila já traz algumas informações assim, na parte de ciências e tudo mais. Eu lembro que bem no começo do ano tinha uma foto assim de alguma coisa, que eu também não prestei atenção, mas eu percebi que era relacionado ao corpo humano, na parte de ciências da apostila. Meu deus, foi uma muvuca sabe? Eles começavam a rir e olhavam e sabe... como se fosse uma coisa de outro mundo sabe, chama muito atenção, e eles ficam ali naquela agonia sabe, daí eu lembro que a única vez assim que eu presenciei alguma coisa relacionada a isso, até mesmo no material da apostila tinha, e eles ficaram bem... por causa da dita imagem que tinha. Eles davam risada, ficavam falando... principalmente os meninos. Porque nessa época é assim, por exemplo hoje, eu fui no oitavo ano, fui abrir a apostila dele lá, de um menino e fui ver a atividade que a gente tá fazendo um gráfico lá e eu queria ver os dados e ele não tinha coletado os dados. Ai eu fui mostrar pra ele na apostila, na hora que eu puxei assim, vi que ele tinha uma página inteira desenhada o órgão sexual masculino sabe, na página inteira aqueles desenhos feios.

P6P: eu vejo que as crianças e os adolescentes estão cada vez mais precoces nesse tema. Né? Porque eu vejo assim, que na nossa geração a gente tinha mais curiosidade, mas a gente ainda não estava praticando nada. E eu vejo que hoje, além dessa curiosidade, já existe também uma prática muito precoce. E e ao mesmo tempo que isso me preocupa, né? Isso me deixa assim também de certo modo é curioso porque eles já estão em alguns casos, né? Não todos, claro, imagina, em alguns casos eles já fazem algumas coisas, mas eles não têm a mínima noção de como o corpo dele funciona. Então eu acho isso muito, muito importante. Mas assim importante num nível extremo.

P11P: Eu acho que seria bem satisfatório ter, ajudaria eles talvez a se descobrir de uma forma diferente, né? Na questão assim, não na questão do gênero, mas na questão assim do corpo mesmo, né? Que as meninas principalmente a questão menstrual, tem meninas que menstruam, não sabem como é que faz o ciclo, não sabe como é que acontece, não sabe assim ó, a gente diz, ah, mas a nossa maturidade já vem. Não, não vem. Eu acho que precisa ter isso pra maturidade acontecer de uma forma adequada. Porque não tá acontecendo. Entendeu?

P15P: esse assunto já deveria ser tratado desde que se iniciou na escola. Me preocupa os casos que aparecem na mídia sobre violência sexual, além daqueles que a gente ouve né, que o tio passa a mão, o padrasto que é mais assanhado. Não é porque estamos falando de um lugar mais elitizado, que abusos não acontecem, só que com certeza são muito mais velados. Não se precisa falar desde a infância sobre relações sexuais, mas como prevenir que os adultos abusem da inocência da criança, eu sempre me pergunto até que ponto a gente tá preservando a inocência das crianças ou deixando que algumas coisas muito erradas aconteçam e não fazendo nada. Enquanto professora, me sinto de mãos atadas e só posso expor esse meu ponto de vista e tentar prevenir orientando meus filhos, e torço para que os pais dos meus alunos façam o mesmo. Vejo a necessidade desse assunto na escola, mas muito antes disso, vejo que os pais precisam estar mais abertos a isso. E

que os professores precisam saber como lidar. Só liberar que esse ensino aconteça não é suficiente. Seria um preparo que iria levar anos até sua efetivação.

A grande maioria dos entrevistados (14) percebe a necessidade da abordagem do assunto no espaço escolar. Nota-se que seis professores têm ciência da necessidade em razão do desenvolvimento sexual (conhecerem sobre o próprio corpo) dos jovens.

Contudo, essas informações podem ser falsas ou incompletas e oferecerem riscos à saúde e ao bem-estar dos pré-adolescentes. Um dos participantes relata que a vida sexual, a primeira menstruação e o acesso a informações a respeito do tema têm acontecido cada vez mais cedo, precocemente. Os resultados da pesquisa apresentados na imagem a seguir possibilita perceber que a busca de informações sobre sexualidade por outros meios que não decorrem de pessoas capacitadas ou fontes confiáveis e seguras pode fornecer informações de risco e equivocadas. No exemplo, o coito interrompido aparece como um método anticoncepcional eficaz.

Imagem 1: resultado de pesquisa sobre coito interrompido como método anticoncepcional

The image shows a Google search interface. At the top, there are navigation tabs: 'Todas', 'Notícias', 'Videos', 'Imagens', 'Shopping', 'Mais', and 'Ferramentas'. Below these, it says 'Aproximadamente 30.300 resultados (0,30 segundos)'. The main search result is from 'https://hellocue.com' with the title 'O coito interrompido é um método contraceptivo eficaz?'. The snippet describes it as a method used since ancient times, involving withdrawal before ejaculation. To the right of the search results is a 'Coito interrompido' summary box. This box has sections for 'Visão geral' (defining the method), 'Como funciona' (describing the process), 'Benefícios e efeitos colaterais' (listing side effects like headaches and menstrual changes), and 'OUTROS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS'.

Fonte: Pesquisa buscador *Google*, 2023.

Esse é o resultado que aparece quando se pesquisa, por exemplo, método contraceptivo chamado de “coito interrompido”. Qualquer pessoa de qualquer idade pode fazer essa pesquisa, e como pode-se observar, o primeiro resultado que aparece a partir da busca é que tal método não requer o uso de outros contraceptivos, o que pode levar um pré-adolescente a acreditar que esse é um método eficaz, seguro e menos complicado. O coito interrompido, um método não reconhecido como científico e eficaz, não deve ser estimulado como método anticoncepcional, por possuir grande possibilidade de falha (BRASIL, 2009).

Esse é apenas um exemplo de informação não fidedigna que pode ser encontrada na *internet*, além de outros que trazem informações equivocadas. Depreende-se que, se esses estudantes não têm orientação em casa, na escola – conforme evidenciam os relatos dos participantes – seu desenvolvimento pessoal e sexual está sendo insuficientemente consolidado.

Embora haja ferramentas na *internet* com potencial elucidativo e esclarecedor, que haja imensa quantidade de *websites* que tratam do assunto de forma acessível e confiável sobre os temas relacionados à sexualidade, percebe-se que tais dispositivos não cumprem o papel de suprir com qualidade as informações essenciais para uma saudável educação sexual. E não se pode deixar de considerar o comportamento informacional próprio desta fase do desenvolvimento, que requerem supervisão e orientação quanto a endereços eletrônicos confiáveis. Além disso, não se pode substituir o contato humano, a conversa sobre as particularidades e especificidades de cada caso (SILVA JEREZ, 2016).

Quatro participantes percebem a necessidade da educação sexual no espaço escolar e justificam de modo pouco convincente suas dificuldades para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual. Esses participantes percebem tal demanda como uma lacuna e um grande desafio na atualidade. É provável que esse entendimento tenha origem no silêncio secular sobre a diversidade sexual, muito motivado por questões religiosas, familiares e conservadoras. Contudo, na medida em que se evidencia que os próprios estudantes trazem tais assuntos à tona, como dúvidas durante as aulas e nos próprios comportamentos e atitudes cotidianas, isso parece determinar que a temática se evidencie para os profissionais que atuam na escola e, conseqüentemente, tal espaço influência no processo de construção das diferenças (LOURO, 2000; RODRIGUES, 2017).

Dos quinze entrevistados, apenas uma professora não percebe a necessidade de trabalhar a educação sexual na escola em que atua

P12P: Na escola particular não . Os alunos são... como posso explicar a diferença, né? Neles não afloresce a sexualidade tão cedo, e por isso que não se vê a sexualidade. Aí eu penso que essa questão vem da família né, eles já têm uma estrutura diferente, essa orientação na família. Aí na escola não vê a necessidade de trabalhar. Na particular nem há uma necessidade com relação a isso. Pode que aconteça, mas a gente não percebe. Os alunos tem uma boa estrutura familiar. Não sei se os pais orientam ou eles ainda não estão na idade de florescer porque os alunos da particular saem muito neutros e muito crus. Demoram mais a aflorar a sexualidade. Diferente da escola pública. Na pública tenho alunas no sexto ano que são mães. Na particular tem meninas que levam boneca e fazem o dia do brinquedo. Vê a diferença? Acho que isso é da família. Estrutura familiar.

Conforme o relato, nota-se que essa discursa, diante de uma perspectiva de quem atua na rede de ensino particular e se percebe a comparação que esta faz sobre o ensino público e particular. A vida sexual começa mais cedo para estudantes do ensino público se comparado ao privado. No Brasil, este número é de 31,4% com os estudantes da rede pública, para apenas 16,2% da rede privada. Em Santa Catarina a diferença é de 31,1%, para 18%, respectivamente (PENSE, 2019; IBGE, 2019). Contudo, acredita-se que tais justificativas e dados não diminuem a necessidade de ser trabalhada a educação sexual no ensino privado, pois percebe-se que entre os cinco entrevistados da rede de ensino particular, somente um não percebe a necessidade de inclusão da educação sexual.

Ainda, nota-se que esses entrevistados não se sentem capacitados para lidar com estes assuntos, o que nos leva a análise sobre a formação continuada dos professores para educação sexual.

4.3.2 Perspectivas dos professores sobre o que pode favorecer a educação sexual no espaço da escola

Os entrevistados foram questionados sobre o que acreditam que pode favorecer a educação sexual no espaço escolar. Sob esta perspectiva, seis professores avaliam que este conhecimento/conteúdo não fique limitado somente às aulas de ciências, sendo essencial que seja realizado de forma inter e transdisciplinar, como se verifica nas falas a seguir:

P5E: Tem. Até a é algo que a gente vem conversando muito que trazer palestras pra dentro da sala de aula. Se os professores não dão conta ou se eles não se sentem preparados pra isso, que a gente consiga trazer alguém que seja preparado e que não tenha vergonha, nem medo que seja uma pessoa capacitada pra falar com eles.

P8E: Ahm, eu acredito que as pessoas da área da saúde poderiam me auxiliar nesse trabalho, né? e também psicólogos como você, também seria muito bem-vindo, seria muito bem-vindos. Ajudar nos problemas relacionados à própria aceitação, né? Da sexualidade.

P9E: É. Olha eu vejo que desmistificar um pouco essa coisa, tirar só da disciplina de ciências seria um avanço. Por quê? porque nós temos todos os nossos conteúdos programáticos pra trabalhar né? E a gente não não tem como você vencer tudo isso [...] Tirar do conteúdo de ciências e passar pra todos os conteúdos todas as disciplinas seria uma forma da gente trabalhar de forma mais ágil e mais eficiente.

P2E: É deveria trabalhar mais transdisciplinar. Que todas as disciplinas estivessem envolvidas neste tema. Que ele não fosse só direcionado para as ciências. Hoje a educação sexual também é um tema transversal, mas é direcionado, a responsabilidade ainda é do professor de ciências, aí como

você trabalha só em uma disciplina ele fica restrito, e só que isso ainda é um tabu também entre os professores. Então quando se fala em sexualidade, é não, não vou falar disso, porque não é da minha área, então você que é de ciências que trabalha o corpo humano que tem que trabalhar.

P3E: não é uma questão do professor de ciências, porque ele vai trabalhar as questões... mas são questões que surgem em todas as aulas. E até hoje nunca ouvi nada da secretaria da educação sobre falas assim. E o que que eu vejo muito. Vão à palestra para a escola sobre drogas, álcool, mas sobre questões sexuais, raramente tem.

P15P: Sempre tem, né? Poderíamos ter um profissional que nos ajude também. Que nos explique o que fazer, ou que a gente possa encaminhar esses alunos, que de uma aula conosco sobre isso. Não sei ao certo. Mas que nos apoie naquilo que a gente não consegue explicar. Porque algumas coisas da educação sexual é mais sentimental, mas afetivo, e sobre isso não sei nem por onde começar. Nós aprendemos o que devemos ensinar, e é isso. O resto a gente não consegue abraçar.

De acordo com os relatos desses entrevistados, percebe-se que para três participantes o referido assunto deve ter uma extensão transversal, em que não se direcione somente às aulas de Ciências. Relatam que não se sentem devidamente preparados para abordagem de tal assunto e que a educação sexual nas escolas, ministrada por meio de um cunho higienista e biológico não é o suficiente para sanar todas as dúvidas dos estudantes. Importante observar que não há, de parte dos professores, falta de interesse em trabalhar o assunto, mas fica evidente que sentem-se inseguros e despreparados para tanto (CARVALHO *et al.*, 2019).

Além desse entendimento, quatro entrevistados relataram que favoreceria a educação sexual nas escolas se os pais fossem mais favoráveis à sua abordagem. Estes participantes deixam evidente que há resistência, desconhecimento e tabus que cerceiam a liberdade entre pais e filhos para discutirem o tema, bem como quanto a possibilidade da escola tratar naturalmente dele.

P1E: Assim, é um assunto polêmico sim, porque a gente abordar os alunos dependendo da idade, ele vai sofrer uma pressão dos pais sim, se o aluno chegar em casa e dizer: “meu professor me ensinou a colocar uma camisinha”. No sexto ano, alguns pais vão dizer “meu Deus, o que que é isso?”.

P9E: a gente tem uma, tá muito difícil de se trabalhar em sala de aula quanto a sexualidade, com essa porque a educação sexual ainda é vista por algumas famílias como incentivo, um estímulo né? Para que esse aluno passe a ter uma vida sexual ativa. E isso, ainda alguns professores têm medo de trabalhar. Né? Alguns professores têm de falar sobre a menina quando que começa a menstruar. Que começa e que amenizar, quando que é

menopausa, o que que é a menopausa, o que que é ereção. São termos ainda que são fechados pra algumas famílias, certo? Que não deve ser trabalhado na escola. E o governo reforça isso. Né? Que estão sexualizando as nossas crianças.

P13E: É, isso aí falta muita informação, e mais para os pais. Porque às vezes os alunos até sabem seu gênero, mas não conseguem colocar para fora. Ficam reprimidos, porque a família não aceita, a sociedade não aceita, principalmente a família. É isso.

P6P: Assim ó... meu maior medo na verdade é em relação aos pais, porque a gente sabe que ainda existe aquela ideia de que vamos ensinar os seus filhos a fazerem sexo. Não é isso. Na verdade, a gente quer explicar como acontece pra o dia que eles forem fazer, eles têm um conselho. Então, na verdade, o meu maior medo é que em algum momento eu seja mal interpretada por algum aluno, isso chegar aos ouvidos dos pais de maneira inconsistente, de maneira errada.

É significativa a forma como se percebe o receio que esses entrevistados têm das famílias dos estudantes, de como irão interpretar a educação sexual e de como esta informação chegará por meio dos estudantes no contexto familiar.

Acredita-se que esse medo tem origens antigas e conservadoras. A sexualidade sempre foi objeto de controle social e religioso, e o sexo era frequentemente associado ao pecado, sendo visto apenas como um meio de reprodução. Com o passar do tempo, a sexualidade foi relacionada à afetividade e ganhou novo sentido: prazer e romantismo. Contudo, no momento atual, com a facilidade de acesso aos meios de comunicação e com o espaço conquistado pela mídia junto à população em geral, aconteceu a banalização e vinculação do sexo à mercadoria. Em alguns casos, o fato gera lucro a partir da exibição de fantasias sexuais em conteúdos pornográficos. Parece que a perspectiva de sexo vinculado ao pecado e à pornografia, seguida da sua quase total exposição nas mídias sociais, traz em seu escopo uma postura não-convergente. Há a tendência de despertar receio, medo e insegurança nos educadores para trabalhar com o tema, assim como, reverberada do senso comum, a sexualidade aparece em colisão com valores morais, o que resulta, não raro, de posturas mais defensivas e nada reflexivas por parte dos familiares (POCOVI, 2001; ROCHA; SILVA; JORGE, 2020).

Ainda que tal informação não proceda, acredita-se que questões políticas interferem quase que integralmente sobre a perspectiva dos pais que não concordam com a educação sexual, a absorvem de forma distorcida e, consequentemente, apresentem resistência quanto ao tema.

Em 12/05/2022 a ONG *Human Rights Watch* (HRW), denunciou o uso de táticas

legislativas e políticas nocivas para enfraquecer e até proibir a educação sexual e sobre gênero no Brasil. A ONG emitiu um relatório com 77 páginas expondo à Organização de Direitos Humanos a educação sexual no Brasil. Foram analisados 217 projetos e leis, protocolados entre 2014 e 2022, destinados a banir esses temas da sala de aula. Entre os projetos, a “Escola sem partido”, fundada em 2004, que defende a proibição ou restrição da educação sobre gênero e sexualidade nas legislaturas de todo o Brasil. Por oposto, sabe-se que o projeto visa defender a “neutralidade” nas escolas, ao mesmo tempo em que proíbe a “doutrinação” e o “proselitismo ao abordar questões de gênero” (*HUMAN RIGHTS WATCH*, 2022).

Ainda, a ONG investigou o impacto da pressão realizada sobre professores quanto à abordagem do tema. Em entrevista junto a vinte professores, esses relataram ter sofrido assédio por abordar os temas gênero e sexualidade em suas aulas e citaram exemplos, como de um professor que no início de 2020 lecionava na rede pública do Rio de Janeiro, e organizou uma campanha contra a violência sexual com seus estudantes. Em seguida, recebeu um e-mail anônimo: “Pare com a doutrinação de estudantes! Deixamos passar em 2019! Professores como você deveriam morrer! Nós estamos observando! Você receberá apenas um aviso!”. Esse professor relatou à *Human Rights Watch*, que recebe ameaças desde 2014 por abordar questões de gênero e sexualidade em sala de aula. E outro exemplo, de uma professora de uma escola estadual de São Paulo, que em 2019 solicitou a seus estudantes que pesquisassem sobre feminismo e violência de gênero em comemoração ao Dia da Mulher, e como consequência passou dois anos por processo disciplinar e suportou ameaças e postagens via mídias sociais com o objetivo de desacreditá-la profissionalmente (*HUMAN RIGHTS WATCH*, 2022). No mesmo relatório, há mais exemplos como estes citados.

Depreende-se que algo que pode favorecer a diminuição da resistência dos pais em relação ao tema é o preparo prévio, a exposição dos aspectos que serão abordados nas aulas e a conscientização destes a respeito dos benefícios do trabalho de educação sexual. Soma-se a isso a criação de políticas públicas mais favoráveis e desvinculadas de fatores políticos e de padrões conservadores, já que são fatores predominantes quando se decide se tal temática será abordada na escola ou não (ROCHA; SILVA; JORGE, 2020).

As evidências trazidas pelos participantes de como a educação sexual vem acontecendo nas escolas possibilitam compreender que os professores representam apenas um dos aspectos que se sobressaem na relação de dificuldades em efetivamente educar os jovens quanto ao sexo e à sexualidade. Tais fatos são apenas “a ponta do *iceberg*” de todo um sistema político e conservador que não considera ou que pouco considera que discutir e

refletir sobre educação sexual, pode ajudar os jovens a adotarem práticas seguras, prevenir a violência de gênero, desigualdade de gênero, ISTs e gravidez indesejada. E que além disto, é um elemento essencial do direito à educação. A informação sobre gênero e sexualidade é um componente crucial para um melhor desenvolvimento e qualidade de vida psicossocial de um ser em desenvolvimento (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022).

Um entrevistado relatou sobre um assédio sofrido por um colega na escola em que trabalha:

P3M: Até ano passado aconteceu uma situação com na disciplina de ciências em que o professor estava trabalhando o aparelho reprodutor , que faz parte do conteúdo normal, e os pais foram na escola reclamar que estavam falando sobre sexo com os alunos. Essa questão hoje dentro da escola tá complicado de trabalhar, principalmente pelas questões políticas em volta, tudo que a mídia levanta, aí o professor também não tem a preparação e fica um pouco recuado em relação a isso.

Adicionam-se a isso os depoimentos de três entrevistados que afirmam que a formação contínua ou a capacitação dos educadores para lidar com questões relacionadas à educação sexual poderia favorecer o ensino desse tema nas escolas.

P3E: Não é orientado como trabalhar com isso com os professores, eu to na educação há 6 anos, não lembro de ter tido uma fala da educação do que fazer. E não é uma questão do professor de ciências, porque ele vai trabalhar as questões... mas são questões que surgem em todas as aulas. E até hoje nunca ouvi nada da secretaria da educação sobre falas assim.

P9E: Se todos os professores tivessem integrados na questão sexualidade e tivessem uma preparação prévia, né? Um conhecimento prévio também pra trabalhar com isso. Você não precisa ser especialista pra dizer que determinada roupa não é legal você vim pra escola, porque isso pode é chamar atenção, ou que a tua pele não está preparada ainda pra você vim maquiada todo dia, que você ainda tá numa fase de infância.

P12P: Tem que ter um especialista no assunto. Porque eles sabem responder perguntas que nós não sabemos. Eles fazem perguntas que a gente não sabe como abordar. Então tinha que ter especialistas na área. Eu acredito que deveria ser trabalhado em todas as aulas, mas não sem capacitação. Como eu te falei, eu não sei falar da forma correta, como deveria. Não tenho como explicar como explicaria para meus filhos. Se a gente tem uma capacitação, todos os professores teriam acesso a informação.

No item 4.4, a seguir, aborda-se de modo mais abrangente a formação de professores para educação sexual no espaço escolar.

4.4 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO SEXUAL

Durante a entrevista, os participantes foram questionados quanto a sentir-se ou não qualificados para discutir ou trabalhar educação sexual na escola em que lecionam. Dos quinze entrevistados, treze responderam que não se sentem suficientemente qualificados. Cinco justificaram que tal afirmativa decorre da lacuna em sua formação durante a graduação e a falta de formação continuada

P1E: Na verdade não, não sou capacitada para trabalhar isto , porque não é a minha área de trabalho. A gente tem na faculdade Psicologia da Educação e tal, ali que a gente aprende a conversar com o aluno. A gente sente que eles têm mais abertura, né? Com alguns professores e tal, então se eles vêm se abrir comigo, eu penso como uma Psicóloga, então eu vou tentar suprir o que aquele aluno ta precisando

P5E: Jamais, não eu nem tive isso na minha formação, né? Minha formação não teve nada sobre educação sexual. Mas eu acho que deveria. Deveria porque na sala de aula tem de tudo, né? E isso é algo que tem também. E principalmente porque às vezes o aluno vai falar com o professor que ele se sente melhor. Então talvez se tivesse tido alguma coisa assim, eu conseguiria explicar melhor. Né? Mas eu acho que deveria. Mas eu não tive e por isso que eu não me sinto às vezes capacitada para explicar as coisas. Tenho medo de explicar errado. Tenho medo de falar bobagem. E depois da graduação em alguma capacitação ofertada pela rede ou alguma capacitação que tenha feito fora? Não. Escondem. Ninguém trata disso.

P3M: Não, não. Eu até é uma coisa que escrevi na minha dissertação esses dias, que a minha formação já não... não foi certa na Educação Física, quem dirá assuntos extras à Educação Física. Não teve nada relacionado. Nenhum curso de capacitação nesse assunto também não. Eu não vejo ser abordado.

P11P: Não. Até porque a minha formação é exatas, né? Eu não tive nenhuma grade curricular, eu fiz exatas, matemática, fiz física. Só que tenho duas formações, e nenhuma delas me prepararam pra trabalhar com os jovens nessa questão de sexualidade. E a escola oferece alguma capacitação, a escola orienta como trabalhar a respeito? Não. Também não. Então assim, por isso que eu te falo que tem algumas situações que às vezes a gente sente constrangido em falar, porque nem a gente sabe como agir né? E a escola não tem esse suporte pra essa questão que eu pra mim eu vejo assim, que é uma questão bem atualizada eles não têm esse suporte eles não prestam nem pro aluno nem pro servidor.

P12P: Não, nenhuma vez tive capacitação que me ajudasse a falar sobre o assunto em sala de aula e tratar ele sem... sem... sem me sentir desconfortável. Nunca tive! Nem na minha formação inicial.

Assim como observado em outros capítulos, é evidente a falta de preparo que os

entrevistados relatam em relação ao tema educação sexual. No relato desses participantes verifica-se que tal despreparo vem desde a base de sua formação acadêmica. Assim, entende-se que durante a graduação é essencial que sejam inseridas na estrutura curricular da formação de professores, as reflexões relacionadas a gênero e sexualidade. De modo que essas devem propiciar a inserção dos licenciandos em atividades mais humanizadas e coerentes com as necessidades e demandas dos educandos (VASCONCELOS *et al.*, 2019).

No entendimento de Nóvoa (2010), a formação de professores não é de responsabilidade da escola. O autor argumenta ainda que incluir assuntos que não dizem respeito ao ensino de conteúdos acadêmicos pode resultar em tempo limitado para aquilo que é básico, que é o conteúdo programático. Embora tal argumento, não se percebe espaço mais propício para a abordagem do tema além da escola, já que esta tem papel fundamental no processo de formação da cidadania; tal lacuna formativa pode gerar riscos sérios ao desenvolvimento do jovem. Outras instituições, como as redes de assistência social ou as redes de atenção à saúde também podem realizar este trabalho, contudo, é preciso que os familiares busquem por tal serviço. Conforme argumentos apresentados anteriormente, a família pode representar um desafio, em razão de não serem ou pouco serem favoráveis à discussão do tema, o que leva a crer que haverá pouca procura destes serviços, a depender das iniciativas familiares.

Ainda, quatro entrevistados relataram buscar capacitação técnica por sua iniciativa:

P8E: Na minha formação acadêmica, não tive muito sobre isso. Então eu fui pesquisar, fui atrás, fui ler sobre o assunto. Eu tive que correr atrás, né? E não sei se eu estou fazendo da maneira correta, mas eu levo também nas minhas aulas eu levo os métodos, eu levo camisinha, masculina, feminina, leva o levo pílula que eu que eu consigo lá no postinho de saúde. explico como é que usa né mostro pra eles então assim tiro todas as dúvidas na medida do possível né aquilo que eu não sei eu vou pesquisar vou perguntar vou me informar e eu tento fazer o meu melhor mas eu não sei se se realmente todo caminho certo mas procuro fazer o que o que está no meu alcance, né?

P14E: Não. Sim qualificado. A qualificação a gente deve buscar, ler mais, estudar mais, conversar mais com outros profissionais . Até com os próprios jovens para ver como eles falam disso pra você poder interagir melhor com eles. A gente que tem que procurar, fazer um esforço maior enquanto profissionais. Isso não está separado da gente, a gente que tem que ter abertura e conhecimento para falar e buscar esse conhecimento.

P10M: Não, diria que não, né? Embora como é uma demanda da escola, a gente corre atrás das fontes e tudo mais, né? Lógico. Agora estou fazendo mestrado também, a gente também tem uma leitura maior né? De certa forma a gente vai se capacitando mais em várias frentes ali dentro do da

educação, mas pra falar assim com propriedade não né? A gente como professor, assim acredito que teríamos que ter uma formação continuada nesse sentido.

É preocupante perceber que entre os quinze participantes, apenas três buscaram formação continuada ou estudar/pesquisar/aprender mais a respeito deste tema para trabalhar com os estudantes. É pertinente considerar ainda que a necessidade de vencer e responder ao conteúdo programático oficial torna o estudo e aprofundamento a um tema que não faz parte do currículo da maioria das disciplinas, algo menos relevante, não pelo desinteresse dos professores, mas porque não há incentivo ou promoção da formação continuada sobre tal temática pelas Secretarias de Educação ou dirigentes escolares. Ainda que os participantes tenham relatado interesse sobre o tema, restou claro que eles não se capacitam para tal.

No contexto pedagógico e de políticas públicas, a área da educação é repleta de profissionais com discursos entusiásticos e simbólicos, mas que pouco condizem com a realidade observada. Tais discursos não são produzidos por professores, mas por especialistas que atuam como consultores ou que fazem parte das organizações internacionais e ocupam um espaço de trabalho e de reflexão que deveria ser ocupado pelos próprios professores que efetivamente têm vivências no cotidiano escolar (NÓVOA *et al.*, 2011).

Com isso, nota-se que excesso de discursos revelam grandes abismos entre “o professado e o praticado”. Há um projeto coerente nos parâmetros curriculares, mas raramente ele é posto em prática no cotidiano escolar. Observa-se a necessidade de construção de políticas que considerem os professores, seus saberes e seus campos de atuação, que valorizem a cultura dos professores, e que não transformem os professores numa profissão dominada por acadêmicos, pelos peritos ou pela indústria do ensino. E nesta valorização inclui-se a formação e capacitação continuada dos professores. Acredita-se que essas devam ser ofertadas com base no que “a linha de frente” da educação percebe como necessário (NÓVOA *et al.*, 2011).

Entre os entrevistados, dois relataram sentir-se capacitados para trabalhar educação sexual em suas aulas:

P9E: Sim sim. Porque eu fiz enfermagem. Então quando eu fiz a enfermagem e fiz biologia ,então eu entendi muito bem a anatomia. Né? E enquanto professora eu trabalho sempre a fisiologia. Como eu tenho vinte e cinco anos, eu entendo fisiologicamente. Entendeu? não me sinto capacitada para trabalhar justamente essas dúvidas eu ainda não sei bem qual é até onde eu posso ir Isso me me angustia. É mais relacionado a questão afetiva, questão emocional. Eu acho que é emocional. Acho que é mais a questão emocional. O que eu ainda tenho receio.

P15P: *É aquilo que te falei, na faculdade de Biologia, a gente até aprende mais sobre a sexualidade, mas de um viés bem biológico . Para isso sim, estou capacitada. Mas o resto, não. Porque até pesquiso artigos sobre sexualidade, homossexualidade, gênero. Só que não sei se posso passar. Não sei o que esses alunos irão contar em casa. Então só estou preparada para aquilo que ensina o sistema corporal, os órgãos, como eles funcionam, para que servem. Mas o resto não.*

Percebe-se que, mesmo os entrevistados que se percebem capacitados para trabalhar a educação sexual em suas aulas, eles possuem receios e limitações por saberem mais sobre o conteúdo técnico e fisiológico a respeito do tema e muito pouco das outras dimensões que o tema enseja. E uma das participantes relata que se sente mais preparada porque teve outra formação (em enfermagem), o que evidencia que somente a formação em Biologia não seria suficiente. Resumidamente, é possível depreender que a educação sexual não acontece de modo a abranger o pensamento crítico, reflexivo e libertário.

4.4.1 Educação sexual além do conteúdo técnico

Nas falas dos entrevistados, a maior dificuldade relatada reside em trabalhar questões que envolvem dúvidas sobre sentimentos, afetos e/ou emoções. Houve relatos de que algumas vezes se colocam no papel de "Psicólogos" ou “mães” dos estudantes para tentar suprir certas lacunas, numa clara alusão ao conflito de papéis que vivenciam quando o tema está em pauta. Ainda se percebe, conforme uma das hipóteses levantadas neste estudo, que a educação sexual no espaço escolar, quando ocorre, se concretiza por meio de um viés biológico e higienista, como aparece no recorte de algumas falas:

P2M: *Eu me sinto preparada para falar dos órgãos da função dos órgãos, das ISTs, e ali vou explicando dessa parte mais conceitual e teórica, aí me sinto preparada[...] Mas a parte de sexualidade que eles têm da masturbação, perguntam o que é, alguns nomes pejorativos, aí eu explico, olha não é assim o nome correto, é assim. Então quando você for falar do órgão é dessa forma, então eu acabo corrigindo.*

P9E: *Esses dias o menino disse pra mim : "professora eu estou com umas bolinhas na cabeça do pinto". Eu disse: primeiro o pinto não tem cabeça, tem uma glândula, né? Então eu já sei que ele reconhece anatomicamente então eu posso falar com ele sobre prepúcio né? Sobre a glândula sobre o corpo cavernoso então com esse eu posso falar, ele já me trouxe um conhecimento prévio ou pelo menos, ele não conhece o nome técnico, mas ele já tocou ele já viu, ele já olhou né?*

P6P: *Por exemplo, essa semana até eu estava trabalhando com o sistema urinário e aí eu comentei sobre a questão da uretra, homem e mulher. E aí*

eles disseram assim “tá professora, mas então uma mulher pode usar um absorvente interno sem interferir nada? Ela pode ter relação com o absorvente interno”. E aí eu trago tudo com muita naturalidade assim porque eu acho que existe muito tabu em torno desse tema e é algo que não deveria existir e quanto mais falar menos dúvidas as pessoas têm né? E menos erros entre aspas, elas acabam cometendo, né? Então é sempre tudo com muita naturalidade assim.

P15P: Mas quando ensinamos sobre os órgãos genitais ocorrem mais perguntas sobre sexo. Então a gente explica de um jeito técnico e falamos para que serve cada órgão e já aproveitamos e falamos sobre métodos contraceptivos, sobre menstruação, ejaculação. Essas coisas... mas tudo muito técnico. Percebo isso, que acontece de um jeito técnico. E eles têm dúvidas que não podemos tirar, coisas deles, das relações deles.

Embora se reconheça pelas falas que os participantes tentam, da melhor forma possível, trabalhar o tema e que apresentam certa naturalidade ao discorrer sobre assuntos evitados de tabus, nota-se que tratam a temática de forma técnica, o que por vezes pode não responder à necessidade/dúvida do estudante. Entender e discutir sobre os conteúdos técnicos, utilizar os termos corretos quanto às questões anatômicas e fisiológicas, é fundamental. Contudo, saber termos técnicos não parece diminuir as chances dos pré-adolescentes a exporem-se a riscos psicossociais, como violências sexuais, de gênero e relações abusivas. Ou ainda, na melhor elaboração de questões relacionadas do prazer, da afetividade, da superação de tabus, medos, preconceitos e perspectivas diferenciadas sobre vários aspectos e à tomada de decisões responsáveis e conscientes sobre a sexualidade própria e dos demais (DE HOLANDA, 2010; DA SILVA *et al.*, 2022).

O resultado desta perspectiva distorcida a partir do pouco esclarecimento pode contribuir para comportamentos de risco por parte dos pré-adolescentes. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - Pense, em 2015, apontam que, entre os adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental sexualmente ativos, 33,8% disseram não ter usado camisinha na última relação sexual. E que sete em cada 10 afirmaram ter recebido informação a respeito na escola. Ou seja, apenas passar informação de forma técnica e biologicista parece não ser suficiente (PENSE, 2015).

Soma-se a isso, a falta de uma reflexão mais ampla sobre a sexualidade humana, algo que favorece a persistência da intolerância e da violência, enfraquece o combate ao preconceito, ao abuso sexual infantil e à violência contra a população LGBTQIAP+ e contra mulheres. Esses são pautas críticas e fundamentais para o Brasil, que ainda convive com índices alarmantes de crimes dessas naturezas (FERNANDES; MACHADO, 2022). Portanto, avançar em uma educação sexual de maior qualidade, amplitude e aprofundamento nas

escolas é um caso de urgência para a saúde pública e psicossocial da população.

Reitera-se que a educação sexual nas escolas deve abordar temas como fisiologia e anatomia sexual e reprodutiva, puberdade e menstruação, reprodução, métodos contraceptivos modernos, gravidez e partos, além das ISTs. Mas, para além disso, é preciso também tratar das outras dimensões da sexualidade, como igualdade de gênero, amor, orientação sexual e identidade de gênero. Somam-se a estes outros assuntos que se associam às discussões contemporâneas e que podem afetar a saúde sexual e emocional dos jovens de significativamente, como por exemplo o *cyberbullying*¹ e *sexting*² (SIMPLÍCIO, 2022).

Os temas mais recentes como aqueles que envolvem o uso de tecnologias requerem atenção urgente de parte da comunidade escolar, em razão da gravidade que ensejam, como por exemplo, casos de pedofilia podem acontecer na rotina dos jovens e sem o devido conhecimento, os estudantes podem desconhecer como reagir e o que fazer a respeito. Isto está presente na fala de um dos participantes:

P15P: Teve uma menina que me procurou para falar sobre umas mensagens que seu dentista estava lhe mandando no Instagram. Ficou com medo de contar para a mãe e de a mãe achar que ela estava dando confiança para as investidas dele. Mas é uma menina de 12 anos, o cara tem 26 anos, é o dentista dela. Ele que não deve mandar mensagens.

No relato acima, a estudante teve a segurança em dividir tal situação com a professora. Contudo, acredita-se que o silêncio dos estudantes está associado à falta de certeza de sua credibilidade junto aos adultos. Ameaças físicas e psicológicas de pedófilos são motivos que alimentam o medo e impedem quem o silêncio seja quebrado (SANTOS; SILVA, 2021). Além disso, alguns casos podem ter sua importância negada ou minimizada como na fala a seguir:

P7M: E tem alguns alunos que vêm me procurar, particular pra falar sobre isso. Até estou em "atendimento" com uma menina que está namorando um menino bem mais velho do que ela. Ela está com treze pra catorze anos e namora um menino de vinte e dois anos. Com consentimento da mãe. Perguntei pra mãe, porque eu tenho liberdade com a mãe também, né? O que o pai fez em relação a isso? Você já levou ela no médico ou você já tomou providência? Eu disse, pelo amor de Deus mãe, leve ela. Porque em algum momento ela vai fazer. Né? "Ah mas ela não vai". Ela está namorando, o menino é mais velho. Né? E vai acontecer. Por favor, leve. "Ai eu vou levar quando tiver tempo". Ai a menina veio pra mim "a mãe ainda não me levou. Então eu estou em imprudência". Então quer dizer que ela já

¹ Cyberbullying é o bullying realizado por meio das tecnologias digitais. Pode ocorrer nas mídias sociais, plataformas de mensagens, plataformas de jogos e celulares (UNICEF, 2020)

² Envio ou recebimento de fotos, vídeos ou mensagens de texto sexualmente explícitos via smartphone, camera digital ou computador (STRASBURGER, 2019)

está fazendo.

Embora o tema pedofilia seja considerado um problema de saúde pública, percebe-se que em comum que seja tratado como um fenômeno naturalizado, não reportando a problemas ou riscos futuros (RIVAS *et al.*,2021).

Nas falas dos participantes ficou evidente que a falta de capacitação, incentivo e formação destes profissionais conduz a práticas pedagógicas insuficientes às demandas dos pré-adolescentes. Isto porque não respondem pontualmente e efetivamente àquilo que o estudante precisa e deve ouvir quanto à sua dúvida ou dificuldade quando se encoraja a buscar orientação ou a pedir ajuda.

Resta claro que a expressão da afetividade e do prazer na pré-adolescência nem sempre é amparada pela educação, quer seja de parte da família, da escola ou da sociedade. Tal fato reforça lacunas em seu desenvolvimento pessoal e sexual, com sérios rebatimentos em seu bem-estar. E pelo que se pode perceber, a educação sexual, no Brasil, é ainda repressora, pois trata quase que exclusivamente de riscos, sem tratar ou minimamente tratando dos aspectos saudáveis que a sexualidade e o sexo ensejam.

4.4.2 Endereço social e educação sexual

No decorrer deste estudo pareceu ser significativo verificar possíveis diferenças entre as práticas pedagógicas em educação sexual no espaço escolar nas redes de ensino particular, municipal e estadual, naquilo que era possível e tendo como parâmetro as percepções dos participantes.

Um dos conceitos da Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner é ‘endereço social’ definido como “estruturas tipicamente identificadas em operações de pesquisa por categorias fenotípicas proximais sob a forma de endereços sociais, como nacionalidade, etnia, classe, religião, comunidade e bairro” ((2004, p. 159). De acordo com a teoria, importa saber o que as pessoas estão vivenciando, como estão vivenciando e/ou como estas vivências que ocorrem nesse ambiente podem afetar o sujeito.

O ensino público e privado, no Brasil, apresenta características muito díspares que provocam, como consequência, representações diferenciadas, tanto na relação dos professores e estudantes, quanto do professor com sua prática pedagógica (NAIFF *et al.*,2010). É comum na literatura aparecerem somente os diferenciais de notas de testes padronizados e aprendizado intelectual entre estudantes de escolas públicas e de escolas privadas. Pouco ou quase nada se encontra produzido sobre comparativos relacionados às redes de ensino e às

condições biopsicossociais de estudantes do ensino fundamental/básico que podem interferir diretamente na aprendizagem e no rendimento escolar dos estudantes, bem como na qualidade do acesso ao conhecimento (ARRAES; MARIANO, 2019; JANOTO; PRIMI, 2021).

Os participantes foram questionados sobre suas percepções de como acontece a educação sexual no espaço em que atuam. Contudo, neste capítulo foram separadas as respostas de acordo com a rede de ensino que lecionam. Dentre as respostas, pode-se observar inicialmente as dos professores que lecionam na rede municipal de ensino

P2M: Fica mais centrado na disciplina de ciências. Com a responsabilidade de trabalhar esse tema com o professor de ciências.

P3M: Eu vejo que não, os professores não estão preparados para trabalhar esta demanda dentro da escola e eu não vejo um trabalho sobre isso. Até ano passado aconteceu uma situação com na disciplina de ciências em que o professor estava trabalhando o aparelho reprodutor, que faz parte do conteúdo normal e os pais foram na escola reclamar que estavam falando sobre sexo com os alunos. Essa questão hoje dentro da escola tá complicado de trabalhar, principalmente pelas questões políticas em volta, tudo que a mídia levanta, aí o professor também não tem a preparação e fica um pouco recuado em relação a isso.

P7M: Não! De nenhuma forma.

P10M: Então é isso a gente conversa bastante lá na escola, a gente percebe um movimento de nós professores ao menos, os colegas dessa escola da rede municipal que por uma questão política, ideológica de quatro, cinco anos pra cá a gente se sente um pouco com medo de falar sobre alguns temas. Mesmo que não tenha uma lei que proíba nem nada disso. Mas a gente percebe que há um certo receio de tratar alguns assuntos. Né? E a gente também percebe que a Secretaria de Educação do município não faz um trabalho nesse sentido com essa pauta. Também não é muito abordado e até acho estranho porque me recordo que estudei em educação pública também, escola pública, e eu me recordo que quando eu fiz meu ensino médio, ensino fundamental, há sei lá... quinze anos atrás, era bem mais falado sobre esses temas do que hoje, hoje não é muito. E agora percebo que é por parte dos professores, eles acham melhor não falar, para não dar conflito, sabe? Eu percebo isso hoje assim, que é um tema que não tá sendo muito comentado e às vezes essa demanda surge até mesmo dos alunos, assim, eles perguntam, mas tá, e como que a gente vai saber sobre tal assunto? né?

P13M: É meio que um tabu, eles estão iniciando as curiosidades sobre o assunto, desde o pré, mas ainda não é muito falado. Porque ainda é um tabu falar do assunto. Porque os pais e até alguns alunos, acham que falar sobre sexualidade é incentivar ao sexo, à relação sexual. É isso.

Para os professores que atuam em escolas municipais a educação sexual na escola não ocorre devido a tabus, à inadequação do tema na avaliação da família ou por questões

políticas. Relato que é confirmado pelo fato de que, ao longo dos anos, a educação sexual nos parâmetros curriculares nacionais tem perdido espaço, o que por consequência, gera a insuficiência de educação a respeito do tema (DA SILVA, 2019). Ainda, nota-se que quando ocorre a educação sexual na rede municipal, ocorre somente dentro da disciplina de Ciências.

A mesma questão foi proposta para os participantes que atuam na rede estadual de ensino:

P1M: Eu percebo bem a florada. Mais entre as meninas do que entre os meninos. Os meninos ficam até meio acanhados e envergonhados, tem até vergonha de falar, os meninos se recolhem mais. As meninas já falam, já são mais desbocadas pra falar, e dessa forma assim, não tem muita orientação familiar, você vê que não tem muita informação pelo que eles falam, o que um diz para o outro, pelo que eles vêm dos mais velhos fazendo, é o jeito que eles vão fazendo. Vão seguindo aquela linha do outro, porque eles não têm nenhuma orientação.

P5E: Em que sentido? Por exemplo. Amplo. Bem amplo. Trabalhado em alguma... se é trabalhado na escola ou como que como eles vêm com educação sexual? . Na escola é trabalhado de fora. Depende muito do professor. A rotatividade de professores do estado é ampla. Eles não têm o mesmo professor de ciências do mesmo ano. E na escola de trabalho são poucos professores efetivos. Então a rotatividade do ACT é enorme. Se eles pegam um professor que tem mais facilidade para falar sobre educação sexual eles vão ver um pouco mais se ele tem um professor que não têm eles vêm menos. Tem professor, por exemplo do mais velho que não toca no assunto com eles. Então tem algumas turmas que vão ter mais do que outras sim devido essa rotatividade.

P8E: Ah eu percebo que começa já no sexto ano. Então eles já começam a fazer algumas perguntas relacionadas e quando possível eu paro tudo, explico, converso com eles. Porque o que eles me relatam aqui em casa, a maioria dos alunos, eles não têm uma abertura com a família pra conversar sobre isso. Então na escola seria o lugar mais adequado pra que eles tirem as dúvidas, pra que eles eh despertem pra se tranquilize em relação a sexualidade.

P14E: Na escola onde eu trabalho especificamente, a direção da escola com o pessoal da equipe que ela montou, ela na verdade está chamando um Psicólogo. Ele trabalha na rede municipal, tem essa formação. E ele foi convidado para fazer palestras, mais generalizadas, depois questões mais específicas, e atendimento individualizado. Depois, na minha disciplina eu não trabalho educação sexual. Ai quem trabalha é a professora de Ciências. Então eles não trabalham educação sexual. Só a de Ciências, tá bom?

Os participantes que atuam na rede de Ensino Estadual percebem dificuldades e limitações semelhantes aos professores da rede de ensino municipal, quanto ao direcionamento do tema somente nas aulas de Ciências. Dois participantes mencionam que a

educação sexual acontece mais entre os jovens, dada a interação e a troca de informações entre os colegas da escola. Contudo, percebe-se que em um destes contextos há um trabalho interdisciplinar em que um Psicólogo tem realizado intervenções por meio de palestras mais “generalizadas”. Ainda que seja importante esse tipo de iniciativa, não abordar o tema diretamente com o estudante tende a deixar lacunas sobre suas reais e atuais necessidades. Os professores mencionaram as séries nas quais o tema referenciado é abordado, indicando o sexto e oitavo ano, ou seja, estudantes entre 12 e 14 anos. A literatura científica evidencia que durante a adolescência precoce, etapa da vida entre 10 e 14 anos, pode ocorrer iniciação sexual precoce, e que costuma ocorrer em contextos de maior vulnerabilidade, em populações de baixo nível socioeconômico. Esta condição é a de estudantes geralmente inseridos em redes de ensino públicas (COSTA, 2022).

Por fim, exaram-se as falas dos professores que lecionam na rede de ensino particular quanto a sua percepção de como ocorre a educação sexual na escola em que atuam:

P4P: É, na verdade eu não tenho ideia de como funciona, não tenho acesso a essas informações, nunca presenciei nada relacionado a isso. Não percebo se ocorre.

P6P: Olha, na verdade a escola me deixa bastante livre, sabe? E nesse tema eu tenho bastante autonomia, vamos dizer assim. E a coordenação está sempre junta, às vezes quando eu preciso falar alguma coisa que pode ser um assunto mais delicado eu peço pra psicólogas entrar comigo, né? Até pra ter um outro adulto ali e saber da situação como um todo, mas normalmente é de forma bem tranquila. Né? Mas assim, a gente, é sempre no último bimestre do oitavo ano. É nessa faixa. Então, na primeira aula sobre esse assunto, eu peço pros alunos fazerem uma roda, né? Conversamos sobre o que a gente vai tratar, a partir de então digo que eles são completamente livres pra perguntar o que eles quiserem desde que eles utilizem os termos corretos do tema, né? Que às vezes eles dão umas atropeladinhas, mas enfim. E aí é mais ou menos isso. Eles vão se abrindo, vão anotando, vão falando as dúvidas deles. Aí eu digo que de repente tem alguma dúvida que não foi... que ele tem vergonha ou algo assim, eles podem me chamar depois, e sempre rola uma perguntinha depois assim.

P11P: Então, eu vejo assim que a questão da puberdade já vem, né? Começando desde do sexto ano ali, né? A questão do amadurecimento tanto do gênero masculino quanto feminino, né? A gente vê assim que elas têm uma certa curiosidade, né? Mas eu vejo assim que no oitavo e no nono essa questão de curiosidade já passa mais uma percepção mais ativa, né? A questão do toque, a questão né? De eh... a troca de gênero também, né? Você gosta de uma menina? Amanhã de menino, hoje de uma menina? Acontece assim, meu Deus, né? Eu na verdade assim ó, eu não vejo tanto na área, eu acho que deveria ser colocado isso, que é na questão da ciência, né? É praticado essa questão assim do corpo humano, essa verificação assim, mas já a questão mais afundo na educação, eu acho que não tem um. Não sei se tem uma disciplina, pelo menos eu desconheço se tem uma

disciplina dentro da grade curricular, né? No plano da BNCC que traga essa questão da educação sexual. Eu vejo assim que talvez eles tenham mais curiosidades em cima disso porque também não é colocado isso de uma forma mais clara né, alunos não conseguem perguntar, porque daí eles ficam curiosos, né? A gente é assim nós seres humanos somos assim, né? Nós somos curiosos em aquilo que a gente não sabe. Então quem sabe se ele soubesse de uma forma mais clara que o pessoal trazia isso pra ele de uma forma mais clara e quem sabe ficaria menos ativos dessa forma.

P12P: *A questão nas aulas de ciências só. Na rede particular eu não vejo o tratamento como tem na escola pública, tem palestra sobre. Mas na rede particular é somente nas aulas de ciências e biologia.*

P15P: *(Risos)... é para acontecer na disciplina de ciências, mas a gente só ensina o que é biológico. As partes do corpo humano como o sistema geral. Mas quando ensinamos sobre os órgãos genitais ocorrem mais perguntas sobre sexo. Então a gente explica de um jeito técnico e falamos para que serve cada órgão e já aproveitamos e falamos sobre métodos contraceptivos, sobre menstruação, ejaculação. Essas coisas... mas tudo muito técnico. Percebo isso, que acontece de um jeito técnico. E eles tem dúvidas que não podemos tirar, coisas deles, das relações deles. Na escola particular tenho mais medo dos pais. Então só ensino o que tenho que ensinar. Não que eu ache certo, mas é assim que faço. A escola finge que não vê, que não precisa, e assim seguimos.*

Com base na percepção dos participantes da rede particular de ensino, também há limitações semelhantes aos professores que atuam na rede de ensino estadual e municipal quanto ao receio com relação aos familiares e ao direcionamento do tema na disciplina de Ciências. Entretanto, em um dos relatos há a citação de um profissional de Psicologia que auxilia na discussão da temática. Todavia, requer atenção o fato de que o tema é tratado somente no oitavo ano, no último bimestre.

Nota-se, portanto, que nas três redes de ensino pesquisadas, o tema é tratado de forma técnica e higienista e abordado somente a partir do sexto ano. Infere-se assim, que a abordagem do tema somente a partir desta série pode ser tardio. Isso porque o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informa que a idade média do início da vida sexual do brasileiro é de 12,7 anos para os homens e 13,8 anos para as mulheres, ou seja, a idade em que se espera que estes estejam no sexto e sétimo ano. Apesar deste entendimento, é importante destacar que a educação sexual não se restringe somente ao início da vida sexual (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2020).

Conforme já mencionado, a vida sexual começa mais cedo para estudantes do ensino público se comparado ao privado. No Brasil, esse número é de 31,4% com os estudantes da rede pública, para 16,2% da rede privada. Em Santa Catarina, a diferença é de 31,1%, para 18%, respectivamente (PENSE/2019; IBGE, 2019).

Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

A Figura 02 acima evidencia “escola”, “professores” e “educação” como as palavras que mais emergiram nas falas dos participantes desta pesquisa. Outras também frequentemente presentes foram “formação”, “pais”, “puberdade”, “ideologia” e “tabu”.

Dentre essas palavras, “escola”, “professores” e “educação” é natural e esperada sua frequência em razão de ser o sujeito da ação dos profissionais entrevistados. No entanto, as palavras “pais”, “formação”, “puberdade”, “ideologia” e “tabu” merece uma análise mais apurada, porque representa uma expressão espontânea comum entre eles.

O segundo conjunto de palavras citadas com maior frequência parece estar associado (i) às dificuldades, ao receio e aos medos em falar sobre o tema, em razão de como os pais interpretam-no; (ii) à limitação quanto à formação profissional e à formação continuada dos participantes; (iii) à incipiência de uma educação sexual transdisciplinar no período do desenvolvimento em que acontece a puberdade; (iv) às crenças equivocadas sobre a importância da educação sexual no espaço escolar e; (v) às ideologias políticas conservadoras e antiquadas que obstaculizam as possibilidades de desenvolvimento sexual e pessoal saudável.

Diante dos resultados apresentados pela nuvem de palavras, constata-se e se reforça o entendimento de que a os professores identificam que a educação sexual nas escolas é permeada por tabus e ideologias as quais geram receios nos mesmos diante da abordagem do tema. Ainda, há dificuldades com relação a condensar tal temática entre a escola, família e sociedade. Percebe-se ainda a falta de formação continuada por parte dos professores, Além de outros fatores os quais serão melhor abordados nas considerações finais deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta aos objetivos elencados neste estudo, foram identificadas as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço da escola, conforme a perspectiva dos professores. Nesses termos, nos discursos dos entrevistados, observou-se (i) o receio deles em falar sobre o tema quando o assunto vai além dos conteúdos técnicos; (ii) insuficiência de conhecimentos sobre possibilidades de abordagem do tema, principalmente quando estão envolvidos sentimentos, afetos e emoções e; (iii) o receio de como o assunto irá repercutir fora do espaço escolar. Ora estes receios estão assentados no medo da reação das famílias dos estudantes, ora em sua percepção de ausência de preparo na abordagem do tema.

Durante o estudo, ficou evidente para os participantes que muitas vezes os gestores escolares limitam as discussões em sala de aula sobre assuntos considerados "polêmicos". Além disso, foi observado que em grande parte das escolas onde os participantes trabalham, as práticas pedagógicas relacionadas à educação sexual não são realizadas de forma interdisciplinar. Esse tipo de prática pode ser comum em outros espaços escolares, mas não nessas escolas em específico. Registra-se também que, alguns professores, quando questionados pelos estudantes a respeito do tema, reagem e explicam da forma como acreditam ser o correto, ou seja, alguns se limitam apenas àquilo que acreditam que devem responder; outros direcionam o questionamento ao professor de Ciências e alguns não respondem perguntas que não fazem parte de sua disciplina.

Conforme proposto, foram analisados os processos de ensino-aprendizagem relacionados à educação sexual nas escolas a partir de uma perspectiva interdisciplinar com isto, diante das respostas dos entrevistados, ficou evidente que o entendimento entre os participantes é de que para serem discutidos os temas relacionados à sexualidade é necessário conhecimentos anatômicos e fisiológicos do corpo humano. E no espaço escolar, o professor que mais se aproxima deste conteúdo é aquele que leciona a disciplina de Ciências, pois isto demonstra a autoridade de seu saber científico para explicar as “verdades” sobre a educação sexual. Assim percebeu-se que os processos de ensino-aprendizagem são tratados ainda, em grande medida, limitada a conceitos biológicos e higienistas sem interação interdisciplinar.

Ainda, de acordo com os relatos dos professores de Ciências, mesmo esses não se sentem suficientemente preparados para abordar temas relacionados a educação sexual em suas aulas. Os participantes relataram suas dificuldades em abordar a educação sexual no que tange a questões afetivas e emocionais dos estudantes que, muitas vezes, surgem durante as

aulas. O que leva a crer que há, entre os professores de Ciências, o conhecimento limitado a termos e abordagens técnicas e de conteúdo. Ademais, tais abordagens não parecem ser suficientes para sanar as dúvidas e necessidades dos estudantes sobre o assunto. Depreende-se que, de fato, nestes espaços a educação sexual é limitada às aulas de Ciências e sua forma de abordagem é insuficiente.

Para uma melhor compreensão desse entendimento, buscou-se explorar o que os professores percebem a respeito da sua formação relativa à educação sexual. Restou evidente a falta de preparo identificada pelos professores em relação à tratativa do tema educação sexual. Com o relato dos entrevistados percebeu-se que tal despreparo vem desde sua formação acadêmica.

Notou-se que os professores que buscaram formação continuada em tal sentido, ou buscaram se aprofundar mais a respeito do tema para poder trabalhar com os estudantes, o fizeram por vontade própria, ou seja, não houve incentivo ou oferta de oportunidades de parte dos gestores.

O fato de os professores precisarem abordar durante o ano letivo um conteúdo programático pré-estabelecido, torna o estudo e o aprofundamento de um tema que não faz parte da ementa da maioria das disciplinas menos relevantes. Entretanto, isso decorre não do desinteresse dos professores, mas porque não há, pelas Secretarias de Educação, incentivo ou oportunidade de formação continuada sobre a temática.

Percebeu-se que mesmo entre os participantes que se sentem capacitados para trabalhar a educação sexual em suas aulas, há receios e limitações quanto à abordagem do tema. Isso porque apesar de “dominarem” os conteúdos técnico e fisiológico a ela associados, ainda carecem de uma perspectiva mais humanista ou psicológica para dela tratar. E um dos entrevistados relata que se sente mais preparado porque teve uma outra formação em Enfermagem, o que denota que somente a formação em Biologia parece não ser suficiente.

Desta forma, ao analisar relatos da percepção dos professores sobre as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço escolar, nos anos finais do ensino fundamental percebeu-se que são incipientes as oportunidades oferecidas aos estudantes para a aprendizagem, reflexão e discussão de temas relacionados à educação sexual. Em algumas escolas (quatro), percebeu-se que quando este assunto é abordado, o é por meio de palestras com a presença de convidados. Contudo, entende-se que a educação sexual deve ser abordada e refletida de forma mais ampla do que apenas algumas falas pontuais sobre assuntos pontuais. Parece ser essencial proporcionar ao estudante espaços e oportunidades para pensar além de métodos contraceptivos e ISTs, ou sobre a anatomia e órgãos sexuais. E ainda, não se

recomenda que a Educação Sexual fique limitada à presença de convidados ou especialistas que tratam pontualmente de alguns aspectos, sem contudo, fugirem da superficialidade. Ou seja, é capital que a Educação Sexual precisa aplicar-se de forma transversal em todas as disciplinas, de forma mais naturalizada e sem a ideia distorcida de associar a educação sexual a fatores erotizados, o que irá facilitar para que desde o início do Ensino Fundamental tais temáticas já possam ser abordadas e praticadas interdisciplinarmente, integrada entre família e escola.

Nestes termos, os estudantes precisam ter várias oportunidades de ver, rever, discutir e tornar a discutir um tema, pois educar sexualmente é um processo formativo e longo. Ainda, pode-se perceber que as respostas dos participantes que percebem a ocorrência de palestras sobre o tema são advindas, em sua maioria, de professores da rede de ensino estadual, o que se acredita ser devido a Lei nº 18.337.

Neste estudo, foi questionado aos participantes sua percepção de como acontecem as práticas pedagógicas de Educação Sexual no espaço da escola e pode-se concluir que, no momento, a Educação Sexual quando acontece de parte dos professores, é por meio de uma perspectiva biológica e higienista, limitada a conceitos anatômicos, biológicos e focado em métodos de contracepção e na prevenção de ISTs.

Em razão dos resultados deste estudo e naquilo que é enfatizado na literatura, e embora a Educação Sexual ser limitada e insuficiente nas escolas, ela acontece no cotidiano, mesmo que indiretamente, na convivência entre as pessoas, de forma sutil e involuntária. Evidencia-se que a Educação Sexual acontece nesse espaço por meio de um currículo oculto através das perspectivas e posturas de alguns professores, nas abordagens de alguns assuntos relacionados a gênero e afetividade.

Ainda, pretendeu-se observar se há diferenças entre as práticas pedagógicas entre as redes de ensino. Parece certo afirmar a insuficiência, em todos os sentidos, da educação sexual oferecida pelas escolas das redes públicas e privadas, sendo a família um dos potencializadores de tal insuficiência.

Durante a elaboração desta pesquisa, encontraram-se limitações a respeito de estudos sobre Educação Sexual na literatura, e de sua presença em publicações sobre o tema relacionada às teorias do desenvolvimento humano. Foram encontradas dificuldades na busca por estudos que pudessem vincular a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano ao tema. Avalia-se esse fato como algo que merece atenção de pesquisadores, pois quando a educação sexual é abordada, direta ou indiretamente se retrata um sistema perpassado por políticas e fenômenos sociais/culturais, institucionais e familiares, que podem facilitar ou

obstaculizar a efetivação de práticas pedagógicas em educação sexual.

Sugere-se que novos estudos sejam realizados com maior número de entrevistados para a ampliação de dados comparativos a respeito da temática, em especial junto aos estudantes e como estes percebem que acontece a educação sexual na escola onde estudam.

Acredita-se que os estudos sobre educação sexual precisem ser mais focados no quanto o currículo oculto pode interferir negativa ou positivamente na educação sexual de um estudante. Além disso, este estudo revela que não houve avanços a respeito da educação sexual, ao contrário, contataram-se retrocessos, inclusive nas Bases Comuns Curriculares, em que se percebe que a educação institucionalizada parece ter ficado limitada à ideia de que as pessoas que convivem e frequentam a escola são assexuadas. E com isso, não se consideram as mudanças do cronossistema e alguns estudantes sofrem as consequências disto em sua dimensão psicossociais, por exemplo quando relatado por professores de seu desconhecimento sobre a melhor forma de lidar com estudantes transgêneros.

Por fim, é essencial a construção de políticas públicas que reforcem e considerem as práticas e problemas cotidianos que os professores enfrentam, bem como os seus saberes e os seus campos de atuação baseados nas realidades vividas e não apenas em discursos falaciosos. E nesta construção, incluem-se a formação e a capacitação continuada dos professores.

Neste estudo restam claras as dificuldades e limitações dos professores na abordagem do tema em tela, algo que precisa passar por revisão com muita urgência. Eles se ocupam de diversos contextos (sociais, educacionais, familiares, pessoais e etc.) em suas práticas laborais que não são devidamente abordados nos textos (oficiais) das bases curriculares, como a educação sexual, por exemplo. Fundamentalmente, defende-se o entendimento de que os professores devem ser mais ouvidos e considerados pelos formuladores das políticas públicas, pois eles são a “linha de frente” da educação.

REFERÊNCIAS

ABREU, G. B. **Manifestação da sexualidade**: conflito dos professores e seu papel diante das perguntas das crianças na Educação Infantil. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiás, p. 31. 2021.

ALFREDO JÚNIOR, S. L. S; PEREIRA, O. A. V. educação sexual: abordagem utilizada nos livros didáticos adotados na rede pública estadual de ensino de Ubá, MG. **Mediação**, Ubá, v. 5, n. 10, p. 75-86, jun. 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/mediacao/article/view/4373/2700>. Acesso em: 26 jul. 2021.

ALTMANN, H. Orientação Sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**, 21, p.281-315. 2003.

ALMEIDA, A. DE A.; RODRIGUES, M. G. A. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. **Imagens da Educação** , v. 11, n. 4, p. 213-232, 17 dez. 2021.

ANTUNES, A. C.; MENDES, D. C. B.; SALLES FILHO, N. A. As ciências sociais à luz da teoria das representações sociais. **Atlante. Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Paraná. 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/02/teoria-moscoviciana.html>>. Acesso em: 14/05/2021.

ARAUJO, K. C. V. de; AUGUSTO, V. O.; RIBEIRO, P. R. M. Algumas reflexões sobre educação sexual e estudos de gênero no trabalho de educadores do ciclo II e ensino médio. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 152-161. 2010. <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v4i1.2699>.

ARRAES, R. A.; MARIANO, F. Z. Decomposição quantílica incondicional dos diferenciais de desempenho entre alunos de escolas privadas e públicas profissionalizantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, v. 49, n. 3, p 29-80. 2019. Disponível em < <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9770>> acesso em: 04/03/2023

ASTLE, Shelby. College students' suggestions for improving **sex education** in schools beyond 'blah blah blah condoms and STDs'. *Sex Education*, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 91-105, 8 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.1080/14681811.2020.1749044>.

BALDIN, N; MUNHOZ, E. M. BAGATIN. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, p. 46-60. 2011. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/remea/article/viewFile/3193/1855>>. Acesso em: 31/08/2021.

BATTINI, O. A pesquisa nas ciências sociais: desafios e perspectivas. **Emancipação**, Sp, v. 3, n. 1, p. 9-23, 2003. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewarticle/36&g
t;. Acesso em: 14/05/2021.

BELLI, A. A; MANRIQUE, A. L. Perceptions of Teachers in the First Years of Primary Education Regarding Socio-Emotional Education and Problem Solving. *Creative Education*, [S.L.], v. 08, n. 13, p. 2134-2146, jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.4236/ce.2017.813144>.

BOBSIN, A. da S.. A percepção dos (as) professores (as) em relação a sexualidade dos educandos (as) com deficiência intelectual. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S.L.], v. 6, n. 7, p. 61-73, nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.29327/211653.6.7-6>

BONFIM, J. “Além da camisinha na banana”: a experiência da participação de jovens nas discussões sobre diversidade sexual e gênero na escola. **Repositorio Ufal**, Maceió, v. 1, n. 1, p. 1-127, out./2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2268/1/A1%c3%a9m%20da%20camisinha%20na%20banana%20a%20experi%c3%aancia%20da%20participa%c3%a7%c3%a3o%20de%20jovens%20nas%20discuss%c3%b5es%20sobre%20diversidade%20sexual%20e%20g%c3%aanero%20na%20escola.pdf>. Acesso em: 14/05/2021.

BORGES, J. S. S. *et al.* Sexualidade x ato sexual: percepção dos estudantes de uma escola da rede pública de ensino no município de alta floresta : mt. *Brazilian Journal Of Development*, [S.L.], v. 6, n. 8, p. 57406-57412, 2020. **Brazilian Journal of Development**. DOI: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n8-230>

BRANT, T. F, *et al.* ¿Las fuentes de información influncian la educación sexual? dilemas para el enfoque de la sexualidad en la formación inicial de profesores de educación física. *Campo Abierto. Revista de Educación*, [S.L.], v. 39, n. 1, p. 43-54, 28 fev. 2020. Universidad de Extremadura - Servicio de Publicaciones. <http://dx.doi.org/10.17398/0213-9529.39.1.43>.

BRANT, T. F.; MARTINS, M. Z. ¿las fuentes de información influncian la educación sexual? Dilemas para el enfoque de la sexualidad en la formación inicial de profesores de educación física. **Campo Abierto. Revista de Educación**, [S.L.], v. 39, n. 1, p. 43-54, fev. 2020. Universidad de Extremadura - Servicio de Publicaciones. <http://dx.doi.org/10.17398/0213-9529.39.1.43>.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revista, Brasília. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Parecer CNE/CP nº: 15/2017**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78631-pcp015-17-pdf/file> > acesso em 04/02/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Anticoncepção de Emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 13/14/17/18 p.**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **O Caderno de Educação Básica de Saúde Sexual e Reprodutiva**. Brasília, 2013.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural**, Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. 302 p.

CAMPOS, D., URNAU, L. . Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola. **Psicologia Escolar e Educacional [online]**. 202. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021221612>

CAMPOS, M. H. **O sujeito adolescente e o cuidado de si: cenários, significados e sentidos da iniciação sexual e do cuidado com a saúde sexual e reprodutiva**. Dissertação. Programa de pós-graduação em ciências da saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Belo Horizonte, p. 329. 2011.

CARDOSO, G. F. de O. **Violência doméstica: o que a realidade ensina?** Monografia. Curso de Psicologia. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES. Centro Universitário de Brasília, Brasília, p.64. 2014. Disponível em: . Acesso em: 02/11/2022.

CARVALHO, G. D. de. Educação e Sexualidade. **Caderno Pedagógico**. 2. ed. Florianópolis: Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina, 2011. 120 p. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cead/documentos/Caderno_Pedag_gico_Educa__o_e_Sexualidade___CEAD_UDESC_15508548474075_1217.pdf. Acesso em: 21 out. 2022

CARVALHO, L. G. L, JARDIM, M C, GUIMARÃES, A. P. M. Educação sexual na perspectiva dos temas transversais: uma revisão de literatura. **Educationis**, v. 7, n. 2, p. 19-29, 2019.

CASCARDO, L. S. Precisamos debater sexualidade na escola? **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 50, p. 187-191, 2018. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cHM6Ly9ybnAtcHJpbW8uaG9zdGVkLmV4bGlicmlzZ3JvdXAuY29tL3ByaW1vX2xpYnJhcnkvGlid2ViL2FjdGlubi9zZWZyY2guZG8/dmIkPUNBUEVTX1Yx&Itemid=124. Acesso em: 12/10/2020.

CAVALHEIRO, A. S. Discutindo o Gênero, Sexualidade e as Diversidades na Infância através do PNAIC. **RELACult –Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. v. 05, n. 1.376, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1376/927> acesso em: 03/05/2021.

AIRES, D. C.. Educación sexual: un derecho humano. leyes vigentes en argentina, brasil, paraguay y uruguay. **Revista de La Facultad de Derecho**, [S.L.], p. 1-23. 2021.. <http://dx.doi.org/10.22187/rfd2021n50a16>.

CHOÉ, J. F. de C. Educação sexual escolar: percepção dos alunos e professores. **Horizontes**, [S.L.], v. 40, n. 1, p. 022-034, 29 ago. 2022.. DOI: <http://dx.doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1340>.

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. Constituição. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos. **Os Estados Americanos Signatários da Presente Convenção**, 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 27 jul. 2021.

CORUJO, L; REVEZ, J; SILVA, C G da. Organização do conhecimento durante o processo de investigação: utilização do ATLAS.Ti em duas teses de doutorado. In: Actas del IV Congreso ISKO España y Portugal. , 10-11., 2019, Barcelona. **Anais eletrônicos** [...] Barcelona: Repositorio.ul, 2019 p.349-36. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/43086/1/2020%20Corujo%20Revez%20Silva%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento.pdf> > acesso em: 04/03/2023.

COSTA, S. F da., *et al.* Vulnerabilidades sociais e iniciação sexual entre 10 e 14 anos em estudantes do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 27, n. 7, pp. 2763-2776. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.20892021>

DA SILVA, J. K. O. *et al.* Identidade de gênero e orientação sexual: a sexualidade no contexto escolar. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 8, p. e12881182, 2019.

DA SILVA, T. B. L., *et al.* Pesquisa-Ação sobre educação sexual e temas associados entre jovens adolescentes. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e49111629283-e49111629283, 2022.

DE HOLANDA, M. L. *et al.* O papel do professor na educação sexual de adolescentes. **Cogitare Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 702-708, 2010.

DIAS, M. K. N; ZANDONADI, A. C. O papel da família e da escola: processo de educação sexual dos filhos. **Revista Farol**, RO, v. 7, n. 7, p. 132-143, ago. 2018. Disponível em: <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/149/126>. Acesso em: 02/11/ 2022

DIAS, S. C. A. **A Alta Sensibilidade de Processamento Sensorial e Funcionamento Sexual..** Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Clínica e da Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior, Covilhã, p.73. 2018.

FERNANDES, J. V. L, MACHADO, G. S. F. **A importância da orientação sexual nas escolas.** Trabalho de Conclusão de curso- Curso de Psicologia, UNIUBE – Universidade de Uberaba. Uberaba. P.16. 2022.

FERNANDES, P. da .S; ATTAB, R. M. da C. Educação sexual, sexualidade e gênero. in: educação como (re)existência: mudança, conscientização e conhecimentos., 2020, Maceió. **Anais [...]** . Maceió. 2020. v. 0, p. 1-8. 54

FERREIRA, E. de. A. Sexualidade na percepção de adolescentes estudantes da rede pública de ensino: contribuição para o cuidado. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, RJ, v. 5, n. 11, p. 1208-1212, out. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1022310>. Acesso em: 11 maio 2021.

FERREIRA, M. M. S. **Educação infantil sob perspectiva feminista: possibilidades de conscientização crítica do pequeno ser na obra Feminina de Menina, Masculino de Menino.** Monografia. Pós-graduação lato sensu em linguagem, cultura e formação docente. Universidade Federal Rural da Amazônia Campus Tomé-Açu. Tomé-Açu. p.28. 2021.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio.** 3. ed. Londrina: Uel, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Jd4NEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+sexual&ots=s1dw7PJbcm&sig=2-0PB7zSCqFV5P2XTeRaGmXxbkQ#v=onepage&q=educa%C3%A7%C3%A3o%20sexual&f=false>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FIGUEIRÓ, M.N.D. As diferenças entre sexo e sexualidade. **Youtube**. 2018. Disponível em: https://www.google.com/search?q=como+citar+video+do+youtube&rlz=1C1GCEA_enBR956BR956&oq=como+citar+video+do+youtube&aqs=chrome..69i57j0i512l2j0i22i30l2.6368j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8 > acesso em: 25/03/2022.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-

%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/flick%20-%20introducao%20a%20pesq%20quali.pdf> Acesso em: 14/10/2021.

FREITAS, E. B. de *et al.* **Educação sexual no contexto escolar: algumas reflexões sobre orientação sexual nas escolas.** Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC), [S.l.], v. 7, nov. 2020. ISSN 2446-6042. Disponível em: <<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/eedic/article/view/4150>>. Acesso em: 07 Aug. 2021.

FREUD, S. (1905). **Trois essais sur la théorie de la sexualité.** Paris, Gallimard, 1987.

FREUD, S. (1926[1925]). **Inibições, Sintomas e Ansiedade.** In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 20. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 93-201.

FURLANETTO, M. F, MARIN, A. H, GONCALVES, T. R. Acesso e qualidade da informação recebida sobre sexo e sexualidade na perspectiva adolescente. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 3, p. 644-664, set. 2019 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000300006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 maio 2021.

GOLDBERG, M. A. A. **Educação sexual: uma proposta, um desafio.** São Paulo : Aruanda, 1988.

GOLDFARB, E. S.; LIEBERMAN, L. D.. Three Decades of Research: the case for comprehensive sex education. **Journal Of Adolescent Health**, [S.L.], v. 68, n. 1, p. 13-27, jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2020.07.036>

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v.5, p.251-263, 2013.

GONINI, F. A. C, PETRENAS, R. C. A educação sexual abordada através de bilhetes trocados entre crianças. **Plures Humanidades**, v. 21, n. 2, 2021.

GRUBITS, S, *et al.* Método qualitativo: um importante caminho no aprofundamento das investigações. In: GRIBITS, Sonia *et al.* **Método qualitativo:** epistemologia, complementariedades e campos de aplicação. São Paulo: Vetor, 2004. Cap. 5, p. 105-133.

HAMES, C.; KEMP, A. Diversidade de Gênero e Sexualidade no processo formativo docente. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 2, n. 1, p. 67-74. 2019.

HENDERSON, A. W.; LEHAVOT, K; SIMONI, J. M. Ecological Models os Sexual Satisfaction among Lesbian/Bisexual and Heterosexual Women. **Arch Sex Behavior** , p. 50-65. 2008.

IBGE. **Panorama da cidade de Lages: educação.** Educação. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lages/panorama>. Acesso em: 04 mar. 2023.

IBGE. **PeNSE - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar:** tabelas - 2009-2019 análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental- tema 11 - saúde sexual e reprodutiva. Tabelas - 2009-2019 Análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental- Tema 11 - Saúde Sexual e Reprodutiva. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=resultados>. Acesso em: 21 out. 2022.

JALOTO, A, PRIMI, R. Fatores socioeconômicos associados ao desempenho no Enem. **Em Aberto**, v. 34, n. 112, 2021.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. DA S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. Rev. Bras. Enferm., 2006 59(2), p. 157–162, mar. 2006.

LAGES. **Secretaria Municipal de Educação de Lages:** Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação de Lages, 2021

LAKATOS, E. M, MARCONI, M. A.M. **Fundamentos de metodologia científica.** Ed. Atlas. 5. ed. - São Paulo, 2003.

LEACH, Matthew J. Rapport: A chave para o sucesso do tratamento. **Terapias complementares na prática clínica** , v. 11, n. 4, pág. 262-265, 2005.

LOPES, M. L. DE; FERRARI, A. Inquietações sobre gênero e sexualidade em espaços formativos: o caso do Pibid de Ciências. **Ensino em Re-Vista**, v. 26, n. 1, p. 40-59, 2019.

MAIA, A. C. B; VILAÇA, Teresa. Concepções de professores sobre a sexualidade de alunos e a sua formação em educação inclusiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 59, p. 669-680, 2017. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/52094/1/2017-Maia_Vilaca.pdf. Acesso em: 12/10/ 2020.

MAIA, A.C.B.; VILAÇA, T. Sexualidade e Deficiência: apontamentos sobre a educação sexual na escola inclusiva. (155-312). In: RIZZA, J.C.; MAGALHÃES, J.C.; RIBEIRO, P.R.C.; COSTA, A.L.C. (Orgs). **Tecituras- sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar.** Rio Grande: Editora da FURG, 2019.

MAISTRO, V. I. A. **Projetos de orientação sexual na escola: seus limites e suas possibilidades**. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, p.243. 2006.

MARÇAL, P. R., ROSSETTI, G. **Educação sexual no Brasil: levantamento e análise de documentos oficiais e propostas de intervenção nos últimos 20 anos**. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Escolar, Unesp. São Paulo, p.257. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/202842/ferreira_gr_dr_arafcl_par.pdf?sequence=7&isAllowed=y> Acesso em: 26/07/ 2021.

MARIA, V. A. Transexualidade e educação: desafios além do currículo. **Revista Alembra**, v. 3, n. 6, p. 117-130, 2021.

MARTINS, A. M. **A Formação Continuada De Professores/As Sobre Gênero E Sexualidade: Contribuições Para Uma Nova Prática Pedagógica..** Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, p. 153. 2019.

MARTINS, D. P. A percepção como método para trabalhos em educação ambiental: o caso de uma comunidade de Porto Alegre—RS. In: congresso brasileiro de gestão ambiental.[...] **anais eletrônicos**. Porto Alegre, p.7. 2011. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2011/VII-008.pdf>>. Acesso em: 31/08/2021.

MATOS, T. A. V. **Gênero, diversidade sexual e in/exclusão: uma análise discursiva de textos de professoras em processo de formação no GDE**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Paraná, p.131.2017. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> acesso em: 11/04/2021.

MELO, M. C. P de. **Sexualidade na adolescência: entrelaçando atitudes, posturas e estratégias em sala de aula com o apoio da Estratégia Saúde da Família**. Tese. Programa de PósGraduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.141. 2017. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> acesso em: 11/04/2021.

MENGER, V. V, BAJA, J. U. Observatório de práticas de Educação Sexual em escolas públicas de ensino fundamental no Sul do Brasil: influências das mídias nas sexualidades juvenis. In: SEFIC, 1., 2019, Rs. **Anais [...]** . RS. 2019. v. 1, p. 1-3.

MINISTÉRIO DA MULHER DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 09 nov. 2021

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

MOCANU, L. Sex Education is considered a Taboo Subject in Schools from Romania. **New Trends in Psychology**. v. 13, n. 1, p. 311-332, jan. 2018. Disponível em: <https://dp.univ-danubius.ro/index.php/EIRP/article/view/128/127>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MOHER, D; *et al.*, Lesley. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic Reviews**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 0-0, 1 jan. 2015. Springer Science and Business Media LLC. DOI: <http://dx.doi.org/10.1186/2046-4053-4-1>.

MOIZES, J . S; BUENO, S. M. V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo , v. 44, n. 1, p. 205-212, 2010 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000100029&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12/05/2021.

MARTIN, M. C., *et al.* **Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores**. Dissertação. Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. Presidente Prudente, p.198.2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/92237/martin_saf_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 04/03/2023.

MOSQUERA, J. A.; GARCÍA GARCÍA, J. J. Concepções de professores na formação inicial de ciências naturais para a educação em sexualidade e afetividade. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 55-75, 2021. DOI: 10.46667/renbio.v14i1.553.

MOURA, A. F. M. *et al.* Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar . **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 29, n. 67, p. 437-466, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20217>>. Acesso em: 14/05/2021.

NAIFF, L. A. M. *et al.* . Ensino Público e Privado: Comparando Representações Sociais de Professores sobre suas Habilidades. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora , v. 4, n. 1, p. 57-64, 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472010000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 jan. 2023

NÓVOA, A, *et al.* Pesquisa em Educação como Processo Dinâmico, Aberto e Imaginativo :uma entrevista com António Nóvoa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 1-11, maio 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/21170/12923>.. Acesso em: 07 jan. 2022

NÓVOA, A. **Avaliações em Educação: Novas Perspectivas**. Ed. Porto. 192 págs.

NUNES, M. O. **Implementação da educação de gênero: um desafio para a educação básica**. 2021. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano –, Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, Ceres, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2320/3/tcc_Mateus%20Oliveira%20Nunes.pdf. Acesso em: 16 abr. 2022.

OLIVEIRA, Lisis Fernandes Brito de. Educação sexual e prática educativa cotidiana. **Escola em Tempos de Conexões**. v. 2, n. 4, p. 851-871, jun. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.46943/vii.conedu.2021.02.044>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ONU. **Conferencia Mundial sobre la Mujer**. Organização das Nações Unidas. 1994. Disponível em: <<https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20S.pdf>> acesso em: 27/07/2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D (Colab.). **Desenvolvimento Humano**. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013

PINHEIRO, E. B., *et al.* O ensino de química voltado à educação sexual e ambiental a partir da temática dos anticoncepcionais. **Direitos Humanos, Culturas e Justiça Social no Ensino De Química**, Florianópolis, v. 55, n. 39, p. 39-55, maio 2022. Disponível em: <https://www.ead.codai.ufrpe.br/index.php/REDEQUIM/article/view/5024/482484628>. Acesso em: 28 out. 2022

POCOVI, R. M. S. A universidade frente a AIDS: Um estudo de caso na UDESC. **Boletim Informativo CEPPOS**, São Paulo, p. 01 - 02, 01 jul, 2001.

RAMOS, S. M. *et al.* Adolescence: challenges between parents and children in sex education. **Research, Society and Development**. v. 11, n. 8, p. e1511830368, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i8.30368. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30368>. Acesso em: 11 nov. 2022.

RIBEIRO, P. R. M., *et al.* **Sexualidades e educação sexual práticas, pesquisas e inovações**. Londrina: Dos Autores, 2020. 775 p

RIVAS, M. G., *et al.* A Constituição Psíquica Pedofílica na Obra Lolita/The Pedophilic Psychic Constitution in the Work Lolita. **Revista de psicologia**, v. 15, n. 54, p. 1-18, 2021.

RODRIGUES, B. Diversidade sexual, gênero e inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Básica**. Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p.8 2017.

RODRIGUES, C. P., WECHSLER, A. M. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 89-104, 2014. Disponível em: http://repositorio.unifafibe.com.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/468/2014_CPR.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12/10/ 2020.

RODRIGUES. Jr., *et al.* **Estudos em Sexualidade**. v. 2; São Paulo: Instituto Paulista de Sexualidade, 2020.

SANCHEZ, Z. V. D. M.; NAPPO, S. A. Sequência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. Rev. Saúde Pública, 2002

SANTA CATARINA. **LEI Nº 18.337, DE 6 DE JANEIRO DE 2022**. 2022. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2022/18337_2022_lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2018.337%2C%20DE%206%20DE%20JANEIRO%20DE%202022&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Programa%20Time,p%C3%BAblica%20e%20adota%20outras%20provid%C3%A2ncias.. Acesso em: 21 out. 2022.

SANTOS, L. F. dos. **Estudo sobre a importância da educação sexual nas escolas como prevenção das infecções sexualmente transmissíveis(ist's)**. Monografia . Curso de Curso de Ciências Biológicas, Escola de Ciências Agrárias e Biológicas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, p.23. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2238/1/Leiany%20F.%20Final.pdf>. Acesso em: 09/11/ 2021.

SANTOS, M. E. M., SILVA, J. R. S. Professoras e professores do ensino fundamental falam sobre a pedofilia. **Educação Online**, v. 16, n. 36, p. 177-192, 2021.

SANTOS, R. M. dos. **Atuação do orientador/a educacional em face à violência sexual de crianças e adolescentes**. 2020. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Licenciatura em Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17892>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SILVA, A. F. S., *et al*;. A interprofissionalidade no combate a violência sexual infantil: um relato de experiência do PET-Saúde-Interprofissionalidade. **Saúde e meio ambiente: revista interdisciplinar**. v. 9, n. Supl.1, p. 14–15, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.24302/sma.v9iSupl.1.3387>

SILVA-JEREZ, N. S. **Comportamento Informacional Cotidiano de Adolescentes**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, p.98. 2016.

SIMPLÍCIO, C. C. A. **Soberanas-lugar de mulher é onde ela quiser: o ensino de gênero no ambiente escolar**. Dissertação. Mestrado Profissional de Sociologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 84. 2022.

SIQUEIRA, C. B. C., *et al.* Da criação à institucionalização: um programa de diversidade criado pelos trabalhadores. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 16, n. 3, p. 105-120, 2022.

SOARES, L. M.; SOARES, N. M. Educação sexual no contexto escolar: vozes de professores do ensino fundamental. **Research, Society And Development**. v. 11, n. 3, p. 1-12, 3 mar. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26910>

SOUSA FILHO, V. G. Paradigmas norteadores da história da educação sexual no Brasil: nas pegadas do higienismo, do conservadorismo religioso e da defesa dos direitos humanos. **Unitas - Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**. v. 7, n. 2, p. 159-176, 25 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.35521/unitas.v7i2.736>

SOUZA, M. A. de .; SALGADO, P. A. D. .; CHAMON, E. M. Q. de O. .; FAZENDA, I. C. A. . Interdisciplinaridade e práticas pedagógicas: O que dizem os professores. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 4–25, 2022. DOI: 10.21814/rpe.22479. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/22479>. Acesso em: 24 mai. 2023.

SOUZA, M. L. DE; FERRARI, A. Inquietações sobre gênero e sexualidade em espaços formativos: o caso do Pibid de Ciências. **Ensino em Re-Vista**, v. 26, n. 1, p. 40-59, 26 abr. 2019.

STRASBURGER, V. C. Adolescentes, sexting e a lei. **Pediatria** , v. 143, n. 5, p.13 2019

TRINDADE, K. V. F., *et al.* Avaliação da percepção de alunos e professores sobre a importância do ensino de educação sexual. **Vita Et Sanitas**, Goiás, v. 15, n. 2, p. 1-19, fev. 2021. Disponível em: <http://fug.edu.br/revistas/index.php/VitaetSanitas/article/view/245/242>. Acesso em: 07 ago. 2021.

UNITED NATIONS, UN. **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights**. **United Nations**. 1976. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/professionalinterest/pages/cescr.aspx>> Acesso em: 27/07/2021.

VASCONCELOS, G. A. B. L.; *et al.* . Orientação sexual e o processo de inclusão na formação de professores. **Debates em Educação**. v. 11, n. 24, p. 125–144, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n24p125-144>

VIÇOSA, C. S. C. L., *et al.* Saúde do adolescente e educação sexual na escola: tecituras a partir das perspectivas dos estudantes. *Research, Society And Development*, [S.L.], v. 9, n. 6, p. 1-27, 24 abr. 2020. **Research, Society and Development**. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i6.3613>.

VOLFE, G. A. **Sexualidade Na Infância: Reflexões Sobre As Iniciativas De Educação Sexual Nas Escolas Municipais De Educação Infantil De Erechim /Rs.** Universidade Federal Da Fronteira Sul Campus De Erechim, Erechim, V. 1, n. 1, p. 1-17, out./2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/504/1/VOLFE.PDF>. Acesso em: 12/10/2020.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa: Edições 70. 1968.

ZANATTA, L. F. *et al.*. A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as). **Educação e Pesquisa**, v. 42, n.2 . p. 443–458. 2016. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201606144556>

ZANATTA, L. F. A sexualidade de adolescentes em Escola Itinerante do MST no norte do Paraná. 2013. 331f. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência) –Universidade Federal de São Paulo, 2013.

ZAW, P. P. T.; MCNEIL, E., OO, K., LIABSUETRAKUL, T., HTAY, T. T. Abstinence-only or comprehensive sex education at Myanmar schools: preferences and knowledge among students, teachers, parents and policy makers. **Sex Education**. v. 21, n. 1, p. 75-90, 9 abr. 2020. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14681811.2020.1749043>.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TERMO DE
CONSENTIMENTO****LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE****(Resolução 510/2016 CNS/CONEP)**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR”. O objetivo deste trabalho é analisar as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço da escola na perspectiva docente. Para realizar o estudo será necessário que você se disponibilize a responder a uma entrevista previamente agendada a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar como ocorrem as práticas pedagógicas em educação sexual no espaço escolar. De acordo com a resolução 510/2016 “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”. A sua participação terá risco mínimo, mas, se ocorrer algum desconforto emocional, você será encaminhado ao Serviço Escola de Psicologia da Uniplac para atendimento gratuito. Em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, está garantido o total sigilo e confidencialidade de sua identidade e das informações que prestar. Mesmo após assinar este documento você tem o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexo causal com a pesquisa.

A pesquisa trará como benefícios a oportunidade de contribuição à comunidade científica, por abordar um tema necessário para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Além disto, os professores participantes, ao expressarem suas percepções em relação à temática, poderão melhorar sua prática pedagógica e, futuramente, poderão propor novos projetos de intervenção sobre educação sexual nas escolas.

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº510/2016 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone (49) 99995-7872, ou pelo endereço eletrônico renatapsico@uniplaclages.edu.br. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, email: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____, CPF

nº _____ declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa.

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa)

Lages, ____ de _____ de _____

Responsável pelo projeto: Renata Barbosa Nunes Telefone para contato: (49) 99995.7872 - E-mail: renatapsico@uniplaclages.edu.br Endereço para contato: Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1238,



Lages, SC

APÊNDICE B- Roteiro de entrevista semiestruturada

Roteiro de entrevista semiestruturada

Você ministra aulas no ensino estadual, municipal e/ou privado?

Para quais séries?

Como você percebe que ocorre a educação sexual na escola em que atua?

Você percebe a necessidade deste assunto na escola em que atua? Por que?

Como lida com assuntos relacionados a sexualidade quando surgem durante a sua aula?

Na sua opinião, há algo que possa favorecer ou melhorar o ensino da educação sexual na sua escola?

Na perspectiva da sua formação, você se sente qualificada para discutir educação sexual na escola?

ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO PLANALTO
CATARINENSE - UNIPLAC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Pesquisador: RENATA BARBOSA NUNES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 58538522.9.0000.5388

Instituição Proponente: Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.413.463

Apresentação do Projeto:

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as práticas pedagógicas de educação sexual no espaço da escola na perspectiva docente

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

a pesquisa poderá

ocasionar desconforto psicológico, uma vez que propõe uma reflexão sobre seu cotidiano de trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

trata se de uma pesquisa qualitativa a ser analisada pela resolução 510

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

conforme conclusões

Recomendações:

conforme conclusões

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa não fere a resolução do Cep/conep

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Prédio da Reitoria - 2º andar, sala 10

Bairro: Universitário

CEP: 88.509-900

UF: SC

Município: LAGES

Telefone: (49)3251-1086

E-mail: cep@uniplaclages.edu.br

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC



Continuação do Parecer: 5.413.463

Considerações Finais a critério do CEP:

O desenvolvimento da pesquisa, deve seguir os fundamentos, metodologia e preposições, do modo em que foram apresentados e avaliados por este CEP, qualquer alteração, deve ser imediatamente informada ao CEP-UNIPLAC, acompanhada de justificativa.

O pesquisador deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme descrito na Resolução nº 466/2012.

- a) Desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) Elaborar e anexar na Plataforma Brasil os relatórios parcial e final;
- c) Apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- d) Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- e) Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e
- f) Justificar fundamentalmente, perante o CEP ou a CONEP, Interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1887402.pdf	06/05/2022 16:44:11		Aceito
Outros	roteiro_de_entrevista.pdf	06/05/2022 16:40:06	RENATA BARBOSA NUNES	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	06/05/2022 16:26:13	RENATA BARBOSA NUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	06/05/2022 16:18:56	RENATA BARBOSA NUNES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	06/05/2022 16:18:09	RENATA BARBOSA NUNES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	06/05/2022 16:17:26	RENATA BARBOSA NUNES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_compromisso_pesquisad or_responsavel.pdf	06/05/2022 16:05:52	RENATA BARBOSA NUNES	Aceito
Declaração de	declaracao_de_ciencia_e_concordanci	06/05/2022	RENATA BARBOSA	Aceito

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Prédio da Reitoria - 2º andar, sala 10

Bairro: Universitário

CEP: 88.509-900

UF: SC

Município: LAGES

Telefone: (49)3251-1086

E-mail: cep@uniplaciages.edu.br

**UNIVERSIDADE DO PLANALTO
CATARINENSE - UNIPLAC**



Continuação do Parecer: 5.413.463

concordância	a.pdf	16:04:56	NUNES	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	06/05/2022 16:03:50	RENATA BARBOSA NUNES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LAGES, 17 de Maio de 2022

Assinado por:

**Elisa Maria Rodriguez Pazinatto Telli
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Prédio da Reitoria - 2º andar, sala 10

Bairro: Universitário

CEP: 88.509-900

UF: SC

Município: LAGES

Telefone: (49)3251-1086

E-mail: cep@unipladages.edu.br